

MAISE CAROLINE ZUCCO

**Mulheres, feminismos em Florianópolis e suas relações com outros espaços
de poder no território brasileiro**

FLORIANÓPOLIS, SC
DEZEMBRO DE 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MAISE CAROLINE ZUCCO

**Mulheres, feminismos em Florianópolis e suas relações com outros espaços
de poder no território brasileiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a.Dr^a. Joana Maria Pedro

FLORIANÓPOLIS, SC
DEZEMBRO DE 2008

MAISE CAROLINE ZUCCO

Mulheres, feminismos em Florianópolis e suas relações com outros espaços de poder no território brasileiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à obtenção do grau de Mestre em História.

Banca Examinadora:

Orientadora: _____

Prof^a.Dr^a. Joana Maria Pedro
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Membro: _____

Prof^a.Dr^a.Janine Gomes da Silva
Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

Membro: _____

Prof^a.Dr^a. Mara de Souza Lago
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Suplente: _____

Prof^a.Dr^a. Cristina Scheibe Wolff
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Suplente: _____

Prof^a.Dr^a. Silvia Maria Fávero Arend
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Florianópolis, 15 de dezembro de 2008.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Joana Maria Pedro, pelas intervenções e apoio na elaboração deste trabalho. Às professoras Cristina Scheibe Wolff e Mara de Souza Coelho Lago pela leitura atenta e sugestões propostas na banca de qualificação. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que concedeu financiamento para elaboração desta pesquisa.

Às professoras e professores da UFSC, colegas de laboratório e da Revista Estudos Feministas, que contribuíram, mesmo que indiretamente, no desenvolvimento desta dissertação. Às colegas Victoria e Claudia, que compartilharam comigo a experiência do mestrado. À Cleusa que através de conversas informais ajudou a construir meu aporte teórico.

Agradeço as tantas amigas e amigos que me deram apoio e incentivaram: Deusa, Ana Rita, Carmem, Jair, Sergio, André, entre tantas outras pessoas as quais compartilharam comigo os momentos de alegria, mas também de angústias diante da dissertação.

Um abraço especial à Taís, Juliana e Simone pela amizade e compreensão diante dos momentos difíceis. Meu muito obrigado para minha grande amiga Joana, que me acompanhou, e acompanha até hoje, em minha trajetória pessoal e profissional. Saiba que sua amizade me é muito cara.

Por último, deixo meu agradecimento à minha família – Lígia, Joaquim, Maria e Luiz – que me apoiaram desde os primeiros anos da graduação.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| RESUMO | 06 |
| ABSTRACT | 07 |
| INTRODUÇÃO | 08 |
| CAPÍTULO I A constituição de um saber periférico | 16 |
| CAPÍTULO II Os grupos de mulheres e os feminismos em Florianópolis: A importância atribuída às grandes capitais brasileiras | 42 |
| CAPÍTULO III A trajetória dos estudos de gênero em Florianópolis | 62 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 84 |
| FONTES | 87 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 92 |

RESUMO

Na atualidade, algumas localidades sedes de núcleos de estudos de gênero, estudos sobre as mulheres e feminismos, que durante a Segunda Onda Feminista no Brasil não eram considerados referência, assumiram uma visibilidade nacional e criaram seus grupos de pesquisas e publicações próprias. Esse novo local dessas instituições é um terceiro lugar que não é o ocupado historicamente pelas metrópoles brasileiras, nem a periferia de décadas passadas. Surge assim uma nova configuração da produção do conhecimento sobre as mulheres e os estudos de gênero que não é mais centrado em apenas uma região do país – no caso, o Sudeste.

A partir da análise das relações de Florianópolis com outras localidades brasileiras, desde 1975 – Ano Internacional da Mulher – até a década de 1990, esta dissertação destaca dois momentos na produção do conhecimento sobre as mulheres, feminismos e estudos de gênero, demonstrando que os contextos são elementos fundamentais para entendermos as relações estabelecidas por um determinado grupo. Assim, a produção do conhecimento responde às/aos suas/seus agentes, a questões políticas, culturais, seus contextos geo-históricos e mesmo ao mercado.

Palavras-chave: Movimento de mulheres – Feminismo – Estudos de Gênero.

ABSTRACT

Some localities that host gender studies groups, women's studies and feminisms, that during the Second Wave Feminist in Brazil were not considered reference, currently, they possess a national visibility and created its groups of research and publications. This new place of these institutions is one third place that is not the busy one historically for the Brazilian metropolises, nor the periphery of last decades. A new configuration appears thus of the production of the knowledge on the women and the gender studies that more is not centered in only one region of the country - in the case, the Southeast.

From the analysis of the relations of Florianópolis with other Brazilian localities, since 1975 – International year of the Woman – until the decade of 1990, this work detaches two moments in the production of the women's knowledge, feminisms and gender studies, demonstrating that the contexts are basic elements to understand the relations established for one determined group. Thus, the production of the knowledge answers its agents, the politics questions, cultural, its contexts geographic/historical and same to the market.

Key Words: Women's Movement – Feminism – Gender Studies.

INTRODUÇÃO

A partir de 1964, foi instaurado o regime ditatorial no Brasil, causando um grande impacto no cenário nacional. A censura, o medo, a repressão foram os elementos que compuseram esse contexto de coerção dos movimentos sociais. Contudo, a conjuntura que impossibilitou a realização de manifestações públicas, censurando qualquer ato de oposição ao governo ou mesmo qualquer ameaça moral à sociedade brasileira, não condiz com a experiência dos movimentos feministas brasileiros durante esse período.

Através do livro *O que é Feminismo?*¹, constatamos que, apesar das dificuldades de atuação apresentadas tanto pelo regime militar quanto pela oposição, as mulheres organizaram-se em associações de bairros durante os primeiros anos da ditadura militar, em favor de melhores condições de vida. Estes grupos buscavam a solução de problemas ligados diretamente ao seu dia-a-dia como: o alto custo de vida, os baixos salários pagos às mulheres e a ausência de creches para que pudessem trabalhar, como destaca Maria Lygia Quartim de Moraes, em *A Experiência Feminista nos Anos Setenta*². Compostos por clubes de mães e associações de bairros, esses grupos foram as primeiras organizações de mulheres que obtiveram visibilidade social desde a instauração do governo ditatorial.

O período de ressurgimento do feminismo, durante a década de 1960, é caracterizado pela bibliografia que trata sobre o tema como a Segunda Onda Feminista no Brasil. Enquanto a Primeira Onda possui como marca a luta das mulheres pelo direito ao voto, esse segundo momento do feminismo brasileiro surge durante o período de repressão e tem como marco a institucionalização do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas, em 1975³.

Embora seja possível relatar a atuação de mulheres em associações de bairros, lutando por creches, e a formação de grupos de consciência de caráter feminista anteriores à data estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi a partir de 1975 que os movimentos feministas ganharam visibilidade nacional e organizaram os primeiros eventos, mesmo em meio ao contexto de repressão às manifestações públicas. Surge, assim, O

¹ALVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

²MORAES, Lygia Quartim de. *A experiência Feminista nos Anos Setenta*. Araraquara: UNESP, 1990.

³ Neste trabalho, a divisão temporal entre Primeira e Segunda Onda Feminista será utilizada tendo em vista a divisão proposta por algumas bibliografias que trabalham com os movimentos feministas. Contudo, entendo que esse marco, que destaca o ano de 1975 como o início da Segunda Onda Feminista no Brasil, trata-se apenas de uma convenção histórica. Anterior a essa data, já havia grupos de reflexão que se autodenominavam feministas, conforme resultados apresentados pelo projeto desenvolvido por Joana Maria Pedro, intitulado “Revolução do Gênero: Feminismo e Subjetividade (1964-1985)”.

Movimento Feminino pela Anistia, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, é realizado o I Congresso da Mulher Metalúrgica, dentre outros eventos e grupos formados em decorrência da data.

Contudo, a esquerda, que se encontrava na clandestinidade, também utilizou esse espaço de atuação pública concedido às mulheres para arregimentarem pessoas para causas políticas. Esse fator ocasionou um racha entre alguns grupos durante o II Congresso da Mulher Paulista, dividindo as mulheres que buscavam lutas específicas e mulheres e homens que defendiam lutas mais gerais de combate ao regime militar. Nesse sentido, os movimentos feministas, durante a Segunda Onda, possuíam tendências liberais, socialistas, marxistas, além de representarem filiações partidárias. Isso faz com que não seja possível tomar o feminismo desse período como único ou homogêneo, frente às várias vertentes as quais os grupos estiveram ligados⁴.

Tendo em vista esse contexto, relatado por uma vasta bibliografia que tematiza os grupos de mulheres e o feminismo, este trabalho tem como objetivo perceber a relação desses movimentos e da produção de conhecimento sobre esse objeto de estudo tendo como foco Florianópolis, bem como outros grupos atuantes em diferentes capitais brasileiras desde 1975 – Ano Internacional da Mulher instituído pela ONU – até a década de 1990, período em que esses estudos já estão consolidados nas instituições de ensino superior e que o movimento feminista se institucionaliza em Organizações não Governamentais (ONGs) e programas governamentais.

O interesse no desenvolvimento desta pesquisa surgiu de uma questão levantada a partir da leitura da bibliografia disponível sobre esse objeto histórico: as várias narrativas acerca da história do movimento feminista, grupos de mulheres brasileiras e os eventos que ocorreram durante a Segunda Onda Feminista tratam de qual Brasil?

Em resposta a este questionamento é possível concluir que grande parte da bibliografia que aborda os feminismos e os grupos de mulheres, no Brasil, durante a Segunda Onda, traça uma trajetória histórica de forma geral, não discorrendo sobre as especificidades das localidades. Ainda como característica da bibliografia sobre o tema, é possível mencionar que há um destaque dado aos grandes centros, como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro, sem que haja um grande espaço para as demais localidades brasileiras em meio ao conhecimento acadêmico.

⁴ MIGUEL, Sônia Malheiros. Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro. 1988. 112f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis. (Dissertação orientada por: Ilse Scherer-Warren) 1988.

Os grupos de mulheres e os feminismos em Florianópolis fazem parte dessa parcela de localidades pouco exploradas pela bibliografia e que foram tematizadas por um número pequeno de produções. O livro *Uma Mulher Afirmativa: Anita Pires: mulher no singular, política no plural, empresária no social*⁵, traz a biografia de Anita Pires, além de fazer a datação de vários acontecimentos ocorridos no estado de Santa Catarina. Esta publicação é resultado do projeto “Essas Mulheres Catarinas: olhares, trajetórias e desafios das mulheres no espaço público em Santa Catarina”, desenvolvido pela equipe de pesquisadores do projeto Cidade Futura⁶ e que tem como proposta traçar a trajetória de nove mulheres catarinenses. Dentre as personagens a que o projeto se propunha a estudar, encontramos figuras importantes na luta em favor das mulheres, como Clair Castilho e Terezinha Carneiro. Entretanto, até o presente momento, apenas o livro referente à Anita Pires foi lançado.

Na dissertação de Mestrado em Ciências Políticas, de Jussara Reis Prá, intitulada *Movimento de Mulheres no Sul do Brasil: 1975 a 1987*⁷, podemos ter um panorama do que ocorreu na Segunda Onda Feminista nos estados do Sul do país. Propondo-se a seguir o processo de mobilização das mulheres no Sul, Jussara Reis Prá relata os eventos e grupos formados nesse período. Segundo a autora, Santa Catarina teria sido um lugar de pouca expressividade diante do ativismo dos grupos existentes no Rio Grande do Sul, provavelmente, por isso, passando a maior parte de sua tese a discorrer sobre este estado. Ao tratar do movimento feminista em Santa Catarina, e conseqüentemente em Florianópolis, Jussara Reis Prá utiliza como fonte, principalmente, a dissertação de Clítia Helena Backx Martins, *Mulher e Política: as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina*⁸.

Na referida dissertação, a mencionada autora faz uma apresentação dos grupos de mulheres, ligados ou não ao movimento feminista, atuantes em Santa Catarina durante os anos de 1975 e 1987, sendo o motivo para a realização dessa pesquisa a sua participação no PMDB-Mulher⁹ e na formação de um dos grupos feministas florianopolitanos. A partir desse trabalho, podemos constatar que pelo menos nove grupos de mulheres, dos doze levantados pela autora, atuaram em Florianópolis, destacando a importância da capital como centro destas mobilizações em Santa Catarina, além da contribuição das comemorações do Ano Internacional da Mulher na formação dos grupos.

⁵ TEIXEIRA, José P. PERUCCHI, Juliana. *Uma Mulher Afirmativa: Anita Pires: mulher no singular, política no plural, empresária no social*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

⁶ Instituição de Florianópolis que desenvolve projetos sociais.

⁷ PRÁ, Jussara Reis. *Movimento de Mulheres no Sul do Brasil: 1975 a 1987*. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1988.

⁸ MARTINS, Clítia Helena Backx. *Mulher e Política: as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina*. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1987.

⁹ Núcleo feminino do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Como trabalho mais recente, podemos mencionar a dissertação de Janine Petersen, intitulada *Formação de Grupos Feministas em Santa Catarina – Década de 1980*¹⁰, que, além de buscar a constituição desses grupos na referida década, procura perceber como as mulheres passaram a se identificar como feministas no estado. Propondo que o feminismo, como movimento organizado, surge apenas a partir da década de 1980 em Santa Catarina, a autora trabalha com entrevistas e periódicos, desconsiderando as pesquisas anteriormente realizadas.

Frente à bibliografia disponível sobre os grupos de mulheres e movimentos feministas em Florianópolis, este trabalho teve como proposta reunir todos os dados históricos sobre esses grupos, acrescentando informações a partir das pesquisas realizadas, levando em conta as relações mantidas por esses grupos com outras localidades brasileiras. Nesse sentido, foram observadas as instituições que tiveram influência nas formações de grupos na capital catarinense e na orientação dos mesmos.

Com uma bibliografia bastante escassa em um primeiro momento, essa temática assume, atualmente, uma nova posição no cenário da capital catarinense. É esse novo posicionamento que impulsiona os estudos históricos a procurar novos objetos de análise, ampliando fronteiras espaciais, que por muito tempo ficaram centradas em determinadas localidades. Em seu livro *Minha história das mulheres*¹¹, a historiadora francesa Michelle Perrot menciona três centros, por ela considerados muito ativos nos estudos de gênero no Brasil: Campinas, Rio de Janeiro e Florianópolis. A inclusão de Florianópolis junto a centros já evidenciados pela bibliografia nacional e o reconhecimento internacional da capital catarinense como pólo nos estudos de gênero no Brasil são indicativos da visibilidade adquirida por esta localidade, antes não problematizada pela historiografia.

Florianópolis, que durante a década de 1960 e 1970 não era considerada uma capital referência no movimento de mulheres e movimento feminista, nem mesmo possuía muitos estudos sobre esses grupos locais, durante a década de 1980 e 1990 passa a assumir uma representatividade nacional, sendo hoje considerado um centro de referência nesses estudos.

Atualmente, a Universidade Federal de Santa Catarina é sede da **Revista Estudos Feministas**, periódico reconhecido internacionalmente, que faz parte do Instituto de Estudos de Gênero, formado por pesquisadoras vinculadas a Universidades Catarinenses. Na mesma instituição, também é realizado o Encontro Internacional Fazendo Gênero, que está em sua oitava edição e agrupa um grande número de pesquisas acadêmicas na área dos estudos sobre

¹⁰ PETERSEN, Janine. *Formação de Grupos Feministas em Santa Catarina – Década de 1980*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006.

¹¹ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 167.

as mulheres, feminismo e gênero. Assim, mesmo sem grande expressividade em relação aos movimentos sociais e aos estudos nesse campo do conhecimento durante a Segunda Onda Feminista, Florianópolis passou a ser reconhecida no que tange à área acadêmica.

A análise em torno das relações entre diferentes localidades brasileiras fez com que essa pesquisa pensasse as questões colonialistas, tendo como base as análises realizadas pela teoria literária. Assim, embora centrado no eixo Norte/Sul, o trabalho de Homi Bhabha¹² foi importante para a análise de um discurso colonial que esteve operando nas fronteiras brasileiras, criando uma “metrópole” e uma “periferia” na produção do saber nacional. Cada encontro colonial, também chamado de “zona de contato” – que, nesse caso, diz respeito às fronteiras internas do Brasil – é diferente. Assim, é necessária a localização e análise dos jogos de poder, nos quais essas fronteiras estão imersas, diretamente relacionados ao trânsito de idéias¹³. Para Mary Louise Pratt, a perspectiva de análise a partir das zonas de contato, traz as fronteiras para o centro do debate. Foi com base nessas linhas que pudemos capturar as dimensões históricas e sociais das relações que perpassam as fronteiras, uma vez que essas são parte dos territórios estudados¹⁴.

As relações presentes nas fronteiras, aliadas ao contexto histórico, trazem as condições externas que balizam o discurso, termo metodológico importante no desenvolvimento desta dissertação. A partir da perspectiva foucaultiana, foram observadas as relações de poder que dizem respeito ao domínio do discurso feminista¹⁵. A convivência em sociedade pressupõe a existência de relações de poder, e para compreendermos essas relações nas fronteiras é necessário observarmos as diferenças desses agentes do discurso e a questão instrumental e institucional na produção desse saber¹⁶.

Dessa forma, pensando através das teorias que trabalham com a questão do colonialismo (relações entre ocidente e oriente) nas dimensões nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro realizaram o papel de colonizadores, enquanto as demais localidades brasileiras, como é o caso de Florianópolis, representaram os colonizados, durante a Segunda Onda Feminista. Em um jogo de poder deslizante, surge a sujeição através do discurso do próprio colonizador. Assim, Florianópolis é caracterizada pelas fontes estudadas como uma localidade menos

¹² BHABHA, Homi K. Local da Cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

¹³ ASHCROFT, Bill. GRIFFITHS, Gareth. TIFFIN, Helen. Key Concepts in Post-Colonial Studies. London and New York: Routledge, 2005.

¹⁴ PRATT, Mary Louise. A crítica na zona de contato. **Travessia**: Revista de Literatura, Florianópolis, n.38, jan-jun 1999. p. 07-29.

¹⁵ Cf. FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo : Loyola, 2002.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. "O sujeito e o poder". DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. Michel Foucault, Uma Trajetória Filosófica: Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 245-246.

representativa quanto aos feminismos, às mobilizações de mulheres e a produção de conhecimento sobre esses grupos, não só por não ser uma localidade de representatividade nacional durante as décadas de 1960 e 1970, mas por não possuir a autoridade discursiva das grandes capitais brasileiras¹⁷.

Para além da importância nacional de São Paulo e Rio de Janeiro na área estudada por este trabalho, essas capitais são dois centros com trajetórias históricas muito antigas, distinguindo-se de outras cidades brasileiras quanto à população, desenvolvimento econômico e cultural, sendo assim constantemente referenciados como representativos do que é brasileiro. Cria-se, dessa maneira, um eixo Norte-Sul dentro do Brasil, que reproduz a lógica internacional da produção de conhecimento durante a Segunda Onda Feminista.

Devemos, entretanto, ter em mente que, apesar da evidência de um binarismo entre São Paulo e Rio de Janeiro frente a outras localidades brasileiras, essa rede de relações é muito mais complexa. Essas duas localidades de grande visibilidade no Brasil não formam um saber puro, mas são constituídas na relação com outras localidades internacionais – como é o caso da Europa e dos Estados Unidos – e com as próprias localidades brasileiras de menor representatividade. Se em um primeiro momento São Paulo e Rio de Janeiro exercem uma autoridade frente a diversas cidades brasileiras, é no âmbito internacional que percebemos a fluidez das relações de poder que deslocam o centro para a Europa e os Estados Unidos. Neste sentido, a proposta desta pesquisa foi trabalhar com as fronteiras da produção de conhecimento sobre os movimentos de mulheres, feminismos e estudos de gênero no Brasil, partindo de Florianópolis, onde as diferenças e hierarquias são evidenciadas¹⁸.

Agregados à bibliografia sobre o tema, esta pesquisa utiliza como fontes o jornal florianopolitano **O Estado** e as entrevistas realizadas por Janine Petersen, para a elaboração de sua dissertação de mestrado em História. Escolhido a partir de sua grande circulação dentre os vários periódicos publicados na capital catarinense durante o período estudado, o jornal **O Estado** teve como função, nesta pesquisa, retratar de que forma os grupos de mulheres e o feminismo foram abordados nas matérias desta publicação de circulação diária.

Como veículo de comunicação, os jornais participam da construção das representações sociais dos movimentos, da mesma forma que os grupos estudados. Assim, tornou-se fundamental ter clareza de que o jornal não é imparcial, não é neutro frente aos acontecimentos e é permeado de subjetividades.

¹⁷ BHABHA, H. K. *Op.Cit.* p. 111.

¹⁸ PRATT, M. L. *Op.Cit.* p. 07-29.

Instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, os jornais devem ser analisados pelos(as) historiadores(as) como agentes da história e local de circulação de idéias e personagens de um determinado período. Desta forma, o que se buscou nos jornais não foi propriamente a “verdade” dos relatos jornalísticos, mas os elementos nele contidos. A notícia faz parte de uma montagem que passa pelas intenções do(a) jornalista, fatores sociais, entre outros interesses. Cabe ao(à) historiador(a) questioná-la, perguntando quem, quando, como, e para que foi criada¹⁹.

As entrevistas, embora realizadas com o intuito de responder outras questões – proposta por outra pesquisa –, trouxeram informações sobre os grupos de mulheres e grupos feministas em Florianópolis, que apontam para a relação destes com outras localidades brasileiras²⁰. Mesmo sem a proposta de atender diretamente ao objetivo central desta pesquisa, a rede de pessoas entrevistadas por Janine Petersen traz elementos que auxiliam os estudos do feminismo e das organizações de mulheres em Santa Catarina.

Com relação ao uso da entrevista como fonte, vale destacar que a memória é seletiva e acaba por elencar fatos e eventos, trazendo à tona tanto a subjetividade como o contexto social em que se constitui o sujeito²¹. As narrativas são realizadas segundo uma perspectiva presente, reavaliada pelo entrevistado(a) conforme sua concepção atual. Manter um diálogo com os elementos contidos nas entrevistas e não limitar nosso entendimento à objetividade do que teria “realmente” acontecido, amplia o olhar histórico, agregando sentimentos, emoções, interpretações, dentre outros elementos que formam a história dos grupos de mulheres e do feminismo em Florianópolis²².

Este trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro deles buscou, a partir do material encontrado na Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, perceber as relações entre Florianópolis e outras localidades brasileiras, no que diz respeito à produção bibliográfica que aborda temáticas relativas às mulheres e ao movimento feminista. Seu enfoque está na análise de livros e dissertações produzidas entre os anos de 1964 e 1988,

¹⁹ Ver a esse respeito: CAPELATO, Maria Helena Rolin. A imprensa na história do Brasil. São Paulo: Ed. Contexto/EDUSP, 1988; LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153; PEDRO, Joana Maria. Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noidonne Rede de divulgação feminista dos anos 70 e 80. In: WOLFF, Cristina S. FÁVERI, Marlene de. RAMOS, Tânia R. O. Leituras em rede: Gênero e preconceito. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007 p. 307-328.

²⁰ A pesquisa de Janine Petersen faz parte do projeto ‘Revolução de Gênero: apropriações e identificações com o feminismo (1964-1985)’, coordenado pela Profa. Joana Maria Pedro.

²¹ ROUSSO Henry. A memória não é mais o que era In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. Usos & Abusos da História Oral. Fundação Getúlio Vargas. p. 94.

²² PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista Projeto História**. Programa de Pós-Graduação em História e Departamento de História. PUC/SP. São Paulo: EDUC. n.º 15, 1997. p.13-49.

disponíveis na referida biblioteca, percebendo o que é considerado “Brasil” e as localidades de onde surgiram este conhecimento.

O segundo capítulo procurou perceber os diferentes valores atribuídos, tanto pela mídia – no caso, atribuídos pelo jornal **O Estado** – como pela fala das entrevistadas, aos diferentes grupos de mulheres em diversas localidades brasileiras. Aliando a datação encontrada na bibliografia e nas entrevistas com os discursos em torno dos grupos da capital catarinense, brasileiros e internacionais, este capítulo procurou traçar a trajetória de atuação das mulheres em Florianópolis, desde a instauração da ditadura até a Constituição de 1988, trajetória esta ainda pouco tematizada no campo acadêmico.

O terceiro capítulo teve como proposta perceber o deslocamento de Florianópolis de um centro sem expressividade no campo acadêmico, que tematiza os grupos de mulheres, grupos feministas e os estudos de gênero, para uma localidade de representatividade nacional. Nessa parte da pesquisa, foi realizado um levantamento histórico da trajetória acadêmica dos estudos das mulheres e estudos de gênero no Brasil e no mundo, destacando os elementos que possibilitaram a ocupação, por parte das instituições de ensino superior de Florianópolis, de um espaço diferente na produção do conhecimento em relação às décadas de 1960 e 1970.

CAPÍTULO I

A constituição de um saber periférico

Iniciou-se no Brasil, no ano de 1964, um período de punição às manifestações públicas, censura intelectual e ameaça a qualquer oposição ao novo regime político instituído pelo golpe militar. Com a ausência de direitos das cidadãs e cidadãos frente ao governo, as organizações políticas e grupos engajados em reivindicações sociais estiveram na mira dos militares brasileiros. Livros, músicas, programas de televisão e revistas foram censurados ou simplesmente proibidos de circularem publicamente, por serem considerados subversivos pelo regime vigente²³. Assim, além da toda ameaça à integridade física, os meios de comunicação ficaram impossibilitados de manifestarem-se contra o regime.

Com a instauração da ditadura militar no Brasil, muitas dificuldades foram encontradas no país, e, dentre elas, as enfrentadas pelos movimentos feministas. Embora os feminismos não fossem diretamente perseguidos pela ditadura, o novo regime associou estes movimentos ao comunismo, devido às medidas tomadas pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) quanto à descriminalização do aborto, a concessão do divórcio e o incentivo à libertação das mulheres²⁴. No mesmo sentido, a esquerda considerava as questões dos feminismos secundárias em meio à necessidade de redemocratização do país, abafando a representatividade social das reivindicações em favor das mulheres²⁵.

Como primeiras mobilizações brasileiras de caráter feminista no período caracterizado como Segunda Onda Feminista, podemos destacar os grupos de reflexão formados em meados de 1970²⁶. Integrados por mulheres que retornaram do exterior com um arcabouço de leituras voltadas às questões do feminismo, os grupos de reflexão tinham por objetivo a exposição pessoal das experiências dessas mulheres nas mais diferentes fases de suas vidas. Contudo, tanto os grupos de mulheres, quanto os grupos feministas no Brasil, ganharam força com a institucionalização, pela Organização das Nações Unidas (ONU), do Ano Internacional da Mulher, em 1975. Em decorrência deste evento, as reivindicações das mulheres brasileiras

²³ ARAÚJO, Paulo César de. Eu não sou cachorro, não. Rio de Janeiro: Record, 2002.

²⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 - 1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

²⁵ TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 76.

²⁶ PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Anpuh, n.52, vol. 27, 2007.

encontraram um espaço de debate social em meio ao regime militar, através da realização de congressos e da formação de instituições que passaram a debater suas especificidades. Esse é o caso do 1º. Encontro de Mulheres do Rio de Janeiro, do qual surgiu o Centro de Mulheres Brasileiras, e do Encontro para Diagnóstico da Mulher Paulista, evento este que ocasionou o surgimento do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira²⁷.

Mesmo frente à resistência do governo e da esquerda, é possível observar um crescimento no número de eventos e grupos engajados com questões em torno das mulheres durante este período, além da visibilidade social por eles adquirida em decorrência da institucionalização do já citado Ano Internacional da Mulher pela ONU. O I Congresso da Mulher Brasileira, o I e II Congresso da Mulher Paulista, a criação da Delegacia Policial de Defesa da Mulher e grupos como O Movimento Feminino pela Anistia, O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, a Associação de Donas-de-Casa, são alguns dos exemplos de mobilizações que ganharam espaço nacional para atuarem em favor das mulheres. O desfecho de parte desta luta, iniciada durante a Segunda Onda Feminista no Brasil, dar-se-ia com a Constituição de 1988. Nela foram abarcadas exigências que, durante a ditadura, fizeram parte da pauta dos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas, concretizando, por meio do Estado, um número considerável de reivindicações.

Entretanto, esta história dos movimentos feministas, grupos de mulheres brasileiras e eventos que ocorreram durante a Segunda Onda Feminista falam de que Brasil? De onde vem o conhecimento sobre as questões em torno das mulheres e dos feminismos? Qual o conhecimento produzido e disponível em Florianópolis sobre as mulheres e os movimentos feministas, no período que compreende a instauração da ditadura militar até 1988?

Sob diversas perspectivas, a bibliografia recente sobre os vários feminismos que atuaram no Brasil durante esse período aponta para a história do movimento através de uma produção que, em sua grande maioria, trata do país de uma forma geral, sem discorrer sobre as especificidades das diversas localidades ou estados brasileiros. Em textos da década de 1990 como *Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal*²⁸ e *Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro*²⁹, podemos destacar essa característica de generalização, que cria uma uniformidade para um movimento tão diversificado. Outra característica da bibliografia recente que se propõe a tratar dos movimentos feministas no país

²⁷ TELES, M. A. de A. *Op.Cit.*, p.86.

²⁸ CORRÊA, Marisa. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Desdobramentos do feminismo. Cadernos Pagu*. Campinas: n.º 16, 2001. p.13-29.

²⁹ SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Desdobramentos do feminismo. Cadernos Pagu*. Campinas: n.º 16, 2001. p.31-48.

é o destaque dado aos grandes centros brasileiros. Em livros como *Breve História do Feminismo no Brasil*³⁰, *A experiência Feminista nos Anos Setenta*³¹ ou *Uma História do Feminismo no Brasil*³², encontramos muitas informações sobre os grupos de mulheres, grupos feministas e conferências que ocorreram a partir de 1975, sendo que a maioria dos textos rotulados como referentes aos movimentos feministas no Brasil trata do que sucedeu no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A partir de reflexões sobre a produção bibliográfica mais recente, este capítulo tem como proposta pensar como se deu a relação de Florianópolis com outras localidades, no que tange à produção de conhecimento, no período que compreende a Segunda Onda Feminista no Brasil. Levando em conta a bibliografia sobre os movimentos feministas e questões em torno das mulheres, realizada por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros disponível na capital catarinense, o primeiro capítulo desta dissertação se propõe a fazer um balanço do que foi produzido e disponibilizado em Florianópolis frente à produção de outras localidades.

Dentre os textos referentes aos feminismos, disponíveis em acervos de bibliotecas situadas na cidade de Florianópolis, foram selecionados dois campos para a realização desta pesquisa. A primeira parte foi realizada na Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, fundada em 1964, e que contém o maior acervo bibliográfico da capital catarinense. A segunda biblioteca pesquisada foi a Biblioteca do Estado de Santa Catarina, inaugurada em 1855, possuindo o acervo mais antigo de Florianópolis. Tendo em vista a inviabilidade da realização de um levantamento, para uma dissertação de mestrado, de toda a produção disponível para consulta sobre os movimentos feministas, de mulheres e produções teóricas nacionais³³, optou-se pelas publicações encontradas na Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), uma vez que todo material disponível na Biblioteca do Estado de Santa Catarina possui, durante o recorte temporal da pesquisa, edições no acervo da Universidade³⁴. Esse método foi o mecanismo encontrado para traçar a bibliografia que circulou e foi produzida em Florianópolis, uma vez que esse processo é muito

³⁰ TELES, M. A. de A. *Op.Cit.*

³¹ MORAES, L. Q. de. *Op.Cit.*

³² PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

³³ Para esta pesquisa, foi levantado um número considerável de obras das quais optou-se pelo uso aleatório de algumas produzidas em localidades brasileiras e pelo uso de todas as dissertações produzidas em Florianópolis. Essa opção se deve à pequena quantidade de produção sobre as mulheres e sobre o feminismo em Florianópolis, no período estudado.

³⁴ A partir desta pesquisa, foram encontradas cerca de 12 publicações na Biblioteca do Estado de Santa Catarina, e 126 na Biblioteca Universitária, que constam como palavras-chave mulheres, movimento feminista e feminismo, dentre publicações nacionais, internacionais, vídeos, artigos, dissertações e traduções. Entretanto, grande parte das publicações da biblioteca estadual encontram-se disponíveis também na Universidade Federal de Santa Catarina, salvo raras exceções.

mais amplo e complexo. Os livros adquiridos pela biblioteca estudada quem sabe levaram alguns anos para serem adquiridos após seu lançamento. Contudo, é provável que, no meio universitário, essas leituras já estivessem circulando em disciplinas ministradas, entre pesquisadoras e pesquisadores, bem como sendo adquiridas por estudantes interessados nessa área do conhecimento. Assim, a datação das obras encontradas na biblioteca foi o parâmetro utilizado para delinear o objeto de pesquisa frente à impossibilidade de um levantamento absoluto.

Do número de publicações encontradas, podemos destacar livros como *A condição da mulher: amor-paixão-sexualidade*³⁵ e *De Mariazinha a Maria*³⁶, de Marta Suplicy; *A arte de ser mulher*³⁷, de Carmen da Silva; e *A Nova Mulher*³⁸ de Marina Colassanti. Tais obras tratam das questões em torno das mulheres sob a ótica psicológica, ocupando-se de aspectos referentes à vivência: relacionamentos, conjugalidade e papéis atribuídos às mulheres³⁹. As editoras responsáveis pelas publicações destas obras são, respectivamente, a editora Brasiliense, situada na cidade de São Paulo; a editora Vozes, localizada em Petrópolis; a Civilização Brasileira e a editora Nórdica, da cidade do Rio de Janeiro.

Voltadas ao âmbito privado, as mencionadas autoras têm como ponto central, nestas publicações (formadas principalmente por coletâneas de artigos), a questão da sexualidade. Levantando discussões em torno do aborto e da utilização de métodos contraceptivos, fazem uma avaliação bastante ampla da situação das mulheres brasileiras e dos problemas de ordem mundial. Seus textos poucas vezes realizam menções a determinadas localidades, mas quando o fazem utilizam diferentes cidades e países que configuram um caso propício para discussão de determinado tema sem, contudo, incisivamente enfatizar uma região. Marta Suplicy, ao discorrer sobre a sexualidade em um de seus artigos – intitulado *Há desinteresse sexual. E não é para menos* –, levando em conta determinadas condições de trabalho como a das mulheres nas indústrias de castanha de caju, comenta:

Entretanto são situações como essa que permitem uma reflexão maior. Tentando ver sobre o ângulo da sexualidade, e aí fica até ridículo, pois o problema é fome e nível subumano de existência, dá para entender o ponto de vista de Rose Marie Muraro quando diz que o econômico tem papel

³⁵ SUPLICY, Marta. *A condição da mulher: amor-paixão-sexualidade* : artigos. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

³⁶ SUPLICY, Marta. *De Mariazinha a Maria*. Petrópolis: Vozes, 1985.

³⁷ SILVA, Carmen da. *A arte de ser mulher*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

³⁸ COLASANTI, Marina. *A Nova Mulher*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nórdica, 1980.

³⁹ As datas, mencionadas ao lado das publicações, não correspondem às primeiras edições, mas às edições mais antigas encontradas. Essas informações servem como parâmetro para o período em que estes livros foram disponibilizados nas bibliotecas. Desta forma, todos os trabalhos apresentados neste capítulo seguem este modelo de datação.

fundamental na sexualidade de cada um. Que sexo podem viver essas mulheres?⁴⁰

Tendo em vista os baixos salários e as terríveis condições de trabalho a que essas trabalhadoras estavam submetidas, Marta Suplicy realiza indiretamente uma distinção entre a sexualidade das mulheres que realizavam artesanalmente o processamento do caju e as mulheres de classe média, constantemente abordadas em outros artigos desta mesma publicação. Pensando nas especificidades, as obras de Marta Suplicy, assim como as de Carmen da Silva e de Marina Colassanti, fazem uma distinção entre os problemas sofridos por mulheres de diferentes classes sociais, diferentes idades e diferentes regiões.

Seguindo o levantamento realizado sobre as obras, além das publicações que trabalham com as questões privadas em torno das mulheres, abordando a sexualidade e as especificidades regionais – configurando um grupo com características similares -, podem ser destacadas outras discussões, promovidas por uma bibliografia que se autodenomina feminista. Com características teóricas ou realizando um estudo sobre particularidades brasileiras, podemos mencionar duas obras que trabalham com pontos dentro dos movimentos feministas, como é o caso do livro de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*⁴¹, e *Feminismo: o ponto de vista marxista*⁴² de Zuleika Alembert⁴³.

Em seu texto, Heleieth Saffioti faz uma explanação sobre as mobilizações operárias em diversos países - como a França, os Estados Unidos e a URSS, – abordando questões gerais em torno da mulher no âmbito social, como o seu confinamento no lar, por exemplo. Fazendo menção a livros de grande relevância para os movimentos feministas em todo o mundo, como é o caso de *O Segundo Sexo* e *A Mística Feminina*, a autora realiza também uma narrativa do desenvolvimento econômico desde o Brasil colônia, fazendo uma análise dos modos de produção desenvolvidos no país, e a situação desprivilegiada das mulheres ao longo dos períodos históricos. Tratando do Brasil de forma generalizada, procura as “raízes” desta condição inferiorizada das mulheres a partir de problemas levantados em uma sociedade capitalista.

Zuleika Alembert, como Heleieth Saffioti, trabalha com a literatura marxista e textos feministas, realizando uma discussão teórica ampla sobre as intersecções entre a temática do

⁴⁰ SUPLICY, M. *Op.Cit.* p. 98.

⁴¹ SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Livraria Quatro Artes, 1969.

⁴² ALEMBERT, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.

⁴³ As obras foram respectivamente publicadas pelas editoras Vozes, de Petrópolis, e a editora Nobel, de São Paulo.

feminismo e do marxismo. Utilizando como suporte Marx, Engels, Bebel, Lênin, Alexandra Kollontai, entre outras autoras e autores, articula as acusações de que o feminismo desfragmenta uma luta mais ampla e que o marxismo relega as particularidades.

Seja a partir da sexualidade, de estudos teóricos ou referentes ao Brasil, os livros até então apresentados possuem como característica a procedência comum de um grupo de localidades. Analisando as fontes levantadas para este capítulo, é possível destacar que, dentre a bibliografia lançada entre as décadas de 1960 até fins da década de 1980, a grande maioria é de publicações realizadas por editoras situadas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e, em menor quantidade, em Petrópolis. Dos cerca de 126 materiais encontrados na Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, 39 são publicações de editoras de São Paulo; 23 são de editoras do Rio de Janeiro; 6, de Petrópolis; 4, de edições conjuntas entre Petrópolis e Rio de Janeiro; 1, entre a livraria paulista Nobel e o Ministério do Trabalho em Brasília; 34 são publicações internacionais. Desta lista, 19 são publicações de outras localidades brasileiras. Retirando desta relação as traduções de obras internacionais, realizadas exclusivamente por estas duas capitais, prevalece a produção nacional de livros de São Paulo e do estado do Rio de Janeiro.

A própria história do mercado editorial no Brasil passa pelos grandes centros, como é o caso do Rio de Janeiro. A imprensa surgiu em 1808, na então capital brasileira, com a chegada da família real ao país e a criação da Imprensa Régia. Durante o século XIX, as atividades de impressão e editoração eram realizados conjuntamente e a separação destas duas etapas, iniciadas no Rio de Janeiro, possibilitou a diminuição dos custos das publicações. Com a reforma do ensino público no país, é aberto o mercado para livros didáticos, negócio iniciado por Francisco Alves, que abre uma filial em São Paulo. Durante a segunda metade do século XX, o Sudeste era responsável por cerca de 89,5% da produção nacional de livros e, em 1982, por mais de 60%.⁴⁴

Com um número bastante reduzido dentre as publicações encontradas, podemos destacar obras produzidas em Porto Alegre, Recife, Santa Cruz do Sul, dentre outras localidades. Em *Mulher em Questão*⁴⁵, encontramos uma coletânea de artigos que, diferente das publicações anteriormente citadas, é originária de Maceió. Com a proposta de discutir a

⁴⁴ ARAGÃO, Érika. O mercado editorial brasileiro no segmento livros e a dimensão relativa da Bahia. In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Dez anos de economia baiana. Salvador: SEI, 2002. p. 91-102 (Série Estudos e Pesquisas, 57).

⁴⁵ LIMA, Nadia Regina L. de Barros. Mulher em Questão. Maceió: BUFAL Departamento de Ciências Sociais, 1987.

opressão das mulheres, a organizadora realiza, inicialmente, uma explanação sobre as obras de importância para os movimentos feministas:

E as obras não cessam de aparecer. Nos fins da década de 60, a teoria feminista estava fortalecida com a multiplicidade de contribuições, como a “Política Sexual” de Kate Millet, a “Condição da Mulher” de Juliet Mitchel, “A Mulher na Sociedade de Classes, Mito e Realidade” de H. Saffioti, etc. O movimento feminista não parou mais de avançar, Tanto no Leste como no Oeste, o que não significa que as discriminações não continuem a existir, muitas vezes, de forma camuflada.⁴⁶

A coletânea de artigos *Mulher em Questão* tem como suas principais referências sobre o feminismo os livros *O que é feminismo?*, de Branca Moreira Alves e Jaqueline Pitanguy, *O Feminismo: uma abordagem histórica*, de Andrée Michel e o livro de Zuleika Alembert, anteriormente citado, *Feminismo: o ponto de vista marxista*. Com exceção de Andrée Michel, escritora francesa que teve sua obra traduzida por uma editora carioca para o português as principais referências nacionais sobre o feminismo dos artigos contidos nesta coletânea são publicações de São Paulo. Citando várias vezes Zuleika Alembert e *O que é feminismo?*, essas duas bibliografias são apresentadas como referência no debate promovido pelo texto. Desta forma, a grande quantidade de publicações tematizando o feminismo vinda de São Paulo e do Rio de Janeiro – característica encontrada na biblioteca florianopolitana – pode ter-se repetido também em outras cidades brasileiras.

Em contrapartida ao exemplo anterior, o livro *Na condição de mulher*⁴⁷ – publicação realizada através das Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul – possui também como característica a citação de obras internacionais. Nesse caso, não há citação de obras de grandes capitais brasileiras, como no livro *Mulher em Questão*, que utiliza os textos de Zuleika Alembert, Jaqueline Pitanguy e Branca Moreira Alves. Citando principalmente textos internacionais e publicações pouco referenciadas pela bibliografia encontrada para esta pesquisa – como é o caso do texto *A emancipação da mulher: raízes e preconceitos anti-femininos*, de Vamberto Moraes, publicado em Recife –, os textos do livro *Na condição de mulher* possuem um caráter geral, mas encontram-se inseridos em uma discussão em torno das especificidades:

Falar sobre “mulher brasileira” me soa a maravilhosa abstração. Seria melhor passáramos a falar como mulheres brasileiras: tu, a Beta, a Neomi, a Elvira, a Teresa, a Maria José. Indivíduos concretos e socialmente situados. Somos milhões: uma realidade múltipla e variada. Data de nascimento,

⁴⁶ Idem, p. 37.

⁴⁷ ALBORNOZ, Suzana. *Na condição de mulher*. Santa Cruz do Sul, Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1985.

naturalidade, profissão, estado civil, moradia, número de filhos, temperamento, aptidões, tudo influi. Geografia, idade, raça, classe social e outra variante: o número de anos que se passou na escola.⁴⁸

Sem criar um padrão homogeneizante entre as mulheres, em prol de uma luta unificada do movimento feminista, os artigos que compõem esta coletânea foram publicados em periódicos e possuem caráter militante, sendo vinculados a ideais socialistas.

No mesmo sentido, o livro de Ana Montenegro, intitulado *Ser ou não ser feminista*⁴⁹, encaminha seu debate para as especificidades, pensando as diferenças existentes entre as mulheres em meio à luta feminista, considerada pela autora como encabeçada por uma classe média que não corresponde aos anseios de determinadas camadas sociais:

Nossa intenção, ao escrevê-lo, foi a de trazer à discussão alguns desses aspectos que nos preocupam quanto às premissas, às reivindicações e as posições de grupos feministas existentes atualmente no Brasil. E nos preocupam porque dizem respeito quase que apenas a determinadas classes e camadas sociais, e não são prioritárias para as massas femininas em geral, as trabalhadoras, camponesas, donas de casa, empregadas, etc., e portanto, incapazes de mobilizá-las. Não seria, pois, justo considerá-las globais.⁵⁰

Seu texto ainda traça um panorama do “movimento feminino”⁵¹ brasileiro, destacando a luta dos grupos anteriores a 1975, data que significa para autora o ano da “multiplicação dos pães e peixes”, mas não exatamente o “milagre”. O “milagre” seriam as lutas que antecederam esta data, das quais ela destaca grupos e manifestações ocorridas em variadas localidades brasileiras:

Na Bahia, por exemplo, o Comitê Democrático de Mulheres, que também lutava contra a carestia, centrou suas atividades na defesa dos lares de centenas de famílias despejadas nos bairros pobres de Salvador. Lembro-me que a luta das famílias que viviam na favela do Corta Braço foi contada, em um livro, pelo jornalista Ariovaldo Matos.⁵²

Além de Salvador, Ana Montenegro faz menção a diversas regiões brasileiras, como Rio Grande do Sul, Ceará e São Paulo, no intuito de traçar a história do “movimento feminino” no Brasil, nos períodos de 1945 a 1964.

Tanto na publicação de Ana Montenegro, como no livro organizado por Suzana Albornoz, é encontrada uma preocupação diante das diferenças de classe, raça e região,

⁴⁸ Idem, p. 12.

⁴⁹ MONTENEGRO, Ana. *Ser ou não ser feminista*. Recife: Guararapes, 1981.

⁵⁰ Ibid, p. 9.

⁵¹ O termo “movimento feminino” é utilizado pela autora ao longo de sua obra, assim como os demais termos grifados.

⁵² Ibid, p. 66.

regionalismo este que não se apresenta da mesma forma em parte da bibliografia encontrada na biblioteca de Florianópolis. No já mencionado livro *O que é feminismo?*⁵³ (1985), resultado de uma parceria entre Branca Moreira Alves e Jaqueline Pitanguy, encontramos uma trajetória dos movimentos feministas que perpassa a França, os Estados Unidos e o Brasil. Contudo, os acontecimentos destacados em torno dos feminismos brasileiros são apenas os situados nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo, tomando ambas as localidades como representativas dos feminismos no Brasil. Essa prática de valorização de determinadas localidades é encontrada de diferentes formas em outras publicações, como é o caso do trabalho realizado por Carmem Barroso, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), intitulado *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*⁵⁴. Apresentando um estudo que se subdivide em temáticas como saúde, educação e creches, a autora dá constante ênfase aos dados referentes a São Paulo, tanto que realiza uma divisão particular para leitura dos dados da pesquisa, separando este estado em uma região e ignorando outros estados brasileiros:

Região II – São Paulo
 Região III – Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul
 Região IV – Minas Gerais e Espírito Santo
 Região V – Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Piauí e Maranhão⁵⁵

Roraima, Amapá, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são exemplos de estados desconsiderados na divisão regional desta pesquisa. Esse elemento pode ser associado a outra característica da obra: os constantes comparativos entre um “Brasil desenvolvido” e um “Brasil subdesenvolvido”. Tal divisão realizada pelo trabalho de Carmen Barroso reflete o debate em torno das desigualdades regionais do Brasil promovido durante a década de 1970. Segundo o sociólogo Jacques Lambert, há “dois Brasis”, com grandes diferenças nas estruturas econômicas dos estados: (...) uns são puramente agrícolas, outros grandemente industrializados; uns são miseráveis, outros relativamente ricos; algumas populações possuem boas escolas, outras são, de maneira geral, analfabetas.⁵⁶

Existe, para este autor, uma divisão que toma o Sul e Sudeste como “motor” do Brasil, enquanto o Nordeste é qualificado como arcaico. Ou seja, São Paulo e Nordeste são

⁵³ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. O que é feminismo. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

⁵⁴ BARROSO, Carmen. Mulher, Sociedade e Estado no Brasil. São Paulo: Unicef, Brasiliense, 1982.

⁵⁵ Ibid, p. 41. Por um possível erro de diagramação, a Região I não foi impressa na publicação. Esse fator nos leva a crer que a Região I seja composta pelo estado do Rio de Janeiro ou Distrito Federal.

⁵⁶ LAMBEER, Jaques. Os dois Brasis. 12.ed. São Paulo: Nacional, 1984. p. 48-49.

constantemente comparados como extremidades de uma sociedade desigual, e essa característica é reconhecida no livro *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*:

Na região Nordeste, uma das mais pobres do país, 56,5% dos homens e 83% das mulheres recebem até um salário mínimo e 83% dos homens e 93% das mulheres recebem até dois salários mínimos (PNAD, 1978)

É nas regiões mais desenvolvidas, sobretudo em São Paulo, que se encontram as percentagens menos elevadas de trabalhadores que ganham menos do que um ou dois salários mínimos.⁵⁷

Embora esses sejam dados que para a autora representam as disparidades existentes entre as regiões brasileiras, sua pesquisa tem como enfoque apenas a capital paulista, dando destaque aos dados da região, aos eventos referentes ao Ano Internacional da Mulher ocorridos nessa cidade, e às conquistas em torno das mulheres, conquistas obtidas pelos grupos feministas de São Paulo.

Rose Marie Muraro, no livro *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*⁵⁸, busca fazer um panorama sobre as mulheres que, por muito tempo, foram alvo das políticas públicas. Tendo como base a questão da sexualidade, a autora procurou atingir diferentes classes sociais em uma pesquisa nacional. Pela escassez de recursos e em parceria com outras pesquisadoras e pesquisadores, Rose Marie Muraro optou, como campo de pesquisa, pela burguesia e classe média do Rio de Janeiro, o campesinato em Pernambuco e o operariado de São Paulo, na intenção de abarcar determinadas classes sociais e localidades brasileiras, em busca de um diagnóstico mais abrangente. Assim, desenvolve uma narrativa argumentativa diante da escolha dos locais:

O segundo problema foi o local. Para a classe operária já estava “de antemão” escolhido o lugar “natural”. Seria a Grande São Paulo, a cidade mais industrializada da América Latina e que, portanto, concentraria o maior contingente operário de nosso país.

A segunda classe a escolher seria burguesia. Por que não entrevistar a burguesia paulista, a mais importante do Brasil? Optou-se, contudo, em entrevistar a burguesia do Rio de Janeiro. O Rio é a segunda cidade do país. E não só isso, é uma cidade, além de industrial (nela estão situadas algumas das indústrias de maior porte do país, tais como a indústria naval, a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, etc.), ex-capital do país, que exerce, ainda hoje, forte influência cultural sobre o Brasil inteiro. Ainda mais por ser um grande balneário cosmopolita, o comportamento de sua população, especialmente a da alta renda, é espalhado pelos meios de comunicação de massa como modelo de comportamento para o país inteiro.⁵⁹

⁵⁷ BARROSO, C. *Op.Cit.* p. 26.

⁵⁸ MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da mulher brasileira: Corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983. Os grifos contidos no texto são da própria autora.

⁵⁹ Idem, p. 50.

Rose Marie Muraro evidencia a escassez de recursos na elaboração de seu trabalho. Desta forma, observamos que ela buscou realizar uma pesquisa nacional utilizando como solução o método de pesquisa por amostragem. Assim, São Paulo e Rio de Janeiro se destacam como pólos nacionais em diversas esferas e representam a opção da autora que os expõe como ícones, respectivamente, de uma classe operária em uma cidade com um nível de industrialização marcante, e um centro cultural de influência nacional, que abarca a classe abastada que pode desfrutar dos atrativos proporcionados pela cidade.

Já na escolha de uma classe campesina, a opção não se encontra tão encerrada em uma localidade, sendo necessária uma justificativa contendo um maior número de elementos:

Seria também necessária uma amostra não urbana. Optou-se por um estado do Nordeste, região onde é mais alta a taxa de fecundidade do Brasil. Escolheu-se para tanto o Estado de Pernambuco. Em primeiro lugar, por ser ele o mais importante Estado agrário do Nordeste. Em segundo, pela sua herança colonial, pois foi em Pernambuco que, no século XVI e início do século XVII, se desenrolou toda a cultura do açúcar na economia brasileira. Foi o primeiro pólo dominante desta economia.⁶⁰

Aparentemente, Rio de Janeiro e São Paulo apresentam-se como localidades que se justificam como locais representativos para o estudo da burguesia e do operariado, enquanto o campesinato poderia ser representado por inúmeras outras localidades brasileiras. Essa constatação demonstra a visibilidade nacional desses dois estados, que é, nesse livro, reconhecida pela autora.

Além da noção de “dois Brasis”, outro termo elaborado durante a década de 1970 para definir as diferenças regionais brasileiras é a de um reino chamado “Belíndia”. Essa fábula, criada por Edmar Bacha, diz respeito à divisão desigual de renda no país, utilizando a junção da palavra Bélgica – país europeu desenvolvido – com a palavra Índia – país classificado pelo autor como miserável. É a partir dessas diferenças regionais e das representações em torno das diferenças regionais que se dá a produção de conhecimento.

Com um suporte editorial consolidado, estados como Rio de Janeiro e São Paulo tiveram condições de publicar livros sobre os feminismos e as temáticas que envolvem questões em torno das mulheres, criando, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, uma determinada representatividade social nesta área. Tendo em vista o grande número de obras publicadas nesses estados, encontramos mais citação de livros como *O que é feminismo?*⁶¹ e

⁶⁰ Ibid, p. 51.

⁶¹ ALVES, B. M. PITANGUY, J. *Op.Cit.*

*Feminismo: o ponto de vista marxista*⁶² – como as encontradas no exemplo do livro *Mulher em Questão*⁶³ – do que de textos como o *A emancipação da mulher: raízes e preconceitos anti-femininos*⁶⁴ – inserido no livro *Na condição da mulher*⁶⁵. Agregada a esse fator, podemos destacar outra característica desta bibliografia, que é a busca das autoras (no caso das obras anteriormente analisadas) pela realização de trabalhos que tivessem um caráter nacional. No livro de Jaqueline Pitanguy e Branca Moreira Alves, observamos a intencionalidade das autoras em abordarem os feminismos no Brasil a partir de dados de São Paulo e Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que Rose Marie Muraro pretendeu tratar da “sexualidade da mulher brasileira”, utilizando Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro como campos para seu estudo. Esses elementos evidenciam a importância atribuída a determinadas localidades como representativos do que seriam “dados brasileiros” sobre um determinado tema. Entretanto, essa autoridade que toma como “Brasil” algumas cidades específicas, não é encontrada em publicações de pequenas localidades. Essa característica, conforme a pesquisa realizada, é encontrada apenas em publicações das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Livros, como o de Ana Montenegro, tratam do movimento de mulheres no Brasil discorrendo sobre diferentes localidades brasileiras, sem tomar, por exemplo, Recife como representativo do que é nacional. Publicações realizadas em capitais menores, como é o caso de Florianópolis, assumem uma discussão abrangente e teórica sobre a “condição da mulher”, mas não assumem para si a responsabilidade de serem representativos do Brasil.

Com uma reconhecida representatividade social na produção acadêmica de alguns estados, as publicações analisadas fazem parte de um conhecimento ancorado em instituições. Enquanto na Universidade Federal de Santa Catarina os programas de pós-graduação surgiram a partir da década de 1970, os primeiros passos da pós-graduação no Brasil foram dados na década de 1930. A partir de moldes europeus, o curso de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Faculdade Nacional de Filosofia e a Universidade de São Paulo foram pioneiras nessa nova área que se iniciava no país.⁶⁶

Por outro lado, se pensarmos no contexto em que esses textos foram produzidos, esse foi um período de grandes debates em torno da relação colonialista com os grandes centros

⁶² ALEMBERT, Z. *Op.Cit.*

⁶³ LIMA, N. R. L. de B. *Op.Cit.*

⁶⁴ MORAIS, Vamberto. *A Emancipação da Mulher/Raízes do preconceito Antifeminismo e seu Declínio*. 2ª. Ed. Gráfica e Editora Cital: Recife, 1968.

⁶⁵ ALBORNOZ, S. *Op.Cit.*

⁶⁶ SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**. vol.24 no.83 Campinas ago. 2003. p. 628

em diversas esferas. Contudo não encontramos, nesse momento, reflexões a esse respeito entre os grupos de mulheres e grupos feministas. Exemplo desta afirmação é que podemos encontrar referências à perspectiva econômica da CEPAL⁶⁷, que caracterizava os países da América Latina como dependentes da demanda dos grandes centros, em trabalhos deste período. Celso Furtado, em livros como *O mito do desenvolvimento econômico*⁶⁸ e *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*⁶⁹, aborda a questão da dependência externa frente ao subdesenvolvimento brasileiro, e, desta forma, sinaliza para um debate presente entre centros hegemônicos e localidades periféricas no âmbito global. Mas esse debate não foi limitado ao conhecimento econômico no campo acadêmico, existindo outras áreas que analisaram as relações de dependência frente aos grandes centros.

Rosa Maria Godoy Silveira, desenvolvendo uma pesquisa no campo historiográfico, em *O regionalismo nordestino: existência e coexistência da desigualdade regional*⁷⁰, fala sobre a questão dos regionalismos, destacando a supervalorização de determinadas localidades. Tratando da visão das classes dominantes em relação às províncias de Pernambuco e da Paraíba na segunda metade do século XIX, Rosa Maria Godoy Silveira realiza um incentivo aos estudos regionais, além de uma crítica historiográfica. Neste sentido, a autora afirma:

As análises são unânimes na caracterização “dois Brasis”: um arcaico, subdesenvolvido, localizado sobretudo no Nordeste agrário; outro moderno, identificado com o progresso e desenvolvimento, localizado no Centro-Sul industrial. A noção de centro-periferia, aplicada à interpretação das disparidades entre as nações, era transposta para as interpretações das desigualdades regionais internas ao país, sob uma perspectiva de interesses urbano-industriais, que consubstancia, distante, uma segunda vertente historiográfica sobre o Nordeste, de feição liberal neoclássica.⁷¹

Seja na área econômica ou na historiográfica, o que encontramos é uma discussão no campo acadêmico que realiza uma crítica a centros hegemônicos, mas que não é incorporada a áreas que abordam os feminismos e as mulheres. Produtor de conhecimento em relação aos movimentos feministas e às questões envolvendo direitos e saúde das mulheres, as metrópoles

⁶⁷ A CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina, faz parte de uma das cinco comissões das Nações Unidas e foi fundada em 1948, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, reforçando as relações entre os demais países.

⁶⁸ FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro S.A. s/d.

⁶⁹ FURTADO, Celso. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁷⁰ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e coexistência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984.

⁷¹ Ibid.

brasileiras tiveram esse movimento social mais articulado frente a outros estados. Nesse sentido, durante as décadas de 1970 e 1980, a produção bibliográfica fez, em sua grande maioria, uma abordagem dos estados brasileiros do Rio de Janeiro e São Paulo.

Contudo, uma vez que o debate questionando os centros hegemônicos ocorreu durante as mencionadas décadas, período em que os movimentos feministas ressurgem com maior força em todo o país, observamos que, no campo de produção acadêmica, ou de alguma forma institucionalizada, não é encontrada a incorporação deste tipo de discussão.

Nos livros dos grandes centros pesquisados para a realização deste trabalho, é possível destacar tanto produções teóricas como estudos de caso. Publicações como *Condição feminina e as formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*⁷² (1989), de Rachel Sohiet, e *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*⁷³ (1984), de Miriam Lifchitz Moreira Leite, são estudos de caso que fazem parte do acervo publicado por editoras, respectivamente, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Com a proposta de abordar a criminalidade feminina no Rio de Janeiro tendo como recorte temporal os séculos XIX e XX, Rachel Sohiet na obra acima citada, utiliza como fonte os processos criminais, no intuito de percorrer a história das mulheres no segmento popular. Possuindo como campo de pesquisa a capital do governo e o seu desenvolvimento, essa autora busca também analisar as condições sociais em que viviam as mulheres daquele período e os valores que lhes eram atribuídos: a inferioridade intelectual, a incapacidade de manter um relacionamento de amizade com homens sem que houvesse relações sexuais, o fato de serem consideradas fracas, sensíveis e submissas.

Em *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*, Miriam Lifchitz Moreira Leite traça a trajetória pessoal e militante desta personagem, através do acervo documental composto por sua obra impressa, apontamentos, cartas e registros pessoais, além de referências impressas e depoimentos escritos, impressos, gravados e captados. Esse trabalho relata a importância de Maria Lacerda de Moura como figura contestatória da subordinação feminina, representando uma personagem de destaque no cenário do feminismo da primeira metade do século XX.

Dentre a bibliografia até então analisada – produzida tanto em grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, como em localidades menores, como Santa Cruz do Sul e Maceió –, observamos uma diversidade de temáticas perpassando discussões teóricas e estudos de

⁷² SOIHET, Rachel. *Condição feminina e as formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

⁷³ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

caso. No entanto, é possível destacar que há uma diferenciação quantitativa dessa produção entre “metrópoles” e “periferias”, além de uma importância atribuída a determinadas localidades.

Veremos que essas mesmas características se repetem na produção bibliográfica florianopolitana, encontrada eminentemente na Universidade Federal de Santa Catarina. Composta por nove dissertações de mestrado das áreas de Ciências Humanas, Enfermagem e Administração, a produção acadêmica que possui como temática as mulheres e os movimentos feministas começou a ser produzida, nessa instituição, a partir de 1981.

Destacamos que a subdivisão exposta no presente trabalho apresenta-se apenas como uma opção de organização das informações, pois não se trata simplesmente de apreendermos as produções acadêmicas de outras localidades e as produções acadêmicas de Florianópolis, para, assim, realizarmos um comparativo do que foi produzido. Essas fronteiras regionais – ou pontos de contato⁷⁴ – estabelecidas e evidenciadas na literatura sobre os movimentos feministas e sobre as mulheres, trazem elementos das relações entre as localidades. É nos trabalhos sobre esse campo do conhecimento que percebemos os discursos e representações de uma localidade frente a outra. As bibliografias sobre as mulheres e feminismos fazem parte de um contexto, e é no entendimento das dimensões sociais e históricas da produção desse conhecimento que podemos entender as linhas fronteiriças das diferenças e mesmo das hierarquias estabelecidas.

Desta forma, agrupando as dissertações entre aquelas que realizam um debate teórico e as que desenvolvem estudos de caso sobre o feminismo, sobre saúde e os direitos das mulheres, apresentaremos a produção acadêmica de Florianópolis em suas diversidades e similaridades com as obras até então referidas.

Na dissertação de Iara Maria Ilgenfritz da Silva, defendida na área do Direito no ano de 1983, intitulada *Direito ou punição?: representação da sexualidade feminina no direito penal*⁷⁵, realiza uma discussão entre religião, direito e psicanálise. Elaborando um “inventário das raízes históricas”, que consolidariam o Código Penal Brasileiro, a autora faz uma apresentação do primeiro estatuto jurídico a vigorar no Brasil e as Ordenações Filipinas. Apresenta também o Código Criminal do Império, o Código Republicano, o Código Penal de 1940, estudando os crimes de caráter sexual cometidos contra a liberdade sexual das mulheres. As inúmeras representações pejorativas, que por muito tempo fizeram parte da

⁷⁴ PRATT, M. L. **Op.Cit.** p. 07-29.

⁷⁵ SILVA, Iara Maria Ilgenfritz da. *Direito ou punição?: representação da sexualidade feminina no direito penal*. 1983. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis. (Dissertação orientada por: José Maria Gómez) 1983.

experiência das mulheres, são articuladas à representação ideológica dos crimes de natureza sexual, apresentados no referido trabalho – como, por exemplo, o estupro no casamento – , enfatizando as disparidades no Código Penal, as quais minimizam o direito das mulheres. Assim, segundo as conclusões da autora, pode-se afirmar que existe uma legislação penal que regulamenta as sexualidades tanto das mulheres quanto dos homens, mas que toma a cidadã como de segunda ou terceira classe perante o Direito. Sob essa ótica, o trabalho tem como proposta questionar as estruturas sociais, na direção de uma revolução cultural.

Realizando também um debate teórico, Erinalva Medeiros Ferreira, na dissertação *A figuração da (des)igualdade. Algumas idéias sobre o espaço público de poder da mulher desde sua condição privada*⁷⁶, apresentada para obtenção do título de mestre em Direito do Estado, têm como enfoque central a questão do público e do privado na vida das mulheres. Entendendo o público como espaço político e de representatividade social, a autora busca narrar as atuações das sufragistas, em suas particularidades e contradições, que desencadearam em uma efetiva incorporação das mulheres nesta esfera, conforme a análise realizada. Para a autora, o voto ocasionou um impacto muito fraco na vida cotidiana das mulheres, que, mesmo com a reestruturação dos movimentos feministas na década de 1970 no Brasil, não solucionou a questão da divisão de papéis sexuais. Segundo Erinalva, esse fenômeno ocorreu porque a ampliação dos direitos formais não resolveu necessariamente a opressão das mulheres.

Levantando bandeira contra o pensamento tradicional que discute sobre as mulheres e as identidades pré-fabricadas que atendem a interesses públicos e privados, a autora faz apologia à entrada das mulheres nos centros de poder político, reservado exclusivamente para os homens. Assim, o trabalho evidencia o abismo existente entre a obtenção decretada dos direitos iguais e a sua efetiva obtenção no cotidiano.

Seguindo, em grande parte de sua dissertação, uma linha geral, sem discorrer sobre especificidades ou casos particulares, podemos destacar um ponto em que a autora se propõe a apresentar dados sobre a participação das mulheres nos partidos políticos e assim, opta pelo estado de São Paulo:

Podemos ver melhor estas hierarquias, tomando, por exemplo, o Estado de São Paulo. “No PT, as mulheres representam quase quarenta por cento dos núcleos de base, mas sua representação é pouco significativa na Comissão Estadual de São Paulo (duas mulheres no total de quinze membros). No

⁷⁶ FERREIRA, Erinalva Medeiros. *A figuração da (des)igualdade. Algumas idéias sobre o espaço público de poder da mulher desde sua condição privada*. 1983. 120 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis. (Dissertação orientada por: José Maria Gómez) 1983.

PMDB as mulheres estão ausentes, pois, em São Paulo, dos 45 membros do Diretório Regional, apenas um é do sexo feminino. As mulheres estão ainda mais ausentes a nível de direção nacional.”⁷⁷

Citando o trabalho de Maria Moraes, *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*⁷⁸, Erinalva Medeiros Ferreira faz um demonstrativo do quadro de participação política das mulheres em São Paulo. Analisando a bibliografia utilizada pela autora observamos que, em sua grande maioria, esta é composta por publicações internacionais, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Apenas um dos textos utilizados como referência é uma publicação florianopolitana. Conforme se observa, a busca por uma autoridade, ou mesmo uma originalidade dos trabalhos acadêmicos, faz com que a opção bibliográfica caminhe para obras de grande visibilidade, sejam internacionais ou de grandes centros brasileiros, que dêem um *status* à dissertação⁷⁹. Contudo, o caminho teórico feito na realização dos trabalhos também passa pelas possibilidades bibliográficas existentes, proveniente, em sua maioria, dos grandes centros brasileiros.

A mesma característica é encontrada na bibliografia da dissertação de Iara Maria Ilgenfritz da Silva, na qual consta um grande número de publicações cariocas e paulistas sobre os movimentos feministas. Esse dado aponta mais uma vez para a grande diferença quantitativa entre as regiões, de publicações disponíveis nos acervos de Florianópolis e mesmo para uma escassez de bibliografia local, que possivelmente era suprida por livros produzidos em outras localidades.

Se pensarmos quantitativamente no material disponível na biblioteca de Florianópolis, o maior número de publicações que abordam os grupos de mulheres e os feminismos é composto por obras internacionais, superando Rio de Janeiro e São Paulo. Esse fator demonstra que, para além de um estudo sobre as relações, representações e valorizações de determinadas localidades no Brasil, existe um campo de publicações que norteia as pesquisas em uma hierarquia que coloca a Europa e os Estados Unidos no topo da produção de conhecimento.

Outro trabalho encontrado durante a pesquisa da produção bibliográfica teórica de Florianópolis foi a dissertação de Leonardo Baierle, intitulada *A estabilidade provisória da*

⁷⁷ FERREIRA, E. M. *Op. Cit.* p. 92.

⁷⁸ MORAES, Maria. *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*. Unicef/Brasiliense, 1982.

⁷⁹ CALVINO, Italo, 1925. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

*mulher em razão da maternidade: elementos para uma análise crítica*⁸⁰ (1986), defendida para obtenção do título de mestre em Direito. Seu trabalho, diferentemente das duas dissertações anteriormente apresentadas, faz uso de uma bibliografia de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas utiliza como exemplo casos catarinenses.

Buscando fazer um apanhado geral sobre a situação legal das mulheres no tocante à maternidade nos direitos trabalhistas, essa dissertação tem como foco apresentar dados nacionais e internacionais sobre este ponto, sem realizar um debate mais aprofundado sobre a leitura de suas fontes. Desta forma, o autor passa grande parte de seu texto apresentando dados, como, por exemplo, as convenções e acordos coletivos de trabalho, traçando seu funcionamento em países como Estado Unidos, URSS e mesmo o Brasil. Sua apresentação também se estende aos casos catarinenses de empresas, como a Sadia, e de sindicatos, como a dos Empregados Bancários de Blumenau e dos Empregados no Comércio de Joinville, que, segundo o autor, visavam evidenciar o comportamento dos sindicatos obreiros e patronais diante da estabilidade provisória da mulher em função da maternidade. Com conclusões pontuais, distribuídas em tópicos, Leonardo Baierli destaca o direito ao emprego durante e após a gravidez, tendo em vista a estabilidade e a assistência social que é devida às mulheres.

Concluimos, a partir dessas dissertações, que frente a um número considerável de bibliografias oriundas de localidades como São Paulo e Rio de Janeiro e encontradas nos acervos pesquisados, sua utilização pela produção florianopolitana segue a disponibilidade bibliográfica. Ao abordar os feminismos e as mulheres, a bibliografia produzida por essas duas capitais são constantemente citadas, representando – pela pouca diversidade bibliográfica – o fundamental aporte teórico das dissertações produzidas na Universidade Federal de Santa Catarina.

Quanto aos estudos de caso, compostos por seis dissertações, podemos destacar essa mesma característica, além das especificidades apresentadas pelas localidades estudadas. *Experiências vivenciadas pelos homens durante a primeira gravidez e parto de suas mulheres*⁸¹ (1981), de Maria de Lourdes Centa, é a primeira dissertação que consta nos registros da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, e trata de questões em torno das mulheres, pensando sua saúde durante a gravidez. Entrevistando cerca de 85 homens e fazendo seu estudo em uma maternidade particular de Curitiba, a proposta da

⁸⁰ BAIERLE, Leonardo. A estabilidade provisória da mulher em razão da maternidade : elementos para uma análise crítica. 1986. 135f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis. (Dissertação orientada por: Osni de Medeiros Regis) 1986.

⁸¹ CENTA, Maria de Lourdes. Experiências vivenciadas pelos homens durante a primeira gravidez e parto de suas mulheres. 1981. 2v. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Saúde, Florianópolis. (Dissertação orientada por: Silvia T. Maurer Lane) 1981.

autora agregou informações que pudessem auxiliar o trabalho das enfermeiras obstétricas no atendimento ao “casal grávido”. Seu campo de pesquisa foi definido pela grande visita de maridos durante o internamento de mulheres grávidas na instituição por ela analisada, os diversos planos de saúde e, conseqüentemente, as diferentes classes econômicas que o hospital atendia. Além disso, havia a facilidade de acesso da autora ao local pesquisado. A partir de questionários, todos disponíveis em um segundo volume da dissertação, conclui que os homens possuem uma forma particular de vivenciar a gravidez, despertando a alegria e a sensibilidade agregadas ao orgulho de serem pais, além das preocupações frente a uma nova responsabilidade.

Lélia Pereira da Silva Nunes, em sua dissertação de mestrado em Administração, intitulada *Trabalho da mulher discriminação, realização profissional e realização pessoal*⁸² (1985), investigou a participação das mulheres nas atividades econômicas e a influência dos estereótipos sexuais e ideológicos na busca pela realização, tanto no campo profissional quanto no campo pessoal. Para tanto, a autora buscou analisar tais estereótipos através de aspectos históricos da divisão sexual de papéis, por meio da influência exercida pela Igreja Católica, pela educação formal, pelos meios de comunicação e mesmo pelas relações familiares.

Realizando primeiramente uma explanação teórica sobre o tema, seguida de uma explanação numérica e regional sobre o trabalho no Brasil, Lelia Pereira da Silva Nunes utiliza, como campo central de sua pesquisa, funcionárias públicas e professoras da Universidade Federal de Santa Catarina. Por meio de um questionário avaliando questões como a idade, quantidade de filhos, escolaridade, cargos ocupados e conciliação entre atividade profissional e afazeres domésticos, demonstra que um grande número de entrevistadas não colocavam em primeiro plano a disponibilidade no lar, em detrimento da escolha profissional. Ao ocupar uma pirâmide que se afunilava com o aumento da importância do cargo dentro da Universidade, essas mulheres, conforme a autora, sofriam preconceitos no trabalho. Este preconceito, na medida em que ia sendo internalizado passava a ser reforçado pelas próprias mulheres em seu ambiente de trabalho.

Analisando duas categorias de mulheres com formação universitária, as que realizam atividades em áreas socialmente femininas e aquelas que desempenham atividades em áreas consideradas socialmente masculinas, Marilda Rosa G. C. Gonçalves da Silveira, em sua

⁸² NUNES, Lélia Pereira da Silva. *Trabalho da mulher discriminação, realização profissional e realização pessoal*. 1985. 236f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico, Florianópolis. (Dissertação orientada por: Nelson Colossi e Ubiratam Simões Rezende) 1985.

dissertação de mestrado em Antropologia, intitulada *Mulheres profissionais: um estudo de papéis sexuais e suas implicações no cotidiano*⁸³, tem como proposta estudar as atitudes e valores que as mulheres expressam através de sua vivência. A autora também busca destacar os conflitos existentes entre o papel doméstico e o profissional, uma vez que há uma dupla força agindo tanto para a execução de funções relacionadas ao ambiente familiar quanto para a realização no âmbito profissional.

Elaborando uma pesquisa com 24 casais que residiam em Florianópolis, em um levantamento amostral e aleatório, a dissertação de Marilda Rosa G. C. Gonçalves da Silva conclui que há uma desvalorização das atividades domésticas por parte das entrevistadas. Essa valorização da carreira profissional acabava, segundo a pesquisa, criando uma dependência do trabalho das empregadas domésticas.

Fazendo uma primeira conclusão sobre a bibliografia produzida em Florianópolis, resultado obtido sob o suporte institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, constatamos que ficam equilibradas, quantitativamente, as temáticas desenvolvidas pelas dissertações. Enquanto os trabalhos realizados por Maria de Lourdes Centa, Lélia Pereira da Silva Nunes e Marilda Rosa G. C. Gonçalves da Silva captam aspectos de grupos específicos, em localidades e sob condições determinadas, Iara Maria Ilgenfritz da Silva, Erinalva Medeiros Ferreira e Leonardo Baierle abordam assuntos mais gerais, desenvolvendo um debate teórico com a bibliografia e as fontes disponíveis.

Claudia de Lima Costa, ao trabalhar com as teorias feministas e os processos de tradução teórica nas Américas, aponta para uma característica existente entre a representação da produção bibliográfica dos considerados “grandes centros” e das consideradas “periferias”. Das localidades tomadas como metrópoles é esperada uma produção teórica, enquanto das supostas periferias se espera a realização de estudos de caso. Para a autora, ocorre um “binarismo perverso” que faz com que exista um conhecimento sólido sobre localidades e comunidades específicas em oposição ao abstracionismo teórico⁸⁴.

Seguindo esse objeto de estudo, observamos que ele não é marcado pela representação de uma localidade produtora de um conhecimento teórico, caracterizada nesta pesquisa pelo Rio de Janeiro e por São Paulo, nem mesmo uma localidade produtora de estudos de caso, que, neste trabalho, seria figurada por Florianópolis. Conforme encontrado na biblioteca

⁸³ SILVA, Marilda Rosa G. C. Gonçalves da. *Mulheres profissionais* : um estudo de papeis sexuais e suas implicações no cotidiano. 1988. 115f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas, Florianópolis. (Dissertação orientada por: Esther Jean Langdon) 1988.

⁸⁴ COSTA, Claudia de Lima. As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução. *Revista Estudos Feministas*. vol.8, n.º 2/2000. p. 43-48.

analisada, tanto um quanto outro grupo é produtor dessas duas possibilidades metodológicas, diferindo de forma significativa quando ao número de publicação.

O Brasil, no eixo Norte/Sul da produção de conhecimento está localizado no Sul tomado como subdesenvolvido. Essa representação situa o país no interior de um conhecimento advindo da América Latina, distante do Norte, onde são elaboradas grande parte das teorias⁸⁵. Embora as metrópoles e periferias brasileiras não tenham reproduzido essa lógica internacional, existiu uma questão hierárquica que perpassou as regiões brasileiras no que concerniu às produções tematizando as mulheres e os feminismos.

Retomando a exposição das dissertações produzidas em Florianópolis, que têm como peculiaridade a abordagem dos movimentos feministas e realização de estudos de caso, destacamos dois trabalhos. O primeiro, de Clítia Helena Backx Martins, intitulada *Mulher e política: as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina*⁸⁶, trabalha com dados sobre o PMDB em Santa Catarina, e realiza uma discussão específica sobre os movimentos feministas e os grupos de mulheres catarinenses. Fornecendo um histórico, essa autora ressalta que os grupos de mulheres e feministas em Florianópolis podem ser classificados em três tipos: partidários, vinculados à Igreja Católica e autônomos. Entre os autônomos, podemos destacar a Associação Catarinense de Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia, o Coletivo de Mulheres Amálgama, o Grupo Feminista Vivências, a Associação Profissional de Empregadas Domésticas de Santa Catarina e a Associação Catarinense em Defesa da Mulher. Grande parte desses grupos foi formada durante a década de 1980. Entre os grupos vinculados à Igreja Católica está o Clube de Mães, e entre os partidários, a Ação Democrática Feminina e o PMDB Mulher. Com características bastante diversificadas, tais formações estiveram submetidas às decisões partidárias, possuíam caráter de grupo de reflexão, estavam vinculados a grupos de atuação nacional ou reivindicavam direitos trabalhistas.

No entanto, apesar da existência de um maior número de grupos de mulheres e feministas em Florianópolis, a autora dá ênfase não apenas à capital, mas a todo o estado de Santa Catarina. Assim, entra em seu levantamento o Movimento no Feminino, grupo de Criciúma (Santa Catarina), e o Movimento de Mulheres Rurais, que faz parte tanto da classificação de grupos autônomos como daqueles vinculados à Igreja Católica.

Realizando primeiramente uma explanação sobre eventos históricos em Florianópolis e uma sucinta apresentação do movimento de mulheres e dos movimentos feministas brasileiros – evidenciando grupos do Rio de Janeiro e São Paulo –, a autora passa grande parte

⁸⁵ Cf. BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

⁸⁶ MARTINS, C. H. B. *Op.Cit.*

de sua dissertação discorrendo sobre cada grupo catarinense listado em sua pesquisa, destacando data, conjuntura de sua fundação e breve histórico. Portanto, Clítia Helena Backx Martins estipula uma datação para o surgimento dos movimentos feministas em Santa Catarina, surgimento este que é por ela caracterizado pela formação de dois grupos: o Coletivo de Mulheres Amálgama e o Grupo Feminista Vivências, ambos formados em 1981.

O primeiro grupo a ser formado foi o Coletivo de Mulheres Amálgama, que, assim como o Vivência, possuía a característica de grupo de auto-conscientização, que procurava discutir as particularidades das mulheres a partir de suas vivências, sob um parâmetro feminista. Formado por mulheres universitárias, as dinâmicas eram fechadas ao grupo, e, em 1983, este se extinguiu através de um processo de esvaziamento.

O Grupo Feminista Vivências, diferentemente do primeiro grupo, conforme ressalta a autora, era composto principalmente por militantes ligadas a partidos políticos como o PMDB e o PT. Sua atuação, além de práticas de autoconsciência, era a divulgação dos pensamentos feministas e do movimento, por meio de denúncias e comemorações, como as do Dia Internacional da Mulher. Segundo Clítia Helena Backx Martins, o grupo desapareceu em 1983 devido a uma crise de liderança e aos desgastes da campanha eleitoral de 1982, ocasionados pela dupla militância das integrantes: nos movimentos feministas e nos partidos políticos.

Com base no trabalho dessa autora, esses foram os dois grupos feministas de grande visibilidade durante a Segunda Onda Feminista em Florianópolis. Diversas vezes, ao traçar o histórico das formações de mulheres em Santa Catarina, sua dissertação deixa clara a relutância de determinados grupos em serem associados ao feminismo, embora estes realizem trabalhos sociais de luta para acabar com a violência contra a mulher ou por direitos trabalhistas.

Um importante ponto a ser destacado ao tratarmos desse tema é a diferenciação entre movimento de mulheres e movimentos feministas. O adjetivo feminista possuía uma carga pejorativa, fazendo com que muitas mulheres não quisessem ser identificadas como tal. Entretanto, mesmo diante dos inúmeros adjetivos desqualificantes que foram atribuídos às militantes do movimento encontramos grupos que se autodenominavam feministas. Assim, a partir da própria autodenominação e das denominações encontradas na bibliografia que aborda esta temática, este trabalho faz a distinção entre os dois grupos.

O segundo trabalho a ser dado destaque é a dissertação de mestrado em Sociologia, de Sônia Malheiros Miguel, intitulada *Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de*

*Janeiro*⁸⁷, defendida em maio de 1988, ou seja, cerca de um ano após o trabalho anteriormente citado. A motivação para a realização deste estudo foi sua participação, durante alguns anos, no movimento feminista no estado do Rio de Janeiro.

Como pontos a serem discutidos dentro do trabalho, essa autora aborda a questão da autonomia do feminismo, buscando realizar uma avaliação deste no tempo de sua pesquisa. Como principal fonte, Sônia Malheiros Miguel utiliza entrevistas com feministas do Rio de Janeiro, apontando os motivos que a levaram a escolher tal campo de pesquisa:

Todas as entrevistas foram realizadas com feministas do Rio de Janeiro. A escolha do Rio se deu, de um lado por facilidades pessoais (infra-estrutura – casa e comida – para realizar as entrevistas, conhecimento das participantes do movimento, etc.); e por outro pela importância do Rio de Janeiro no cenário político nacional e na formação e transformação do movimento feminista no Brasil.

O Rio de Janeiro sempre foi, ao lado de São Paulo, Belo Horizonte e Recife, um dos pólos do movimento.⁸⁸

Segundo ela, o Rio de Janeiro se apresenta como uma capital de grande importância para o feminismo, assim como centro político do país. Juntamente com São Paulo, Belo Horizonte e Recife, a capital carioca é apresentada como exemplo de que é relevante para o Brasil, no que diz respeito a esse movimento social. Seu entendimento do que é representativo nacionalmente fica evidenciado em diversos momentos da dissertação, reforçando as conclusões apresentadas anteriormente. Ao discorrer sobre os feminismos brasileiros em uma das páginas de seu trabalho – capítulo quatro, intitulado *As feministas e seus feminismos* –, Sônia Malheiros Miguel faz uma quebra no texto que se propõe a tratar do âmbito nacional:

Por um lado, a não explicitação, de forma clara, destas correntes no movimento feminista brasileiro. A este respeito é bastante esclarecedor a tese de Anette Goldberg “Feminismo e Autoritarismo. A Metamorfose de uma Utopia de Liberalização em Ideologia Liberalizante” (Goldberg, 1987). Nela a autora reconstitui o surgimento do movimento feminista no Rio de Janeiro a partir da criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), até sua divisão em 1979, faz um paralelo entre a construção do feminismo no Brasil e o regime autoritário e mapeia as diferentes orientações ideológicas presentes no interior do CMB, em contraposição àqueles que se expressaram, na mesma época, no feminismo brasileiro do exílio.⁸⁹

Tomando como base este parágrafo, podemos constatar que, para a autora, os grupos feministas do Rio de Janeiro são avaliados como representativos dos movimentos feministas no Brasil. Ficam desta forma, evidenciadas as representações em torno dos grandes centros

⁸⁷ MIGUEL, S. M. *Op.Cit.*

⁸⁸ *Ibid.*, p. 49.

⁸⁹ *Ibid.*

que reconheciam determinada autoridade e legitimidade dos conhecimentos ali produzidos, dos quais cidades como Florianópolis não usufruíam. Neste sentido, é por meio das autoras e autores que incorporam em seus textos as representações em torno dos movimentos feministas que podemos avaliar, nesta esfera, relações de Florianópolis com outros centros.

Seguindo a análise da dissertação de Sônia Malheiros Miguel, a partir do embasamento bibliográfico, ela faz uma apresentação das várias subdivisões possíveis dentro dos feminismos, tendo como ponto de partida para essa classificação as tendências ideológicas: as feministas igualitaristas, anticapitalistas, o feminismo liberal e o radical. É em meio a grupos que se enquadram dentro desta classificação que a autora propõe a questão da autonomia, como conceito que perpassa o individual e o coletivo. Em outras palavras, os textos que abordam a noção de autonomia pensam na mudança a partir de diferentes individualidades, proporcionadas pelos grupos de consciência, e da proposta de uma nova identidade, promovida através da conquista de reivindicações dos feminismos. Seu trabalho mostra também a diminuição considerável dos grupos feministas de reflexão e mesmo daqueles que possuíam uma atuação socialmente mais direta. Listando os grupos que não fazem mais parte do cenário feminista carioca, a autora traça um breve comentário sobre as formas de atuação dos mesmos e a quem atendiam.

A disparidade entre a quantidade de publicações realizadas durante as décadas de 1970 e 1980, nas grandes capitais e em Florianópolis, pode ser explicada tendo em vista a incipiente produção local. A constituição dos cursos de pós-graduação na Universidade de Santa Catarina ocorreu a partir do final da década de 1970. Esse fator pode ter ocasionado uma tardia produção frente a outras localidades, uma circulação posterior desse conhecimento, além de tornar, por muito tempo, o material do Rio de Janeiro e São Paulo como principais, ou únicas, fontes dentre a bibliografia disponível. Além disso, é necessário ressaltar que um grande número de eventos relacionados ao Ano Internacional da Mulher ocorreu nestes centros e mesmo um número considerável de grandes editoras estavam sediadas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Enfim, a bibliografia analisada neste capítulo é composta por produções acadêmicas, ancoradas em instituições de ensino superior ou fundações que, posteriormente, no caso dos livros apresentados, foram publicados por editoras. Assim, estamos tratando de autoras e autores que trabalham com uma determinada metodologia acadêmica, conforme a sua área, e com um conhecimento científico do qual Rio de Janeiro e São Paulo possuem uma certa tradição, além da Europa (França, Inglaterra) e Estados Unidos.

Em *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*⁹⁰, Lilia Moritz Schwarcz aborda a preeminência da historiografia que foi realizada no século XIX, nos grandes centros, tendo em vista a importância dos Institutos Histórico Geográficos na constituição da “História Oficial”. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, sediado no Rio de Janeiro, serviu como exemplo para os demais institutos que foram formados. Seu grande papel foi demarcar espaços no cenário nacional, adquirindo respeitabilidade, enquanto às outras sedes cabia garantir as especificidades regionais com o intuito de conquistar uma hegemonia cultural. Excluindo diversas classes e raças, e assim um associável “atraso civilizatório”, tal Instituto, durante os séculos XIX e XX, foi fiel à transmissão de um conjunto de interpretações articuladas, sobre as quais adquiriu autoridade intelectual e científica.

Declarando frases como “A história de São Paulo é a própria história do Brasil”, o Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, por sua vez, usufruiu dos benefícios da economia cafeeira do estado, propondo uma historiografia paulista que desse conta de todo o país. Seguindo os moldes da instituição sediada no Rio de Janeiro, a especificidade paulista estava em dar ênfase a um conhecimento patriótico e cívico. Utilizando a figura do bandeirante, buscou enaltecer sua instituição através das qualidades da personagem, além de travar uma verdadeira competição com a sede nacional, localizada na capital federal, no período estudado por Lilia Moritz Schwarcz.

Seja por meio de resquícios dessa historiografia dominante, ou através de uma preeminência econômica e política, constatamos que Rio de Janeiro e São Paulo foram centros de referência em diversas esferas, não sendo diferente com a produção bibliográfica sobre os movimentos de mulheres e os movimentos feministas. Como conclusões, podemos destacar que o material que relata esse movimento social, e que esteve acessível aos diversos grupos feministas formados durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, foram produzidos, em sua grande maioria, nessas capitais. Isso aponta para um suporte teórico que essas localidades forneceram a outros grupos feministas brasileiros e para uma produção bibliográfica florianopolitana periférica frente à hegemonia de outros centros durante esse período.

Além disso, é possível destacar a importância atribuída a essas duas capitais seja pelas suas próprias produções bibliográficas, seja pelas dissertações produzidas em Florianópolis. Diante do movimento social estudado, São Paulo e Rio de Janeiro muitas vezes assumiam uma representatividade nacional expressiva, a ponto de serem considerados ícones do que é

⁹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

qualificado como “brasileiro”. A autoridade discursiva desfrutada por essas metrópoles foi resultado de uma série de fatores, como a maior produção bibliográfica, um movimento feminista mais expressivo, a trajetória histórica da produção bibliográfica brasileira e suas relações com a implantação dos programas de pós-graduação e centros de pesquisa no país.

CAPÍTULO II

Os grupos de mulheres e os feminismos em Florianópolis: A importância atribuída às grandes capitais brasileiras

A representatividade do Ano Internacional da Mulher para as organizações de mulheres no Brasil, como observado no capítulo anterior, é caracterizada por grande parte da bibliografia que aborda esta temática. Entretanto, antes da data estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), podemos destacar a atuação dos clubes mães e das associações de bairros, além dos grupos de consciência de caráter feminista.

Segundo Lygia Quartim de Moraes, em *A Experiência Feminista dos Anos Setenta*⁹¹, as reivindicações desses primeiros grupos não estavam centradas em denunciar a condição oprimida ou inferiorizada das mulheres diante dos homens, como é o caso do feminismo internacional durante a Segunda Onda. Estudando principalmente as mobilizações que ocorreram nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a autora relata que os primeiros grupos de mulheres queriam respostas para problemas diretamente relacionados ao seu cotidiano. Os baixos salários, o alto custo de vida e a necessidade de creches para que as trabalhadoras tivessem onde deixar seus filhos foram algumas das reivindicações das mulheres atuantes em suas comunidades⁹².

Pensando nas especificidades das diversas localidades brasileiras, este capítulo procura analisar os diferentes valores atribuídos aos grupos de mulheres e grupos feministas no Brasil, tanto por pessoas envolvidas com essas mobilizações como pela mídia, atuantes em Florianópolis entre os anos de 1964 e 1988. Compreendendo que a produção do conhecimento acadêmico e os movimentos sociais formam uma rede de relações este capítulo tem a proposta de observar os valores atribuídos aos movimentos de mulheres e aos feminismos que, posteriormente, formariam em Florianópolis uma área de conhecimento de relevância nacional. Para isso, foram utilizadas, neste capítulo, reportagens de diferentes colunas do jornal **O Estado**, as quais, de alguma forma, abordaram os grupos de mulheres e o feminismo em todo o Brasil e no mundo. A seleção desta publicação, que possui periodicidade diária, deu-se devido a sua grande circulação, uma vez que, durante os anos estudados, podemos encontrar uma lista de publicações que circularam na cidade de Florianópolis, como o **Diário**

⁹¹ MORAES, L. Q. de. Op.Cit.

⁹² Ibid.

Catarinense, A Gazeta, Bom Dia Domingo, O Apostolo, Jornal da Semana, A Ponte, Boi de Mamão e Engenho. É importante destacar que **O Estado**, diferente de outros periódicos que circularam na capital catarinense, era editado na cidade de Florianópolis, além de ser o mais antigo periódico a circular nesta localidade (desde 1915).

As entrevistas utilizadas fazem parte de um acervo criado por Janine Petersen para a realização de sua dissertação de mestrado, intitulada *Formação de Grupos Feministas em Santa Catarina – Década de 1980*⁹³, defendida em janeiro de 2006. Com o intuito de analisar, através do relato de mulheres, como se deu a identificação das mesmas com os movimentos feministas, estas fontes trazem uma outra perspectiva histórica. Sem que o trabalho fique limitado à pequena bibliografia sobre o tema⁹⁴, as entrevistas trazem o olhar de integrantes de grupos formados em Florianópolis e de suas relações com outras localidades. A partir de uma rede na qual perpassam nomes atuantes no Movimento Feminino pela Anistia e nos grupos feministas, Janine Petersen entrevistou mulheres que durante as décadas de 1970 e 1980 se identificaram com o movimento feminista, ou tiveram participação em grupos de mulheres. Assim, tais mulheres atuaram em grupos femininos e não apenas feministas. Neste sentido, essas fontes, mesmo utilizadas para outro trabalho e com outros objetivos, trouxeram informações valiosas na realização desta dissertação.

Com base nas fontes acima expostas, aliada à bibliografia e ao material coletado sobre o tema, este capítulo, além de coletar as informações sobre os grupos de mulheres constituídos em Florianópolis, com o objetivo de analisar os valores atribuídos às localidades brasileiras, buscou traçar a trajetória dessas organizações, pouco tematizadas pelos estudos acadêmicos.

Dos grupos estabelecidos na capital catarinense, anteriores a 1975, podemos listar a Associação de Empregadas Domésticas Santa Zita, Associação Catarinense de Mulheres, os Clubes de Mães e a Rede Feminina de Combate ao Câncer. A primeira destas instituições, fundada em 1942, era vinculada à Igreja Católica e tinha por objetivo a proteção das empregadas domésticas no sentido espiritual⁹⁵. O nome da instituição corresponde ao nome

⁹³ PETERSEN, J. Op.Cit.

⁹⁴ No levantamento bibliográfico realizado para esta pesquisa, foram encontradas apenas três dissertações que tratam dos grupos de mulheres e grupos feministas de Florianópolis no período estudado. As referidas dissertações são: “Mulher e Política: As relações de gênero no PMDB de Santa Catarina”, de Clítia Helena Back Martins, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSC, em março de 1987; “Movimento de Mulheres no Sul do Brasil: 1975 a 1987”, de Jussara Reis Pra, defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, em dezembro de 1988; e a dissertação intitulada “Formação de Grupos Feministas em Santa Catarina: Década de 1980” defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, por Janine Petersen, em janeiro de 2006.

⁹⁵ MARTINS, C. H. B. Op.Cit.

da padroeira desta classe trabalhadora, uma camponesa italiana, que trabalhou desde os 12 anos para uma família na cidade de Lucca. Zita foi humilhada durante os quarenta anos em que prestou serviços domésticos na residência dessa família, vindo a falecer em 27 de abril de 1278⁹⁶. Neste primeiro momento da instituição, sua atuação se limitava à realização de festas e chás, sob uma perspectiva assistencialista.

Durante a década de 1980, um grupo de integrantes desta Associação que buscou ampliar a discussão em seu campo profissional, participou do V Congresso Nacional de Empregadas Domésticas no Rio de Janeiro. Foi a partir deste evento que surgiu a proposta de criar uma instituição de cunho sindical. O primeiro destes congressos nacionais, assim como grande parte das integrantes dos grupos de trabalhadoras domésticas formados no Brasil durante este período, eram organizados e compostos por integrantes da Juventude Operária Católica⁹⁷. A JOC, ligada à Igreja Católica (JOC), visava a ascensão humana e cristã dos jovens no campo do operariado. Assim, em 15 de novembro de 1981, foi registrada a Associação Profissional de Empregadas Domésticas, com o intuito de defender os interesses trabalhistas tanto das mulheres como dos homens desta classe trabalhadora⁹⁸.

Fundada em 1950, e vinculada à Federação das Mulheres do Brasil, a Associação Catarinense de Mulheres foi criada seguindo uma mobilização que buscou articular o movimento de mulheres nacionalmente, a partir de 1946, com a queda da ditadura de Getúlio Vargas. Variando entre um número de 20 a 50 integrantes, a Associação Catarinense - assim como as outras entidades vinculadas ao comando nacional - possuía como pauta o direito das mulheres, a disponibilização de creches, a paridade salarial, a luta contra a carestia, a luta pela paz. Mantinham uma visão tradicional acerca do “papel das mulheres” dentro do núcleo familiar. Esta Associação chegou ao fim em 1964, com a instauração do regime militar que reprimiu inúmeras outras instituições em todo Brasil.⁹⁹

Os Clubes de Mães - grupos difundidos por todo o país que não possuem uma datação sobre o seu surgimento - também fazem parte das organizações de mulheres que atuaram antes da instauração do Ano Internacional da Mulher em Santa Catarina. Conforme a análise feita por Clítia Helena Martins, os Clubes de Mães podem ser divididos entre os vinculados à Igreja Católica, os autônomos ou mesmo tutelados pelo Estado, como é o caso da Legião

⁹⁶FONSECA, Neide Aparecida. Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas - A Luta pela Organização Sindical. Portal Mundo do Trabalho. CUT Brasil 27 de abril. Publicado em 30 de abril de 2007 às 10:35. Disponível em: <http://www.cut.org.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=9348&sid=21> Acesso em: 23 ago. 2007. Neide Aparecida Fonseca é presidente do Inspir e diretora da Contraf/CUT.

⁹⁷Ibid. 23 ago. 2007

⁹⁸MARTINS, C. H. B. Op.Cit.

⁹⁹Ibid.

Brasileira da Assistência e dos grupos ligados ao Departamento de Saúde e Bem Estar Social associados à Prefeitura Municipal de Florianópolis. Os Clubes de Mães ligados à Igreja – o único da classificação acima listada sobre os quais encontramos informação na bibliografia pesquisada sobre o tema – congregavam principalmente as mulheres de baixa renda e moradoras das periferias, em um trabalho desenvolvido conjuntamente às Comunidades Eclesiais de Base. Sob a ótica da ortodoxia católica, as mulheres eram incentivadas à atuação comunitária, mas permanecia uma inclinação à conservação dos “papéis” tradicionalmente estabelecidos pela Igreja Católica dentro do núcleo familiar.

Até 1965, não foi encontrada nos jornais pesquisados nenhuma menção a estes grupos que atuaram em Florianópolis. As reportagens, que se propunham a tratar de alguma forma das mulheres, ficavam dispostas em uma coluna do jornal **O Estado**, intitulada *Assuntos Femininos*, que abordava temas gerais associados ao feminino e ao feminismo. Seus temas eram questões comportamentais e apresentação de alguns grupos, como foi o caso da União Cívica Feminina e do Movimento de Arregimentação Feminina, ambos situados na cidade de São Paulo. Tratando desses dois grupos, respectivamente, as reportagens *Mulher brasileira vai formar na União Cívica*¹⁰⁰ e *Civismo não tem sexo*¹⁰¹ mencionavam as iniciativas de ambos na arregimentação de mulheres para a promoção de uma campanha de educação cívica brasileira e a favor do regime militar vigente durante este período.

Apenas em maio de 1965 foi encontrada uma reportagem intitulada *Rede Feminina de Combate ao Câncer*¹⁰² que tem como temática a sede florianopolitana desta instituição. Seguindo o modelo de informe, a diretoria da entidade convidava a população a se associar à Rede Feminina de Combate ao Câncer, tendo em vista a intensificação de suas atividades em todo o Brasil, durante o mês de maio.

A Rede Feminina de Combate ao Câncer teve início, nacionalmente, na cidade de São Paulo, em 1949, com Carmen Annes Prudente e Antônio Prudente, médico cancerologista. Através de uma rede de relações pessoais do casal, foi fundada, em 1961, a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Florianópolis (RFCC), composta por um grupo de senhoras moradoras da cidade, sob a direção de Ina Moellmann. Sem fins lucrativos, a entidade era formada inicialmente por grupo de voluntárias, com o objetivo de atender doentes em diferentes hospitais florianopolitanos. Segundo conversa informal com Zita Sander de Meireles – presidente da RFCC de Florianópolis e da Rede Estadual – as primeiras ajudas eram feitas

¹⁰⁰ MULHER BRASILEIRA forma na União Cívica. **O Estado**. 06 de março de 1964. Coluna Assuntos Femininos.p.02.

¹⁰¹ CIVISMO NÃO tem sexo. **O Estado**. 31 de março de 1964. Coluna Assuntos Femininos. p.02.

¹⁰² REDE FEMININA de Combate ao Câncer. **O Estado**. 07 de maio de 1965. p.05.

através de doação de produtos de higiene básica aos hospitalizados. Atualmente, os serviços da entidade destinam-se à informação e prevenção do câncer de colo de útero e de mama, com uma sede nacional itinerante e 54 Redes Femininas autônomas distribuídas no estado de Santa Catarina.

Salvo os Clubes de Mães, que se organizavam informalmente e estavam centrados nos bairros, a Associação de Empregadas Domésticas Santa Zita, a Associação Catarinense de Mulheres e a Rede Feminina de Combate ao Câncer, tiveram sua formação a partir de outras instituições ou eventos de importância nacional, situados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Centros de grande visibilidade, tais estados sediaram um grande número de grupos de mulheres e feministas com relevante representatividade no cenário brasileiro. Desta forma, por estarem mais articulados, forneceram suporte à criação de diversos grupos em todo o Brasil, como é o caso das já mencionadas instituições formadas em Florianópolis.

Ainda que sejam encontrados grupos de mulheres antes do Ano Internacional da Mulher, foi a partir de 1975 que um maior número deles passou a atuar. Em reportagem de 06 de abril de 1975, intitulada *Instalado em Florianópolis o movimento mundial feminista*, publicada no jornal **O Estado**, podemos observar a tênue linha que separa os grupos de mulheres e os grupos feministas, além da carga pejorativa que recaía sobre este segundo grupo. Apesar do título da matéria, que remete ao feminismo, seu conteúdo trata da instalação da Associação Cristã Feminina de Florianópolis. Tendo como suas integrantes Ilda de Brito Genofre e Maria Alice Fernandes, a instituição possuía como proposta instalar na cidade uma casa para mulheres idosas. Conforme a reportagem, “não se identificando com os movimentos feministas existentes antigamente, como hoje em dia” as militantes afirmavam: “Não somos um movimento competitivo mas sim em luta pela igualdade entre homem e mulher e também formamos uma entidade apolítica”. Desta forma, destacamos dois entendimentos diferentes do que seria o feminismo: o do jornal, que toma a proposta assistencialista em prol das mulheres da Associação como sendo de cunho feminista; e a da Associação, que concebe o feminismo como um movimento de competição das mulheres contra os homens, no estilo “guerra dos sexos”. O feminismo é desqualificado pela Associação Cristã Feminina já que sua preocupação era não estar associada a tal identidade. Esse posicionamento é compreendido tendo em vista a vinculação da instituição com a Igreja Católica, que sempre se colocou contrária a esse movimento social.

Também com a mesma proposta de distanciamento do feminismo, foi criado, em Santa Catarina, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), no final de 1977. Conforme relata Clítia Helena Martins, a formação do mesmo ocorreu a partir do considerado “movimento de

âmbito nacional”. Sem especificar a localidade em que atuava o grupo, ao qual é atribuído o título de “movimento de âmbito nacional”, a autora sinaliza para uma centralidade existente no Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), que é evidenciada pela fala de uma das militantes deste grupo em Santa Catarina, Marise Maravalhas:

E nessa época eu fazia Ciências Sociais na Universidade e eu tinha meu ex-marido que foi um dos que foram presos também, se chamava Marcos Cardoso Filho. Então todo o pessoal que foi preso em 75 era conhecido. Daí a gente foi à São Paulo, quem era presidente geral do Movimento Feminino pela Anistia era a Teresinha Zerbini. A gente começou a receber material. E como aqui se não me engano foram 35 prisões, 35 presos, quase todos professores da Universidade, estudantes, trabalhadores. Em Criciúma tinha um pessoal que trabalhava no carvão. Era tudo uma coisa muito escondida, camuflada. Nós criamos aqui em SC o núcleo do Movimento Feminino pela Anistia, mas vinculado à São Paulo. Nós éramos mais ou menos 10 mulheres. Mas quase todas tinham um vínculo, ou tinham um parente preso, ou o marido, ou algum conhecido. E o pessoal batalhava bastante naquela época. Tinha até uma sede do movimento. Íamos pra São Paulo, nas reuniões e conseguimos uma porção de coisas na época.¹⁰³

A partir da fala de Marise Maravalhas, percebemos que São Paulo esteve à frente da formação do Movimento Feminino Pela Anistia em Florianópolis (MFPA). Desta forma, além de toda a influência exercida por esta localidade em relação à produção bibliográfica, vemos que esta não esteve restrita ao campo intelectual, mas também ao campo da militância.

Fundado em São Paulo, no ano de 1975, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) teve início com a união dos familiares e amigos de presos políticos, através de um abaixo-assinado acompanhado do Manifesto da Mulher Brasileira, organizado durante as comemorações do Ano Internacional da Mulher e que declarava o apoio à anistia ampla geral e irrestrita. Terezinha Zerbini foi uma das grandes lideranças deste movimento, que criou posteriormente o Comitê Brasileiro pela Anistia, e organizou o Congresso Nacional pela Anistia em janeiro de 1979.¹⁰⁴

Segundo entrevista concedida por Cleide Albuquerque, integrante do Movimento Feminino pela Anistia de Florianópolis (MFPA), discutia-se na época o caráter do grupo e sua atuação:

Esse Movimento Feminino pela Anistia não era pelas mulheres, era principalmente, eu conheci principalmente homens exilados. A gente discutia muito se tinha que ser só pelo feminino. Diziam que politicamente

¹⁰³ Entrevista realizada por Janine Petersen com Marise Maravalhas, em 8 de agosto de 2003 na cidade de Florianópolis.

¹⁰⁴ Ver a esse respeito: PINTO, Céli Regina Jardim. Uma História do Feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003; TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve História do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993; ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. O que é feminismo. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

era melhor, amolecia, por que se tivessem homens junto às autoridades, os militares não seriam amolecidos pelas mulheres. Que elas dariam esse tom de mãezinha, de menina boazinha, que não assustaria os militares. Eu nunca achei que isso era legal.¹⁰⁵

Conforme a fala da entrevistada, havia uma intencionalidade no Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) de não focar questões especificamente das mulheres, mas sim em relação ao uso da noção de feminilidade em prol dos homens exilados. É neste ponto que se faz necessário perceber um pouco da trajetória da grande líder do grupo em todo o país e coordenadora da sede de São Paulo, Terezinha Zerbini. Listada pela bibliografia que trata da anistia como a fundadora do MFPA, Zerbini afirmava que sua luta não estava centrada nas especificidades das mulheres. Assim, se inicialmente Terezinha Zerbini estava ligada à Joana Lopes – responsável pelo início do jornal **Brasil Mulher** – na realização de um abaixo-assinado e na luta em prol da anistia política, essa situação mudou posteriormente. Zerbini distanciou-se do jornal **Brasil Mulher**, em consequência da agregação de militantes que se encontravam na clandestinidade e da ligação com o feminismo. Posteriormente, o jornal **Brasil Mulher**, que teve início na cidade de Londrina (Paraná) e depois foi editado em São Paulo, passa a ser reconhecido nacionalmente como um periódico engajado ao feminismo.

Terezinha Zerbini criou então o jornal pró-anistia **Maria Quitéria**, que em seu primeiro número, afirma: “Não somos feministas”¹⁰⁶. E reforça a afirmação em sua publicação intitulada *Anistia: Semente da Liberdade*, do ano de 1979: “Não faz sentido lutar como feminista quando o povo não tem pão e liberdade”¹⁰⁷. A afirmação de que o feminismo dispersava uma luta mais geral em prol da redemocratização do país, foi, durante a ditadura militar, uma bandeira dos grupos de esquerda no Brasil. Terezinha Zerbini utiliza deste mesmo discurso para justificar seu distanciamento em relação ao movimento feminista, entretanto, também não queria ser associada à esquerda, posicionando-se contra o Partido Comunista.

Desta forma, a não-agregação de questões específicas das mulheres no Movimento Feminino pela Anistia em Florianópolis pode ser associada à orientação recebida da sede de São Paulo, conforme a entrevista realizada com Regina Lisboa:

¹⁰⁵ Entrevista realizada por Janine Petersen com Cleide Albuquerque, em 13 de junho de 2003 na Universidade do Estado de Santa Catarina, situada na cidade de Florianópolis.

¹⁰⁶ CARBONI, Maria Cecília Conte. Maria Quitéria – Uma ruptura pela anistia. CD-ROM. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, 2007.

¹⁰⁷ ZERBINI, Terezinha. *Anistia: semente da liberdade*, 1979. Apud.: CARBONI, Maria Cecília Conte. Maria Quitéria – Uma ruptura pela anistia. CD-ROM. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, 2007. p. 3.

No movimento feminino pela anistia nós tínhamos uma sala alugada no centro. Quando eu entrei já tinha o grupo formado. Era um grupo de mulheres parentes de presos. O movimento feminino pela anistia aqui foi detonado por causa da “Operação Barriga Verde”, quando foram presos vários elementos do partido comunista. E aí então as mulheres destes homens presos se organizaram e construíram este movimento. Ligaram-se logo com a Teresinha Zerbini e aí eu entrei já com o grupo constituído.¹⁰⁸

No período de sua existência no estado, foram cogitadas algumas filiais, que seriam sediadas nas cidades de Criciúma e Lages. Embora isso não tenha ocorrido, a atuação do núcleo de Florianópolis se estendeu aos demais estados do Sul, tendo em vista que alguns presos políticos catarinenses encontravam-se em cárcere em cidades como Curitiba. Com a participação de 7 a 8 mulheres, as integrantes eram parentes, amigas de presos políticos ou participaram do grupo por questões ideológicas, e foram responsáveis pelas comemorações do Dia Internacional da Mulher em Florianópolis, nos anos de 1978 e 1979. O grupo da capital catarinense se extinguiu no início da década de 1980, com a promulgação da lei, em 1979, que concedeu a Anistia aos presos políticos.¹⁰⁹

No mesmo período em que chegou ao fim o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), foi criado o Movimento de Mulheres de Santa Catarina. Idealizado e coordenado por Anita Pires, o grupo foi formado por representantes de entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a União Catarinense de Estudantes, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, a Associação dos Professores da UFSC, a Comissão de Justiça e Paz, o Sindicato dos Médicos, e partidos políticos como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Conforme relata Clítia Helena Martins, em sua dissertação de mestrado, intitulada *Mulher e Política: as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina* – produção bibliográfica que faz a maior listagem dos grupos femininos e feministas que atuaram em Santa Catarina –, com a conquista da Anistia e a dissolução do único grupo feminino do estado na época, foi criado um vácuo por não existir nenhuma outra formação organizada atuante. Assim, o Movimento de Mulheres de Santa Catarina passou a ocupar esta lacuna em meio aos embriões do que seriam futuramente novos grupos femininos e feministas em Florianópolis.

¹⁰⁸ Entrevista realizada por Janine Petersen com Regina Lisboa, em 8 de agosto de 2003 na cidade de Florianópolis.

¹⁰⁹ MARTINS, C. H. B. Op.Cit.

Se analisarmos a criação das instituições constituídas por mulheres na capital catarinense, podemos destacar que este tipo de organização se deu, muitas vezes, através de uma rede de relações sociais entre determinados sujeitos. No caso da Rede Feminina de Combate ao Câncer (RFCC), o contato com o casal Carmen e Antônio Prudente fez com que Ina Moellman fundasse uma sede em Florianópolis; O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), por exemplo, foi composto por amigos e familiares de presos políticos. Neste sentido, além da representatividade de determinados estados frente às mobilizações sociais estudadas, outro fator relevante na constituição dos grupos foi a junção de pessoas em torno de um mesmo objetivo, arremetidas a partir das relações pessoais¹¹⁰.

Tendo em vista a trajetória dos grupos de mulheres e feministas até este período em Florianópolis, foi encontrado um número considerável de reportagens que tratam de questões como anticoncepcionais, métodos contraceptivos, aborto, direitos civis e trabalhistas das mulheres, conquistas obtidas por elas nas relações familiares no que diz respeito à sua independência financeira. Entretanto, são poucas as que tratam de organizações de mulheres ou mesmo de encontros relativos ao tema, seja no âmbito nacional ou internacional. Na matéria de 29 de setembro de 1971, intitulada *Women's Lib*¹¹¹, o jornalista Paulo da Costa Ramos fez uma crítica ao movimento estadunidense, mobilização muitas vezes associada, pelo jornal **O Estado** à liderança de Betty Friedan. Betty Friedan esteve no Brasil durante a década de 1970 e sua figura foi retratada de forma pejorativa por periódicos, como é o caso de **O Pasquim**, sendo chamada de feia e mal-amada. Contudo, na matéria de 09 de fevereiro de 1973, sob o título *Uma líder feminista muito sexy*¹¹², o mesmo periódico elogia Germaine Greer, destacando sua participação no mesmo movimento. Conforme o segundo artigo “(...) ela namora muito, adora os homens e o sexo. E tudo isso prova que no Movimento de Libertação Feminina não existem somente mulheres feias e recalçadas. Germaine Greer é a prova disso.”. Apreciada por não se assemelhar aos estereótipos criados em torno das participantes do movimento feminista e por considerar um erro a tentativa das mulheres assumirem papéis reservados aos homens, a figura de Germaine Greer evidencia a perpetuação de atribuições pejorativas ao feminismo – como no caso, feia e recalçada – realizadas pelo jornal **O Estado**. Embora a autora do clássico feminista, *A Mulher Eunuco*, não fosse associada a nenhum desses adjetivos, a matéria enfoca justamente sua figura como uma exceção, pois “(...) em tudo, ela é diferente da líder feminista Betty Friedan.”.

¹¹⁰ BARNES, J.A. Redes sociais e processo político. In: BIANCO, Bela Feldman (org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas – Métodos* – Ed. Global Universitária, 1987.

¹¹¹ RAMOS, Paulo da Costa. *Women's Lib*. **O Estado**. 29 de setembro de 1971. Ano 57. No. 16728. p.04.

¹¹² UMA LÍDER feminista muito sexy. **O Estado**. 09 de fevereiro de 1973. Ano 58.

Observamos que se por um lado o periódico desqualifica o movimento feminista, por outro, em relação à maior participação das mulheres no mercado de trabalho e na conquista de seus direitos sob a nomeação de mulheres – e não de feministas –, o jornal não faz oposições. Na reportagem de 16 de janeiro de 1975, intitulada *ONU elege 1975 como o ano da mulher*¹¹³, a conferência, que seria realizada no México durante o mês de julho, torna-se pauta do periódico, sendo destacada a fala de Helvi Sipila, secretária geral do evento:

Os governos, na sua maioria dirigido por homens, devem ser influenciados. Por isso, colocamos com destaque a necessidade de homens e mulheres participarem dos debates. Por outro lado, já sabemos que vários países escolheram homens para chefiar suas delegações, o que já constitui um bom sinal. Mas o ideal seria que as delegações se constituíssem por homens e mulheres, meio a meio.

A possibilidade de um emprego noturno, a importância do trabalho das mulheres para uma empresa de Joinville, estudos que comprovam que o trabalho extradomiciliar não causa infidelidade, e o reconhecimento da desvantagem social das mulheres, foram algumas das temáticas dos artigos encontrados no jornal, artigos estes que incentivam a emancipação e a conquista de oportunidades pelas mulheres na sociedade. Exemplificando uma destas reportagens, em que o jornal incentivava tanto o trabalho das mulheres como dos menores de idade, a matéria de 1 de maio de 1975, intitulada *Evelásio quer a mulher trabalhando à noite*, relata:

Com o argumento de que o comércio necessita de maior atenção do Poder Público o Senador Evelásio Vieira (MDB – SC) propôs ao Governo e ao Senado estudos no sentido de que seja permitido o trabalho noturno da mulher e do menor nos estabelecimentos comerciais, principalmente na época natalina.¹¹⁴

Mesmo que esta reportagem, assim como os demais artigos que enfocam o trabalho das mulheres, reflita interesses econômicos e não uma busca por conquista de espaços antes restritos aos homens, o jornal **O Estado** incentiva o trabalho das mulheres. Contudo, o que percebemos nas reportagens é uma diferenciação estabelecida entre o feminismo e as consideradas reivindicações das “mulheres”, embora muitas vezes os objetivos dos grupos retratados sejam os mesmos.

Com um maior número de reportagens abordando as organizações feministas internacionais, o periódico pesquisado destinou pouco espaço à publicação de temáticas sobre

¹¹³ ONU ELEGE 1975 como o ano da mulher. **O Estado**. 16 de janeiro de 1975. Ano 60. No. 17904. p. 02.

¹¹⁴ EVELÁSIO QUER a mulher trabalhando à noite. **O Estado**. 1 de maio de 1975. Ano 61. p.03.

feminismo e grupos de mulheres no Brasil, e outro menor ainda a Santa Catarina e Florianópolis. No artigo *A mulher faz o seu congresso*¹¹⁵, de 26 de maio de 1972, o jornal **O Estado** fez menção ao 1º Congresso Feminino do Estado do Rio de Janeiro – que aconteceria em 27 de maio do mesmo ano – com a expectativa de participação de cerca de 100 mulheres do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Guanabara, de representantes do Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Médicas e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. No Congresso seriam apresentadas diversas teses com temáticas sobre a evolução feminina nos últimos dez anos. Ainda evidenciando as atuações dos grupos e reivindicações centradas em grandes capitais, a reportagem *Governo acusado de segregar mulheres*¹¹⁶ trouxe a fala de Romi Medeiros, em seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional. Frisando sua atuação como presidente do Conselho Nacional das Mulheres do Brasil, instituição sediada na cidade do Rio de Janeiro, a matéria cita uma denúncia feita por Romi Medeiros: “não há participação feminina nos altos tribunais do país, por serem cargos de nomeação do Executivo”.

Esses são alguns exemplos do pequeno número de reportagens que foram encontradas no jornal **O Estado** e que abordaram as mobilizações de mulheres no Brasil. Dentre as reportagens encontradas nas edições do jornal, essas privilegiam acontecimentos de grandes capitais brasileiras e pouco dos grupos de mulheres e grupos feministas que atuaram em Florianópolis entre as décadas de 1960 e 1980. Entretanto, essa predileção por assuntos internacionais, e mesmo por reportagens tematizando os grandes centros do país, deve-se também a uma prática mantida pelos periódicos da época: tesoura, gilete e cola.

Conforme relata Maria Margarete Sell da Mata, em seu trabalho sobre o jornal **O Estado** entre os anos de 1915 e 1931, a partir da década de 1920 o periódico florianopolitano passou a utilizar reportagens de grandes jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo¹¹⁷. Essa prática, que já era realizada pelos jornais dos grandes centros brasileiros em relação aos periódicos internacionais, pode ser a principal responsável pela escassez de reportagens tematizando as mobilizações de mulheres em Florianópolis. Isso porque os jornais do Rio de Janeiro e São Paulo recortavam reportagens de grandes jornais internacionais enquanto o jornal **O Estado** recortava reportagens de jornais dessas duas localidades.

¹¹⁵ A MULHER faz o seu congresso. **O Estado**. 26 de maio de 1972. Ano 58. No. 16895. p. 05.

¹¹⁶ GOVERNO ACUSADO de segregar mulheres. **O Estado**. 27 de maio de 1977. Ano 63. No. 18713. p. 02.

¹¹⁷ MATA, Maria Margarete Sell da. *Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1931)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis. (Dissertação orientada por Valberto Dirksen) 1996.

Retomando o histórico dos grupos de mulheres florianopolitanos, Anita Pires – figura ligada ao trabalho popular da Igreja Católica, à Ação Popular e militante do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) –, em 19 de outubro de 1980, idealizou o I Encontro da Mulher Catarinense, realizado em Itajaí (Santa Catarina) e centrado em três temas básicos, distribuído em palestras nomeadas “A Mulher e o Trabalho”, “A Mulher e a Saúde” e “A Mulher e a Sociedade”. Grande parte das quinhentas participantes presentes nesse encontro foram convocadas pelos movimentos de base da Igreja Católica. Tendo em vista o papel de arregimentação da Igreja no encontro, aliado a uma discussão ainda pouco divulgada em torno da pauta feminista no estado de Santa Catarina, neste primeiro grande evento não foram abordados temas como o aborto e os métodos contraceptivos. Segundo grifos de Clítia Helena Martins acerca do relatório final do encontro, percebemos as limitações encontradas:

A luta pela plena igualdade da mulher não pode converter-se em causa de desconsideração à mulher, nem significa perder os hábitos de respeito pela mulher. Não podemos aceitar que se confunda igualdade com grosseria, nem liberdade com libertinagem. Os hábitos de cavalheirismo, cortesia, urbanidade devem ser incentivados e essa é uma tarefa de todos: escolas, pais organizações de massa, sindicatos, partidos políticos, etc...¹¹⁸

Segundo o relatório descrito pela autora, o encontro não propôs mudanças bruscas nas relações sociais entre mulheres e homens. A narrativa demonstra um evento que não entrou em atrito com os padrões de comportamento sociais aceitáveis na época.

Clítia Helena Martins, conforme a apresentação de sua dissertação, participou da criação de um dos grupos feministas em Santa Catarina, do início do PMDB Mulher, além de manter contato com o movimento feminista no eixo Rio - São Paulo, desde 1974. Assim, mais que uma fonte bibliográfica para o desenvolvimento desta pesquisa, sua dissertação traz uma leitura em torno dos grupos de mulheres e do feminismo em Florianópolis, apresentando expectativas, frustrações e críticas, as quais muitas vezes evidenciam as questões subjetivas da autora.

Na apresentação de sua dissertação, as impressões de Clítia Helena Martins em torno do movimento feminista em Florianópolis ficam mais evidenciadas. Relatando a necessidade da mudança de seu objeto de estudo, a autora narra que entrar na temática sobre o feminismo e os movimentos de mulheres representou exorcizar velhos fantasmas, entrevistar antigas companheiras e tentar levantar questões que eram difíceis de enfrentar¹¹⁹. Esses receios, provavelmente, foram frutos de uma análise associada à sua vivência nas mobilizações locais.

¹¹⁸ MARTINS, C. H. B. *Op.Cit.* p. 72.

¹¹⁹Idem, p. 3.

Segundo ela, houve um “aparente fracasso” dos grupos feministas em Florianópolis e uma inércia dos movimentos autônomos de mulheres.

As impressões em torno do I Encontro podem ser percebidas também na fala das entrevistadas, como é o caso de Ana Maria Beck. Relatando que não teve a participação efetiva em nenhum grupo militante durante o período estudado, mas com interesse em relação às discussões do feminismo, Ana Maria Beck demonstra a sua percepção em torno da participação e organização deste primeiro encontro realizado em Itajaí:

Teve uma reunião que eu fui em Itajaí, tenho a impressão que era o I Encontro de Mulheres Catarinenses, era até patrocinado pelo MDB. Era perto de eleição, então estava a cúpula do MDB, mas foi bem interessante principalmente por que tinha um grupo de Criciúma, que era ligado ao Movimento Negro Unificado, umas pessoas muito interessantes. Foi nesse grupo que eu fiquei. Os outros grupos me pareceram muito ligados à política do MDB. Minha perspectiva era mais no sentido de o que as mulheres devem fazer, como fazer, pra onde seguir. Esse grupo de Criciúma era de mulheres negras trabalhadoras e a gente percebia que elas já tinham uma organização, uma discussão avançada, era um grupo bem articulado.¹²⁰

A partir da fala de Ana Maria Beck – que sinaliza para uma discussão mais avançada do movimento de mulheres negras em Criciúma – e do texto de Clítia Helena Martins – que não menciona este grupo em sua dissertação, mas que levanta outros pontos dentro do I Encontro de Mulheres Catarinenses –, percebemos que as questões em torno da memória se evidenciam. Seletivamente, cada uma das duas mulheres dá ênfase a determinadas características do evento, tendo em vista as subjetividades envolvidas na rememoração deste fato. Assim, o objetivo aqui é tentar remontar este evento através do maior número de impressões possíveis, trazendo a tona um maior número de elementos para compreendê-lo.¹²¹

Em outubro de 1981, foi realizado o 2º Encontro da Mulher Catarinense, no Seminário Diocesano de Chapecó, tendo como proposta de pauta, decidida no encontro anterior, “a questão da sexualidade feminina, prejudicada pela dupla opressão que ela (...)” – no caso, as mulheres – “(...) sofre: no trabalho e na estrutura social”. Entretanto, mais uma vez organizado com o apoio da Igreja Católica, os temas ligados à contracepção e à sexualidade foram deixados de lado, e os religiosos que sediaram o evento impuseram às participantes que não fossem distribuídos panfletos a favor do aborto. Tal fato teria ocasionado um certo contratempo entre o Seminário Diocesano de Chapecó e algumas participantes que procuravam tratar da questão do aborto. A partir disto, segundo Clítia Helena Martins,

¹²⁰ Entrevista realizada por Janine Petersen com Ana Maria Beck, em 1 de julho de 2003 na cidade de Florianópolis.

¹²¹ PORTELLI, A. *Op.Cit.* p.13-49.

algumas mulheres que participaram do evento, e que eram favoráveis à distribuição dos panfletos, passaram a se reunir e formaram posteriormente, em Florianópolis, o Grupo Feminista Vivências. Em entrevista concedida à historiadora Janine Petersen, Clair Castilho relata o episódio corrido no encontro, e é a partir de sua narrativa que identificamos Clítia Helena Martins como uma das integrantes do Grupo Feminista Vivências:

O Vivências se formou no Encontro de Chapecó em 80 ou 81 eu acho. Ele aconteceu lá por que o pessoal que organizou o encontro, quando nós chegamos, o 2º Encontro de Mulheres Catarinenses foi organizado pelo pessoal de lá. Muitas trabalhadoras rurais, muita gente ligada à Igreja, era o tempo que Dom José tinha as comunidades eclesiais de base. Nós chegamos e tinha uma pauta de restrições pra falar sobre saúde e sexualidade. Não podia falar de aborto, não podia falar sobre nada que a Igreja não quisesse. E aí nós achamos que não dava pra gente continuar atreladas à essa coisa de ter que trabalhar com partido político só, por que no período eleitoral eles vendem a mãe e negam todas as causas. E vinculado à limitação de ter que ter um encontro sempre estadual pra resolver coisas. Nós precisávamos de grupos locais que não fossem de partidos políticos, que fossem o que a gente chamava na época de grupo feminista autônomo e foi aí que surgiu o Vivências. O Vivências era feito de mulheres feministas. Eu, a Bete, a Clítia Martins que está em Porto Alegre, a Sonia Malheiros, a Taís Lippel, a Edite Carles que está no México, Edinalva que foi pro Piauí, ela era doutoranda ou mestranda em Direito, a Heloisa que mora em Itajaí. Tinham várias. Mas eram essas mais algumas outras que não lembro.¹²²

Com uma participação de cerca de 350 mulheres, dentre elas agricultoras, donas-de-casa de baixa renda, integrantes dos clubes de mães e comunidades eclesiais de base vinculadas à Igreja, o Encontro proporcionou alguns frutos no campo das organizações de mulheres. As mulheres vinculadas ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que passaram a se reunir um ano antes com maior frequência, principalmente em Florianópolis, consolidaram-se dentro do partido, formando um grupo que recebeu o nome de PMDB Mulher.

A criação, em 1981, do órgão de estudos do partido em Santa Catarina, conhecido como Fundação Pedroso Horta, proporcionou um debate em torno da participação feminina no PMDB. A criação desta fundação incorporou, como membros da diretoria deste órgão, várias mulheres que eram profissionais universitárias e que já haviam tido, naquele período, contato com leituras do movimento feminista e participação em debates e encontros em centros como Rio de Janeiro e São Paulo. Este fator correspondeu a um estímulo às discussões em torno das mulheres.¹²³

¹²² Entrevista realizada por Janine Petersen com Clair Castilho, em 11 de julho de 2003 na cidade de Florianópolis.

¹²³ MARTINS, C. H. B. *Op.Cit.* p. 53.

Clair Castilho foi uma das grandes atuantes dentro do PMDB-Mulher e a primeira vereadora eleita no estado. Segundo seu relato, ser eleita durante este período significou um espaço de discussão em torno das questões das mulheres:

Outra coisa que eu considero importantíssima pra mim, foi a articulação mesmo na época, do PMDB-Mulher, eu Anita Pires e outras companheiras. Por que o PMDB-Mulher existe até hoje. E o PMDB-Mulher desse jeito teve uma participação importantíssima em 84, depois da luta das diretas e do início do Governo Sarney, na legalização do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Isso eu achei mais importante do lado institucional. Agora no lado dos movimentos sociais, o que eu acho mais importante foi justamente o fato de eu ter me eleito vereadora, primeira mulher vereadora aqui, e de ter feito do meu mandato um lugar constante de discussão sobre a questão da mulher, de enfrentamento da Câmara, de organização de oito de março na Câmara Municipal, que nunca tinha sido comemorado, enfim de difundir a causa deixando uma espécie de senso comum no município de que existe movimento feminista, que tem mulher, e que a gente tem um monte de coisa pra dizer e pra fazer.¹²⁴

Até hoje encontramos menção ao PMDB-Mulher no site oficial do partido, embora não haja nenhum relato sobre o histórico deste grupo dentro do PMDB¹²⁵.

Após o término do 2º Encontro da Mulher Catarinense, foi realizada uma comemoração de 8 de março, na Câmara dos Vereadores de Florianópolis. Com uma participação pouco expressiva e com um maior número de mulheres ligadas às universidades, o evento buscou retomar as discussões em torno das questões da mulher.

Durante o período preparatório para as eleições de 1982, surgiu, dentro do Partido Democrático Social (PDS), a Ação Democrática Feminina (ADF). Criada pelo então candidato ao senado, Jorge Bornhausen, a ADF foi formada por algumas lideranças femininas em cargos públicos no estado e que não possuíam experiência política até então. Conforme o estudo de Clítia Helena Martins, foi impulsionada uma campanha de filiação a esta organização por parte do PDS, partido responsável pelo governo do estado de Santa Catarina na época, e que obrigou funcionários públicos à adesão, sob pena de perderem seus cargos ou mesmo serem retaliados em seus setores de trabalho. Essa medida ocasionou a adesão de cerca de sessenta mil mulheres em todo o estado, mas não significou uma participação ativa ou mesmo uma influência dessa célula feminina dentro do partido. Após as eleições, a Ação Democrática Feminina (ADF) se extinguiu e não foi criado dentro do partido nenhum outro núcleo feminino que a substituísse.

¹²⁴ Entrevista realizada por Janine Petersen com Clair Castilho, em 11 de julho de 2003 na cidade de Florianópolis.

¹²⁵ Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Disponível em: http://www.pmdb-sc.org.br/pmdb_m.htm . Acesso em: 23 ago. 2007.

Em 1982, conforme propostas do 2º Encontro da Mulher Catarinense, foi realizada a terceira edição deste evento, em Criciúma. No entanto, devido aos preparativos das eleições em nível municipal, estadual e federal ocorridas durante aquele ano, o encontro acabou não acontecendo. Conforme narrativa de Clair Castilho, o 3º Encontro acabou ocorrendo em Lages e, segundo a entrevistada, foi um evento muito conturbado¹²⁶.

Os grupos que se autodenominaram feministas só apareceriam no cenário florianopolitano no início da década de 1980. O Grupo Feminista Vivência e o Coletivo de Mulheres Amálgama, seguindo uma dinâmica de grupos de consciência, surgiram em 1981 e tiveram seu fim em 1983, em meio ao término do processo eleitoral. O Coletivo era formado, segundo a dissertação de Clítia Helena Martins, por um grande número de universitárias que mantinham reuniões mais fechadas, enquanto o Vivências buscava a divulgação do movimento feminista, a realização de denúncias e a organização de comemorações em torno do Dia Internacional da Mulher. A autora frisa uma preocupação, por parte das integrantes do Grupo Vivência, em manterem contato com grupos feministas do Rio de Janeiro e São Paulo e mesmo a participação das integrantes em encontros realizados nesses centros, passando a assumir a venda e a distribuição do jornal **Mulherio**, publicação de grande visibilidade do debate feminista no Brasil durante os anos 80, que era editado em São Paulo. O desgaste do grupo e seu fim, segundo a autora, surge da dupla militância de suas integrantes que eram também vinculadas a partidos políticos como o PMDB e o PT.

Em entrevista realizada por Patrícia Grilo com Clair Castilho – para a reportagem *Grupo feminista abre debate*, de março de 1982, do jornal **O Estado** – encontramos menções ao Grupo Feminista Vivência e ao Coletivo de Mulheres Amálgama:

Em Florianópolis existem dois grupos feministas, o Amálgama e o Grupo Vivências, que é o nosso. Estes grupos são relativamente recentes, inclusive o Vivências começou como um movimento desprezioso, sem apresentar uma conotação feminista. Com os dois encontros estaduais de mulheres, o primeiro realizado em Itajaí, no ano de 80, e o segundo em Chapecó em 81, começou a mobilização no sentido de formarmos um grupo consistente. O terceiro encontro será realizado este ano em Criciúma¹²⁷

Além de informações sobre os movimentos feministas, a continuação desta matéria reafirma as proposições sobre os primeiros grupos de mulheres em Florianópolis, que sinalizam outras localidades brasileiras como importantes em sua formação, e no caso dos grupos feministas, na orientação e distribuição de materiais:

¹²⁶ Na entrevista não encontramos nenhum indício do que teria ocorrido no referido evento para que esse fosse caracterizado, por Clair Castilho, como conturbado.

¹²⁷ GRILO, Patrícia. Grupo feminista abre debate. **O Estado**. 07 de março de 1982. Coluna Mulher. p. 18

Nosso Estado, recebia informações a respeito dos movimentos feministas, e apesar do nosso relacionamento com outras partes do país, os grupos não estavam formalizados e as formas de atuação não tinham sido definidas. E foram nesses dois encontros estaduais realizados em Santa Catarina, que começaram a surgir tendências e posições feministas como a defesa do aborto, etc.¹²⁸

Da mesma forma que as redes de relações pessoais tiveram importância na formação dos primeiros grupos de mulheres em Florianópolis, os laços de afetividade, amizade ou relacionamentos profissionais fizeram parte da constituição dos grupos feministas na capital catarinense. A necessidade de debate em torno da questão do aborto uniu um grupo de mulheres durante o 2º Encontro da Mulher Catarinense que resultou no grupo feministas Vivências, como já mencionado anteriormente. Formou-se assim uma rede que, além de agrupar pessoas em torno de um mesmo objetivo político, criou um processo que tentava também mobilizar outras pessoas para essa mesma luta. Essas redes pessoais de relações podem ainda ser percebidas na formação do grupo Amálgama, conforme o relato de Júlia Guivant:

Aí tinha a Maria Amélia, que era minha amiga, a Regina Lisboa, então eu sugeri a elas fazermos um grupo de conscientização. Começamos a pensar, e começamos as reuniões. Maria Amélia topou logo, convidamos a Isolete, que era amiga da Amélia, Regina. Eu tinha muitos textos. Também tinha uma amiga minha, Graziela, que tinha chegado da Argentina, ela também topou. Tinha textos de Irigary, tinha vários textos que coloquei à disposição do grupo. Começamos a nos reunir, mas nunca foi como aquele que eu tive em Campinas. Nos reunimos várias vezes e decidimos dar um nome. Cada uma dizia um. Daí surgiu Amálgama (...)¹²⁹

A partir da narrativa acima, fica evidenciada a forma de surgimento do grupo feminista Amálgama em Florianópolis, em uma rede de relações pessoais complexa. Júlia Guivant é argentina, morou em São Paulo e fez parte de um grupo de reflexão sediado da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Parte das integrantes deste grupo havia morado nos Estados Unidos e na Europa e traziam uma bagagem de conhecimento desses países em torno do feminismo. Ou seja, eram mulheres que, de alguma forma, conviveram e formaram, a partir dessas relações, um grupo de discussões em Florianópolis, grupo este que partilhou também outras experiências pessoais.

A fala de Júlia Guivant ainda traz outro elemento. Em entrevista, ao ser questionada por Janine Petersen se participou de algum Congresso em Santa Catarina, ela responde:

¹²⁸ Idem, p. 18

¹²⁹ Entrevista realizada por Janine Petersen com Júlia Guivant, em 1 de agosto de 2003 na cidade de Florianópolis.

Oito de Março, manifestações na Assembléia, participei em São Paulo, participei de eventos na Unicamp, já morando aqui, eu fui pra lá. Tinha a semana da mulher na Unicamp, então eu fui várias vezes.¹³⁰

É possível perceber a importância desses centros, tendo em vista que, mesmo havendo em Florianópolis comemorações relativas ao Ano Internacional da Mulher, a opção da entrevistada foi por participar dos eventos que ocorreram em São Paulo. Segundo a narrativa de Júlia Guivant, ela ficou muito decepcionada ao chegar a Florianópolis, pois não encontrou um espaço de reflexão e conscientização que lhe proporcionasse uma transformação pessoal. Para a entrevistada, sua experiência na UNICAMP foi mais enriquecedora comparada ao grupo formado na capital catarinense. Desta forma, a hierarquização e a importância atribuída ao Rio de Janeiro e São Paulo não se limita apenas aos grupos que foram formados em Florianópolis, de uma forma geral, ao jornal **O Estado**, ou às integrantes que recebem orientação destes centros. Essa atribuição de valores partia também de pessoas que atuaram tanto nos grandes centros como aqui, e que realizaram uma comparação com as mobilizações e grupos formados em Florianópolis.

Durante a década de 1980, podemos listar ainda três grupos que atuaram na capital catarinense. No período que em os grupos feministas autônomos perderam força e foram dissolvidos, surgiu a Associação de Donas-de-Casa de Florianópolis. Integrada por mulheres de classe média, a Associação possuiu características muito similares aos grupos de mulheres atuantes durante a década de 1940, até a instauração do Regime Militar. Suas atuações estavam baseadas em organização de reuniões, debates, manifestações públicas, boicotes a determinados produtos, buscando, desta forma, reivindicar o direito dos consumidores na luta contra o alto custo de vida, tendo como enfoque principalmente a preocupação com os gêneros alimentícios e bens de primeira necessidade.

Seguindo uma cronologia dos três últimos grupos formados durante a década de 1980, surge, no final de 1985, a Associação Catarinense em Defesa da Mulher. Contando em sua formação com a participação de um grande número de universitárias, a organização teve como objetivo denunciar os casos de violência cometidos contra mulheres. No período em que Clítia Helena Martins investigou o grupo, qualquer vinculação com o movimento feminista era negada. No entanto, segundo a análise da autora, utilizando uma fundamentação teórica acerca deste grupo, seus princípios eram muito semelhantes ao feminismo marxista e um grande número das integrantes era de militantes trotskistas.

¹³⁰ Entrevista realizada por Janine Petersen com a Profa. Júlia Guivant, em 1 de agosto de 2003 na cidade de Florianópolis.

Como última instituição de mulheres a ser formada em Florianópolis durante a década de 1980, a Casa da Mulher Catarina foi criada em 1989, através de um projeto de extensão do Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal de Santa Catarina. Tendo como foco um projeto que visava o monitoramento da violência cometida contra as mulheres no estado, a instituição realizou vários cursos, que apresentavam temáticas como a saúde reprodutiva, a prevenção ao câncer de mama, de colo uterino e AIDS, além de debates sobre sexualidade, de apoio à causa das mulheres negras e o combate às diversas formas de intolerância. Nesse sentido, a Casa estendeu o conceito de saúde, aplicando-o de uma forma mais ampla, conforme foi definido pela Organização Mundial de Saúde, que considera tanto a proteção das mulheres contra os maus-tratos e a violência, a ampliação dos direitos trabalhistas e o combate à pobreza e o acesso à educação como preocupações da área da saúde.¹³¹

Embora não se tenha encontrado um grande número de reportagens abordando os grupos de mulheres e feministas em Florianópolis e alguns desses grupos não tenham sido tematizados com entrevistas mais esclarecedoras, foi possível perceber, através do material coletado, a importância de algumas localidades na criação e orientação do movimento formado na capital catarinense. A existência de uma orientação por parte dos grandes centros foi levantada por Jussara Reis Pra, na introdução de sua tese, embora não tenha discorrido sobre o assunto no interior de seu trabalho:

O movimento de mulheres no sul do Brasil acompanhou a movimentação nacional, mantendo muitos pontos e algumas características próprias. Apesar da discussão sobre a questão da mulher desenvolver-se a nível internacional desde a década de 60, será notadamente a partir de 1975, considerado o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), que as mulheres brasileiras irão se articular em torno dessa discussão, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro em um primeiro momento, expandindo-se logo após aos outros Estados.¹³²

Nesta citação, encontramos um destaque dado a São Paulo e ao Rio de Janeiro que não é encontrado apenas no trabalho de Jussara Reis Prá. Nas entrevistas realizadas por Janine Petersen, para sua pesquisa *Silêncios e Resistências: Movimento Feminista em Santa Catarina*, encontramos a mesma importância atribuída ao movimento que ocorreu nos referidos estados. Marise Maravalhas, ao narrar a formação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), destaca a importância da figura de Terezinha Zerbini, enquanto Júlia Guivant dá ênfase às reflexões realizadas no estado de São Paulo.

¹³¹ DIANA, Alita. Casa da Mulher Catarina completa 15 anos. *Agecom*. Notícias. Disponível em: <http://www.agecom.ufsc.br/index.php?secao=arq&id=2612> Acesso em: 07 dez. 2004.

¹³² PRÁ, Jussara Reis. *Movimento de Mulheres no Sul do Brasil: 1975 a 1987*. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1988. p. 4.

Clítia Helena Back Martins afirma que o Grupo Feminista Vivências buscou manter contato com Rio de Janeiro e São Paulo, e que o V Congresso Nacional de Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro foi importante na formação da Associação Profissional de Empregadas Domésticas de Santa Catarina. Entre os grupos mencionados pela autora, apenas o Movimento de Mulheres Rurais, grupo formado no interior de Santa Catarina, apresenta referência às instituições do Rio Grande do Sul.

Em relação aos jornais, as mobilizações de mulheres na capital catarinense ficaram praticamente esquecidas, enquanto um pequeno espaço foi destinado aos grupos feministas internacionais, mediante a explicitação de um olhar desqualificante sobre o movimento. No caso das entrevistas, os grupos localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro foram lembrados como fundamentais na criação de determinados grupos florianopolitanos, assim como a participação em debates destas localidades apresentou-se como uma referência relevante a ser mencionada pelas entrevistadas.

As diversas entrevistas e a bibliografia que abordam grande parte dos grupos de mulheres e grupos feministas que atuaram em Florianópolis durante as décadas de 1960 até a década de 1980, apresentados durante todo o capítulo, apontam para uma importância atribuída e para uma influência recebida de centros como Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, se pensarmos que os objetos políticos – e, neste caso, os movimentos sociais – são constituídos na relação de uns com os outros, é possível concluir que houve uma hierarquização dos grupos de mulheres e do feminismo, tanto por parte das integrantes dos grupos florianopolitanos, como por parte dos grandes centros¹³³. Existiu uma atribuição de valores que colocava São Paulo e Rio de Janeiro como localidades de maior relevância em meio às mobilizações de mulheres no Brasil e que foi aceita pelas outras localidades.

Retomando a fala de Michele Perrot, apresentada na introdução deste trabalho, afirmando que atualmente Florianópolis integra as localidades de referência nos estudos de gênero no Brasil, juntamente com São Paulo e Rio de Janeiro, podemos perceber que a capital catarinense não ocupa mais o mesmo espaço acadêmico nacional que ocupava nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Neste sentido, como se deu o processo que ocasionou o reconhecimento adquirido por Florianópolis na década seguinte? Que elementos transformariam esse cenário a ponto da capital catarinense ser mencionada, juntamente com grandes metrópoles, como referência nesse campo do conhecimento? Essas são algumas questões que serão analisadas no terceiro capítulo desta dissertação.

¹³³ BHABHA. H. K. *Op.Cit.* p.43-69.

CAPÍTULO III

A trajetória dos estudos de gênero em Florianópolis

Com características bastante acadêmicas, o final da década de 1980 e início da década de 1990, no que concerne à temática do feminismo e dos estudos de gênero em Florianópolis, esteve centrado nos grupos de discussão formados a partir das universidades. Os grupos de mulheres e os movimentos feministas que surgiram na capital catarinense, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, posteriormente perderam força e algumas de suas integrantes passaram a centralizar esforços no espaço universitário. Reunindo professoras e estudantes unidos pela leitura, debate de textos e desenvolvimento de projetos vinculados a instituições de ensino superior, esses grupos formaram, por exemplo, o que é hoje o Instituto de Estudos de Gênero, sediado na Universidade Federal de Santa Catarina. A partir de relações acadêmicas que se articulam em torno dos estudos de gênero – campo de pesquisa que ganhou visibilidade principalmente durante a década de 1980, no Brasil – e dos estudos que tematizam questões feministas, pessoas vinculadas ao ensino superior foram se articulando e hoje adquiriram uma importância no cenário nacional e internacional.

Recordando que, de acordo com Michele Perrot, Florianópolis integra atualmente as localidades de referência nos estudos de gênero no Brasil, juntamente com Rio de Janeiro e o estado de São Paulo, fica evidenciada a importância acadêmica adquirida pela capital catarinense, entre as décadas de 1960 e a atualidade. Hoje, Florianópolis não ocupa mais o mesmo espaço acadêmico nacional nos estudos de gênero e feminismos das décadas de 1960, 1970 e 1980, o que nos leva a questionar como ocorreu o processo de valorização da produção de conhecimento deste lugar, frente a localidades já consolidadas há muitos anos no Brasil.

Em meio a este contexto, o terceiro capítulo desta dissertação tem como proposta perceber como se deu a agregação de Florianópolis como uma localidade de visibilidade no cenário brasileiro quanto aos estudos das mulheres, de gênero e dos feminismos. Narrando a trajetória que se iniciou com os grupos de discussão formados a partir das universidades e da realização de encontros que se estende até os dias de hoje – esta parte do trabalho busca perceber o processo que culmina no deslocamento da capital catarinense, anteriormente sem expressividade nacional, para um dos centros de referência em um determinado campo acadêmico. Para tanto, serão analisadas entrevistas com mulheres que integraram essa

geração de acadêmicas, documentos e históricos dos grupos de discussão formados a partir de uma rede de relações constituídas nas universidades.

Ao apontarmos a denominação de Florianópolis como uma cidade de referência nacional nos estudos de gênero, devemos levar em conta que esta não é apenas uma problemática relacionada à localidade. A produção dos saberes em torno deste campo de conhecimento sempre esteve ligada ao ensino superior e, conseqüentemente, a instituições de ensino e pesquisa no Brasil. Estamos tratando de um conhecimento sediado em instituições, que, para além da expressividade dos estudos de gênero, são reconhecidas pela qualidade de seus cursos em diversos campos do conhecimento. Os estudos de gênero, dentro destas instituições, representam uma linha de pesquisa relativamente recente, que teve início com os estudos sobre as mulheres, acompanhando um movimento teórico internacional.

Como destaca Elisabeth de Souza Lobo, as relações de gênero são relações de poder, das quais a produção deste conhecimento também não está isenta. A relação com as instituições, editoras e a busca por captação de recursos colocam esta área de pesquisa em posições que variam de acordo com os interesses de mercado¹³⁴.

Mesmo dentro das instituições ainda existem fatores que desfavorecem esta área do conhecimento diante de linhas de pesquisas já consolidadas. Como salientam Maria Margaret Lopes e Adriana Piscitelli – ambas integrantes da editoria do **Cadernos Pagu** – em artigo que aborda a situação das revistas científicas nos estudos de gênero:

(...) se algumas publicações estão classificadas nos níveis mais elevados concedidos aos periódicos nacionais, no Brasil, acho que muitas concordarão com a idéia de que o impacto e a legitimidade acadêmica obtida por publicar, por exemplo, na Revista Brasileira de Ciências Sociais não é análogo ao de publicar na REF ou nos Cadernos PAGU.¹³⁵

Em outras palavras, mesmo que dentro do ciclo acadêmico interdisciplinar dos estudos de gênero estas duas publicações possuam grande relevância, é em função das grandes publicações de áreas específicas – como as Ciências Sociais, Psicologia ou História – que esse campo do conhecimento fica marginalizado. A persistência de hierarquias acadêmicas dentro das instituições de ensino, relegam os estudos de gênero a uma categoria ainda inferiorizada dentro de suas áreas de conhecimento.

¹³⁴ LOBO, Elisabeth de Souza. Os Usos do Gênero. Relações Sociais de Gênero/Relações de Sexo. **Revista do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero**. Depto. de Sociologia - FFLCH - USP, São Paulo, 1989. p. 84.

¹³⁵ LOPES, Maria Margaret. PISCITELLI, Adriana. Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero: um olhar desde as “margens”. **Revista Estudos Feministas**. vol.12, n.º Especial/2004. p. 118. O artigo se refere à Revista Estudos Feministas (REF) e ao Cadernos PAGU como exemplos de publicações referência nos estudos de gênero no Brasil.

Segundo Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj, o processo de desenvolvimento dos estudos de gênero nas unidades de ensino superior brasileiras ocorreu de forma bem diferente da que aconteceu nos Estados Unidos, onde houve a fuga dos embates acadêmicos a partir da criação de cursos específicos nesta área. No Brasil, as pesquisadoras e pesquisadores permaneceram dentro das instituições de ensino e, a partir delas, formaram grupos de estudos com o intuito de obter o reconhecimento dentro de seus campos de conhecimento.¹³⁶

Para além dessas relações de poder a que os estudos de gênero no Brasil estão submetidas, outro elemento é importante na cartografia identitária deste conhecimento: a localização. Situado na América Latina, o Brasil faz parte de uma produção de conhecimento localizado fora dos grandes centros teóricos do feminismo, como é o caso dos Estados Unidos e da França. Nesse eixo Norte/Sul da produção do conhecimento, conforme destaca Claudia de Lima Costa, existe uma representação que atribui aos centros metropolitanos o desenvolvimento de teorias, enquanto as “periferias” ficariam restritas aos estudos de caso¹³⁷. Há, nesse sistema, uma lógica que atribui à América Latina um espaço de pouco prestígio na produção do conhecimento. A “geografia do poder cultural” inscreve nessa produção a marca da subordinação exercida pelo contexto acadêmico-metropolitano organizado através do ciclo internacional de encontros e publicações¹³⁸. Entretanto, a produção de conhecimento nessas localidades está em constante diálogo com as metrópoles, através das viagens teóricas, que, com os vistos da “periferia”, passam a ser sediadas em outros contextos¹³⁹.

No campo dos estudos históricos nos Estados Unidos, o gênero teve como ponto de partida as políticas feministas da década de 1960, que reivindicavam a incorporação das “heroínas” na historiografia como prova de atuação das mulheres ao longo da história. Havia uma ligação entre a atuação política e a intelectualidade, desenvolvendo explicações sobre a opressão feminina e inspirando a ação feminista. As fundações passaram a estimular a obtenção de títulos de PhDs por mulheres, acreditando que as desigualdades seriam vencidas no meio intelectual com a qualificação das mesmas em uma paridade quantitativa e qualitativa. Entretanto, não foi isso que ocorreu. As historiadoras passaram a reivindicar mais recursos e a

¹³⁶ HEILBORN, Maria Luiza. SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999. Disponível na Biblioteca Digital CLAM: <http://sistema.clam.org.br/biblioteca/?q=node/102> Acesso em: 13 mar. 2008. p. 3-4.

¹³⁷ COSTA, C. de L. **Op.Cit.** 2000. p. 43-48.

¹³⁸ RICHARD, Nelly. Experiência e representação: o feminino, o latino-americano. In: Intervenções críticas. Arte, cultura, gênero e política. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 142-155.

¹³⁹ COSTA, Claudia de Lima. As publicações feministas e a política transnacional da tradução: reflexões do campo. **Revista Estudos Feministas**. vol.11, n.º 1/2003. p. 254-264.

afirmar que seus interesses não estavam abarcados no grande grupo de sua categoria profissional.¹⁴⁰

Surge assim a “história das mulheres” em oposição à história oficial, que simbolicamente significava a “história dos homens”. “Mulheres”, durante a década de 1970, passou a significar uma categoria que levava em conta as diferenças sociais, mas que, em contrapartida, tinha como ponto de encontro seus interesses e sua sexualidade. Com as tensões neste campo de pesquisa, que passou a visualizar as diferenças de etnia, classe e sexualidade, a década de 1980 foi marcada pela incorporação do termo “gênero”, que reconhece essas diferenças e tem como proposta perceber as relações sociais e a construção dos indivíduos em suas especificidades.¹⁴¹

Joan Scott, ao narrar a trajetória do gênero no campo histórico estadunidense, mostra que o termo sofreu críticas. Ligado às teorias pós-estruturalistas, a perspectiva de gênero foi tomada como elitista e abstrata, tendo em vista a análise a partir das relações entre mulheres e homens, e não centrada nos indivíduos. Esse grupo de feministas, que possuíam ideais mais radicais, apontavam que suas posições eram concretas, práticas e feministas, separando o que é teórico do que é político. Segundo esta linha crítica, existe um abismo entre as teorizações e os trabalhos acadêmicos que abordam as condições das mulheres em diversas esferas, e a política, simbolizada pela experiência das mulheres.¹⁴²

Embora Joan Scott faça um panorama dos estudos de mulheres e dos estudos de gênero na história, esta explanação é importante no que tange às terminologias utilizadas em diferentes áreas das ciências humanas. A utilização do termo “mulher”, que posteriormente passou a “mulheres” e atualmente a “gênero”, diz respeito a toda uma teoria que gradativamente levou em consideração elementos como as especificidades dos sujeitos, o contexto social e temporal dos mesmos, as relações em que estão envolvidos e as subjetividades. Assim, mesmo que a explanação ora exposta enfoque a história, bem como apenas um dos países que influenciou os estudos sobre gênero e feminismo no Brasil, ela serve como ponto de partida para percebermos que a produção deste conhecimento nacionalmente, faz parte de uma grande circulação de saberes.

No caso brasileiro, os estudos de gênero seguem, em partes, o mesmo movimento dos Estados Unidos, diferenciando-se na organização institucional. Referência para as acadêmicas no Brasil, as estudiosas estadunidenses passaram a se agrupar em torno da temática, e,

¹⁴⁰ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. A Escrita da História: Novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p.63-95.

¹⁴¹ Idem, p.63-95.

¹⁴² Idem, p.63-95.

fugindo às hierarquias, foram criando cursos específicos. A proposta, a partir desta organização institucional, foi incentivar as reflexões em torno das experiências das mulheres e promover os ideais feministas ¹⁴³.

Muitas mulheres brasileiras, durante a considerada Segunda Onda Feminista no Brasil, mantiveram contatos no exterior com pessoas ligadas a essa perspectiva que florescia em países como a França e os Estados Unidos, ou mesmo estiveram exiladas durante os anos de ditadura militar, o que possibilitou a leitura de conteúdos feministas produzidos nestes países. O próprio ambiente acadêmico proporcionou, e proporciona até hoje, uma maior exposição aos debates realizados internacionalmente, colocando pessoas desse meio em uma situação privilegiada quanto às discussões realizadas durante a década de 1960. Desta forma, quando ocorreram no Brasil as comemorações referentes ao Ano Internacional da Mulher, muitas mulheres que se autodenominaram feministas ou simpatizantes destes grupos estavam inseridas – trabalhando ou estudando – nas universidades. ¹⁴⁴

Pensando em um histórico brasileiro, indissociável de um debate internacional, o que esteve em voga durante a década de 1970 nas universidades, foram os “estudos sobre mulher”. Utilizando o termo “mulher”, a proposta do período, dentro desta área do conhecimento, foi preencher as lacunas dos estudos que por muito tempo priorizaram as figuras masculinas. Assim, denunciar a “condição desfavorecida” das mulheres, muitas vezes oprimidas e exploradas em seu contexto social, foi uma das formas de “repor” um conteúdo pouco expressivo na produção bibliográfica acadêmica da época ¹⁴⁵.

Foi a partir da década de 1980 que a utilização do termo “mulher” passou a ser substituído, gradativamente pelo termo “gênero”. Essa nova perspectiva de abordagem eliminou o determinismo biológico enraizado na utilização de termos como “sexo” ou “diferença sexual”, considerando a questão cultural e social na construção dos gêneros femininos e masculinos. Com a proposta do gênero, os homens assumiram espaço nesse campo de estudos, que já este não se pautava no enfoque dos indivíduos, mas sim das condições sociais ¹⁴⁶.

O conceito de gênero vem das reflexões realizadas no exterior e é apropriado e traduzido para o contexto brasileiro. Como os termos “feminismo” e “teorias feministas”

¹⁴³ BOXER, Marilyn, J.. “For and About Women: the theory and practice of women’s studies in the United State”, In: KEOHANE, N. O.; ROSALDO, M. Z e GELPI, B., *Feminist Theory. A critique of ideology*. The University of Chicago Press, 1982. Apud.: HEILBORN, Maria Luiza. SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. Op. Cit. p. 2.

¹⁴⁴ HEILBORN, Maria Luiza. SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. Op. Cit. p.3.

¹⁴⁵ Idem, p.4.

¹⁴⁶ Idem, p.4.

possuíam um cunho radical, foi através da utilização da terminologia “estudos de gênero” que as acadêmicas brasileiras puderam manter as formalidades exigidas pelas instituições científicas, conquistando um espaço seguro dentro deste meio, além de um espaço de sofisticação dentro do “gueto” que representava os “estudos da mulher”¹⁴⁷.

Esses estudos foram impulsionados pela Fundação Ford, que, desde a década de 1970, percebeu, no Brasil, um campo para o desenvolvimento de pesquisas que atendesse aos seus interesses. Com o objetivo de proporcionar uma intervenção nas políticas públicas e nas desigualdades sociais, esta Fundação buscou investir nesse campo de pesquisa, tendo em vista a importância das mulheres na modernização dos países latino-americanos. Os feminismos que efervesciam na América Latina durante esta década mostravam-se, para essa instituição, como um grande aliado na formação de novos modelos de feminilidade. A partir da criação de novos valores para a vida das mulheres – como a realização profissional –, a importância da maternidade seria desconstruída, atendendo aos objetivos de controle populacional.¹⁴⁸

Dentre as instituições de pesquisa no Brasil, a Fundação Carlos Chagas foi a que recebeu o encargo de administrar os financiamentos disponibilizados pela Fundação Ford, o que ocorreu devido à sua estrutura institucional consolidada no país, que, a partir do recebimento dos recursos, passou a fornecer bolsas para o desenvolvimento de pesquisas em determinadas áreas. Esse foi um dos grandes impulsionadores das pesquisas realizadas sobre os estudos das mulheres, e mesmo, posteriormente, os estudos de gênero, que representavam na época um campo ainda muito incipiente dentro das instituições universitárias.

O interesse da Fundação Carlos Chagas pelos estudos de gênero surgiu a partir de 1970, com a criação de um grupo informal nomeado Coletivo de Pesquisa sobre a Mulher. A partir da experiência deste grupo, Carmem Barroso, e outras pesquisadoras da instituição, elaboraram a proposta do Programa de Estudos sobre a Mulher, Educação e Trabalho, em 1978, contando com recursos da Fundação Ford. Posteriormente, surgiram outros projetos, fazendo com que a Fundação Carlos Chagas recebesse uma das quantias mais consideráveis da Fundação Ford para investimento nesse campo. O Programa de Relações de Gênero na Sociedade Brasileira, realizado entre os anos de 1978 e 1998, selecionou projetos de pesquisa, realizou seminários com os bolsistas e eventos para avaliação da área no país, formando uma comunidade em torno dos estudos de gênero.¹⁴⁹

¹⁴⁷ COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**. no. 11, 1998. p. 134-135.

¹⁴⁸ HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. *Op. Cit.* p.5-6.

¹⁴⁹ SORJ, Bila. Estudos de Gênero: a construção de um novo campo de pesquisa no país. In: COSTA, Albertina de O.; MARTINS, Ângela M.; FRANCO, Maria Laura P.B. (Org.) Uma História para Contar: A Pesquisa na Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Annablume, 2004. p.120

Foi iniciado, assim, um movimento de expansão das pesquisas nesta área do conhecimento, em meio ao debate feminista da Segunda Onda no Brasil e ao incentivo promovido pelos recursos internacionais. Núcleos enfocando os estudos sobre mulheres e os estudos de gênero passaram a ser criados nas instituições de ensino, formando espaços de debate dentro de áreas do conhecimento que já possuíam cursos superiores. Esse movimento, que se iniciou durante a década de 1980, continua até hoje, com a formação de novos núcleos em diferentes universidades do Brasil.

Na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), foi formado, em 1980, o Núcleo Acadêmico de Estudos sobre a Mulher (NEM). Fundado e coordenado por Fanny Tabak, o NEM é considerado o primeiro grupo de estudos sobre a mulher do país. Na Universidade Federal de Bahia é criado, em 1983, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM). Em 1985, foi criado, na Universidade de São Paulo, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, que, três anos após mudou de nome, passando a ser chamado Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE), existente até os dias de hoje. No final da década de 1980, surgiu o Grupo de Trabalho em Gênero da Universidade Federal de Pernambuco, associado ao Instituto Papai. Na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) foi criado o Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, em 1993. Em 1995, na Universidade Federal do Rio Grande Sul, foi criado o Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi), ligado ao Programa de Pós-Graduação desta área de pesquisa, e, no início dos anos 2000, surge o Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná.

Estes são alguns dos exemplos, escolhidos aleatoriamente, dentre a vasta lista de grupos de pesquisa que trabalham com questões relativas às mulheres e com os estudos de gênero, e que vêm sendo criados ao longo dos anos, sendo sediados em espaços acadêmicos. Além dos já mencionados, é possível destacar uma vasta listagem destes núcleos, que se encontram cadastrados no setor grupo de pesquisa do *site* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Muitos desses grupos de pesquisa possuem publicações próprias, como é o caso do **Caderno de Pesquisa e Debate**, do núcleo de gênero da Universidade Federal do Paraná, que teve seu primeiro número publicado em 2001. Entretanto, o surgimento de publicações acadêmicas específicas sobre os estudos de gênero se deu durante a década de 1990. Entre as publicações dessa área, que abarcam também os estudos sobre a mulher e o feminismo, podemos destacar duas revistas que são constantemente referenciadas por pesquisas desenvolvidas neste campo atualmente no Brasil, e que foram fundadas no início dos anos 1990: **Cadernos Pagu** e **Revista Estudos Feministas**.

Conforme a análise da historiadora francesa Michele Perrot, entre os centros de relevância, no Brasil, recebe destaque o núcleo de estudos de gênero da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Através do Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU, professoras de vários campos de conhecimento se reúnem na formação de um grupo de estudos interdisciplinar. Fundado em 1993, o núcleo (que recebe o nome da escritora da década de 1930, filiada ao Partido Comunista) tem como proposta promover um espaço de debate e pesquisas acadêmicas de discussões em torno dos estudos de gênero.

Sob o nome de **Cadernos Pagu**, o núcleo de estudos situado na UNICAMP publica sua revista semestralmente, apresentando artigos acadêmicos, resenhas, documentos e reflexões teóricas que envolvem a temática desenvolvida pelo grupo. Com sua primeira publicação no mesmo ano da fundação do grupo de pesquisa, o **Cadernos Pagu** faz parte, juntamente com a **Revista Estudos Feministas**, de uma demanda de publicações constatada como necessária dentro dos estudos de gênero no Brasil durante a década de 1990.

A **Revista Estudos Feministas**, dentro deste ciclo de criação de núcleos e publicações específicas sobre o tema, possui uma história que percorre a região Sudeste e Sul do país. A idéia de criação de uma revista surgiu a partir da realização do seminário “Estudos sobre a Mulher no Brasil: avaliação e perspectivas”, promovido pela Fundação Carlos Chagas, na cidade de São Roque – interior de São Paulo –, em novembro de 1990. A consolidação da temática dos estudos sobre as mulheres e os estudos de gênero é reconhecida durante esse evento, diante de anos anteriores, em que o tema era tomado como incipiente. Assim, a justificativa para criação da revista surgiu da inexplicável inexistência de uma publicação sobre o assunto, diante do crescente número de trabalhos na área e da necessidade de divulgar e ampliar o debate dos estudos de gênero.¹⁵⁰

A publicação do primeiro número dessa revista ocorre em 1992 – editada no Rio de Janeiro –, a partir do financiamento da Fundação Ford. No mesmo período também foi criada a Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM), recebendo financiamento da mesma instituição, através da Fundação Carlos Chagas.

A **Revista Estudos Feministas** tinha como proposta ser uma publicação itinerante, permanecendo nas instituições com períodos determinados. Assim em seus primeiros anos a sede foi na Universidade Federal Fluminense (UFF) e, posteriormente, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A estadia da **Revista Estudos Feministas** na região Sudeste permanece até a publicação da edição de 1999, quando a revista foi relocada para a

¹⁵⁰ COSTA, Albertina de Oliveira. Revista Estudos Feministas: Primeira fase, locação Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**. vol.12, n.º especial/2004. p. 205-210.

Universidade Federal de Santa Catarina – em Florianópolis –, fato este ocasionado por problemas financeiros decorrentes da perda do financiamento que a mantinha. Conforme relata Miriam Pillar Grossi – juntamente com Claudia de Lima Costa, primeira editora da **Revista Estudos Feministas** em Florianópolis –, duas pesquisadoras latino-americanas, contratadas da Fundação Ford durante os anos 1990, avaliaram que o campo dos estudos de gênero no Brasil estavam consolidados e não eram mais necessários recursos financeiros para essa linha de pesquisa¹⁵¹. Este teria sido um dos principais fatores, além de da perda da periodicidade, que obrigaram a revista a ser sediada em outra instituição.

As questões acima expostas representam apenas um pequeno panorama dos estudos de gênero no Brasil, que compreendem um número muito maior de núcleos, grupos de discussão e periódicos, além dos mencionados nesta explanação. Contudo, este histórico é importante para entendermos o contexto da problemática deste capítulo: a inclusão de Florianópolis como uma localidade de referência nos estudos de gênero. Essa importância atribuída à capital catarinense faz parte de processo de arregimentação de pessoas em diferentes áreas do conhecimento, que culmina na criação de um grupo que reúne pessoas de universidades sediadas tanto em Florianópolis quanto em outras localidades do estado.

Concomitantemente à criação de grupos que se autodenominavam feministas, como é o caso do Amálgama e do grupo feminista Vivências, no início da década de 1980, havia um debate que circulava nos meios universitários. Estudantes e professoras que faziam parte de grupos feministas estavam também vinculados de alguma forma à UFSC e inseridos em um campo de leituras que problematizavam as mulheres e as relações de gêneros.

Conforme narrativa de Mara Lago, – professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina – entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, ela participou de um grupo de discussão e reflexão formado por Zuleika Lenzi, Clair Castilho, Marisa Maravalhas e Teresa Sell. Realizando reuniões nas casas das integrantes, e por um período de curta duração, este grupo buscou tematizar questões feministas e estava envolvido com o contexto político:

Nessa época nós estávamos muito envolvidas com toda a movimentação e a preocupação política, era final de 70, começo de 80. Então a gente participava de todas as outras coisas que acontecessem. Como mulheres, mas participando de todos os movimentos políticos maiores.¹⁵²

¹⁵¹ GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: Uma breve história do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. vol.12, n.º especial/2004. p. 213.

¹⁵² Entrevista realizada por Janine Petersen com Ana Maria Beck, em 30 de julho 2003 na cidade de Florianópolis.

As integrantes desse grupo faziam parte do corpo docente da UFSC e muitas delas estiveram envolvidas com outras atividades. Clair Castilho integrou o grupo feminista Vivências e ingressou na carreira política. Marise Maravalhas teve seu marido preso durante a ditadura e participou do Movimento Feminino pela Anistia em Santa Catarina, juntamente com Teresa Sell. Zuleika Lenzi desenvolveria, posteriormente, um projeto intitulado “A participação da mulher nos partidos políticos”, coordenando e orientando estudantes da Universidade, estudantes estes que formariam outras redes de relações atuantes, tanto no campo acadêmico como nos grupos de mulheres e feministas de Florianópolis, entre as décadas de 1960, 1970 e 1980.

O contexto dos feminismos característicos das décadas de 1970 e 1980 foi marcado pela ditadura militar e a dupla militância de mulheres que atuaram tanto em grupos esquerdistas quanto em prol de suas especificidades. Os feminismos, no Brasil foram se articulando em oposição à esquerda, às mulheres não-feministas e à imagem distorcida de um movimento contra os homens na América do Norte e Europa, divulgado pela mídia. Criava-se, assim, uma identidade feminista dentro da oposição ao regime vigente, que era articulada durante a década de 1970, por poucas mulheres intelectuais, profissionais liberais, brancas e de classe média, em sua maioria.¹⁵³

Contudo, o surgimento do movimento feminista em Florianópolis foi tardio em relação aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Quando foi formado o Grupo Feminista Amálgama e o Grupo Feminista Vivências, já havia sido conquistada a Anistia aos presos políticos e dentro de um ano seria realizado o processo eleitoral no Brasil. O contexto nacional era outro durante o surgimento de grupos feministas florianopolitanos, e o debate em torno do termo gênero começava a circular nos meios acadêmicos. Além disso, a formação tanto de grupos de mulheres quanto desses grupos feministas na capital catarinense, contou com o apoio desses dois estados do Sudeste na sua orientação e formação.

Como já mencionado no capítulo anterior, para a constituição dos grupos contou as redes de relações às quais perpassavam afinidades de interesses ou mesmo afinidades pessoais. Essas relações também estão presentes na formação de grupos de discussão acadêmicos, que se expandem e rearticulam na formação de novos grupos.

Professora da Pós-Graduação em Sociologia Rural, Zuleika Lenzi coordenou o projeto que tratava da participação das mulheres nos partidos políticos, a partir de um núcleo

¹⁵³ ALVAREZ, Sonia E. A “Globalização” dos Feminismos Latino-Americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia E. DAGNINO, Evelina. ESCOBAR, Arturo. Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos. Novas Leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 389.

constituído dentro da UFSC. Criado em 1984, com o nome de Núcleo de Estudos da Mulher¹⁵⁴, o grupo passou a arremeter pesquisadoras nas áreas dos estudos sobre as mulheres e sobre as relações de gênero em diferentes campos do conhecimento. Cleide Marília de Albuquerque¹⁵⁵, que havia sido estudante de pós-graduação em Ciências Sociais, Neusa Freire Dias¹⁵⁶ e Janice Absy foram algumas das pessoas que integraram esse projeto coordenado por Zuleika Lensi, e que constatou a pouca participação das mulheres nas comitativas dos partidos políticos. Cleide chegou a participar de algumas reuniões do PMDB-Mulher, mas, segundo seu relato, afirma que seu interesse estava no campo da pesquisa.

A circulação das pessoas e as relações pessoais são importantes para entendermos a formação de um local de referência nos estudos de gênero em Florianópolis. A formação de redes sociais se dá através de processos em que grupos e pessoas se mobilizam em prol de objetivos, e estes ocorrem tendo em vista as políticas que influem nesse meio¹⁵⁷. Nesse caso, os estudos de gênero, no país, representavam um campo de conhecimento incentivado pelo financiamento da Fundação Ford. A “política acadêmica” de apoio a pesquisas nessa área favoreceu a arremeteração de pessoas e, conseqüentemente, a consolidação de grupos.

A organização de eventos demonstra a união de pessoas em torno dessa área. Em 1989, foi realizado o 1º. Encontro de Estudos sobre a Mulher, reunindo pesquisas da Psicologia, Antropologia, Enfermagem, Nutrição, Sociologia, História, entre outras áreas acadêmicas. No período da realização deste encontro, o grupo passou por uma reestruturação e ganhou um novo nome: Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NEG).

No mesmo ano, Ana Maria Beck era diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e teve como proposta realizar um debate entre as minorias sociais dentro da instituição. Através de uma discussão de cunho acadêmico foram promovidos eventos destacando o debate em torno da “classe negra” e das mulheres. Em março de 1989, foi realizado um evento referente às comemorações do Dia Internacional da Mulher, no qual houve uma convocação para apresentação de trabalhos:

Mandamos correspondência para todas as unidades da universidade, dizendo o que iríamos fazer, e que estavam abertas as inscrições para quem tivesse trabalho para apresentar sobre o assunto. Isso foi em março de 1989. A gente não sabia que ia aparecer uma diversidade tal. Tivemos trabalhos da área da saúde, de lingüística, de letras, literatura, muitos da área social, da

¹⁵⁴ Seminário Internacional Fazendo Gênero 4: Cultura, Política e Sexualidade no Século XXI. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~ref/fazgen/index.html>. Acesso em: 15 jan. 2008.

¹⁵⁵ Cleide Marília de Albuquerque é professora efetiva do Departamento de Artes Plásticas da Universidade do Estado de Santa Catarina.

¹⁵⁶ Atualmente, Neusa Freire Dias é presidente do Conselho Deliberativo da Associação Casa da Mulher Catarina, que desenvolve um projeto de monitoramento da violência contra as mulheres no estado.

¹⁵⁷ BARNES, J. A. Op.Cit. p. 160.

história. Isso aí foi uma resposta muito interessante. Eram trinta e poucos trabalhos. Tinham coisas muito interessantes. O pessoal da saúde trouxe trabalhos sobre amamentação, pré-natal. Coisas muito interessantes não só da perspectiva cultural, mas de como, por exemplo, a medicina, a enfermagem podem intervir nesses processos.¹⁵⁸

Além das propostas de apresentação de trabalho, que refletem a quantidade de pesquisas realizadas na Universidade abordando temáticas referentes às mulheres, o evento contou com a participação de pessoas de outras localidades e que estavam inseridas nesse campo de discussão. Figuras reconhecidamente feministas, como é o caso de Ana Maria Vicentini, de Brasília, Rose Marie Muraro e Albertina Costa, da Fundação Carlos Chagas, participaram dessa comemoração. Outro ponto destacado por Ana Maria Beck, em entrevista a Janine Petersen, foi a possibilidade de troca promovida por este evento:

Neste momento também, já estavam vindo pra universidade, algumas professoras que já vinham com uma história de feminismo, e assim a gente conseguiu implantar essa discussão no CFH. Miriam Grossi, antes disso Júlia Guivant, ela tem uma tese sobre Eva Perón, um trabalho muito interessante, um pessoal do jornalismo, a Sonia Maluf, Carmem Rial. Nas letras tinha a Suzana, a Zahidé. Isso em 1989. Eram pessoas que estavam chegando, ou que já estavam, mas cada um trabalhando no seu cantinho, e a grande vantagem da organização desse encontro, e a consequência foi exatamente a possibilidade das pessoas se encontrarem. Isso foi espaço. Ah, também da História a Cristina Wolff.

Este espaço de socialização fez com que trabalhos realizados em pequenos núcleos de conhecimento dentro da Universidade pudessem ser apresentados. Assim, pesquisadoras e pesquisadores de áreas distintas puderam ter uma noção dos trabalhos realizados nessa instituição, conhecendo, assim, as diferentes possibilidades proporcionadas pelo campo de pesquisa dos estudos das mulheres.

A realização desse evento, assim como a de outros, pode ter representado a catalisação de uma série de pesquisas desenvolvidas separadamente nos departamentos e núcleos existentes dentro da UFSC. Tanto que, posteriormente, um grande número dessas professoras mencionadas por Ana Maria Beck em sua entrevista se reuniram em um grupo, compondo o comitê editorial da **Revista Estudos Feministas**, o evento Internacional Fazendo Gênero e o Instituto de Estudos de Gênero, núcleo criado nos últimos anos e que reúne pesquisadoras de instituições de ensino superior como a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC),

¹⁵⁸ Entrevista realizada por Janine Petersen com Ana Maria Beck, em 01 de julho 2003 na cidade de Florianópolis.

Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

Em 1984, foi criado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) um grupo de estudos que tinha como proposta ser uma filial do Grupo de Trabalho Família, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). A proposta era de que ocorressem reuniões regionais, que não dependessem apenas dos encontros nacionais da Associação. A partir da desses encontros, segundo a fala de Miriam Pillar Grossi, teria surgido o Núcleo de Estudos da Mulher:

Nesse Grupo de Família, em 84, a Ilse era coordenadora da Pós, e ela trouxe a Fanny Tabak a Florianópolis, que fez uma conferência ali no Museu, simulando que a gente criasse um grupo de estudos sobre a mulher. E a gente criou.¹⁵⁹

Através dessas reuniões, impulsionadas pela proposta apresentada por Fanny Tabak, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e fundadora do Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM) em 1980, foi criado um núcleo de estudos na capital catarinense que reuniu pesquisadoras da UFSC, como é o caso de Zuleika Mussi Lenzi e Sônia Malheiros Miguel.

Após a participação em um evento¹⁶⁰ em que apresentou uma mesa juntamente com Joana Maria Pedro, sobre a questão da bruxaria, Sônia Weider Maluf relata que conheceu várias pessoas e formou um grupo de discussão a partir de uma rede de relações constituída na Universidade:

E aí eu conheci, nesse encontro eu conheci algumas mulheres do resto do Brasil, acho que a Ana Vicentini esteve aqui, não sei se a Malu esteve aqui, e a gente formou um grupo, no Canto da Lagoa, chamado o Grupo Em Canto.¹⁶¹

Composto por Miriam Pillar Grossi, Sônia Malheiros Miguel e Marilda Gonçalves, o grupo Em Canto debatia textos de autoras como Sherry Ortner e Marta Lamas. Segundo Sônia Weider Maluf, esses debates representariam a sua inserção no campo dos estudos de gênero, além da formação de um novo grupo:

¹⁵⁹ Entrevista realizada por Joana Maria Pedro e Maise Caroline Zucco com Miriam Pillar Grossi, em 28 de outubro de 2006 na residência da entrevistada, na cidade de Florianópolis.

¹⁶⁰ Sônia Weider Maluf não especifica o evento em sua entrevista.

¹⁶¹ Entrevista realizada por Joana Maria Pedro e Maise Caroline Zucco com Sônia Weider Maluf, em 06 de julho de 2006 no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, na cidade de Florianópolis. As pessoas mencionadas na entrevista são: a professora do Departamento de Antropologia da UFSC Miriam Pillar Grossi; a professora do Departamento de Psicologia da UFSC Maria Juracy Toneli; e a professora aposentada do Departamento de Letras da UFSC Suzana Bornéo Funck.

O evento foi março de oitenta e nove, a gente começou a reunir por oitenta e nove, e junto, logo depois do evento a gente chamou o NEG, a gente começou a chamar a criação de um grupo de estudo de gênero na UFSC que aí participava eu, a Miriam, a Jura vinha em algumas reuniões, a Suzana Funck bastante, quem mais que participava (...).¹⁶²

O Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NEG) seria a reformulação do antigo Núcleo de Estudos da Mulher, criado em 1984. Participavam também deste núcleo Sônia Malheiros Miguel, Carmen Rosa Caldas e Clítia Martins, esta última fornecendo algumas leituras a Sônia Maluf durante reuniões do grupo.

Essas cadeias de relações desdobraram-se em outras atividades por parte de cada integrante dos grupos formados dentro da Universidade, ampliando a atuação da instituição no campo dos estudos da mulher e de gênero. Seguindo a entrevista de Sônia Maluf, que a princípio trata das leituras fornecidas por Clítia Martins e da acessibilidade aos textos, podemos perceber que a participação nos grupos de discussão ocasionaram a realização de outras atividades:

Ela veio em umas reuniões, uma vez eu fui na casa dela, ele me mostrou tudo que ela tinha de bibliografia de gênero, achei, de mulher, eu achei fantástico porque na época a gente não tinha nem dinheiro para comprar livro. E aí eu comecei no NEG, justamente comecei essa participação até defender a tese. Defendi a tese em dezembro de oitenta e nove e em noventa eu criei uma disciplina no jornalismo chamada, na graduação chamada, Feminino e masculino: imagens e narrativas, que era sobre mídia e gênero. Dei essa disciplina uma vez, foi noventa ou noventa e um, eu sei que foi um pouco antes de eu ir para a França.¹⁶³

A professora da Universidade Federal de Santa Catarina narra que houve uma sucessão de eventos que desembocaram na realização de mais atividades voltadas aos estudos de gênero: participação nas comemorações do Dia Internacional da Mulher no CFH, participação no grupo de discussão Em Canto, participação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero e disciplina ministrada no jornalismo tematizando o gênero e a mídia. Anterior a essa série de eventos, a professora Sônia Maluf havia realizado sua dissertação de mestrado, intitulada *Encontros perigosos: análise antropológica de narrativas sobre bruxas e bruxanas na Lagoa da Conceição*. Nesse trabalho, tratou da figura feminina da bruxa, realizando um estudo sobre o folclore da Ilha de Santa Catarina, além de um estudo enfocando as mulheres nesta localidade.

¹⁶² Entrevista realizada por Joana Maria Pedro e Maise Caroline Zucco com Sônia Weider Maluf, em 06 de julho de 2006 no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, na cidade de Florianópolis.

¹⁶³ Entrevista realizada por Joana Maria Pedro e Maise Caroline Zucco com Sônia Weider Maluf, em 06 de julho de 2006 no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, na cidade de Florianópolis.

A trajetória das pesquisadoras e pesquisadores dentro da Universidade Federal de Santa Catarina em torno dos estudos de gênero, em diversas áreas do conhecimento, juntamente com a agregação destes em núcleos de pesquisas, podem ser considerados um dos fatores relevantes na importância que a instituição adquiriu em nível nacional. O contexto brasileiro, que apoiou pesquisas nessa área do conhecimento, tornou os estudos sobre as mulheres e os estudos de gênero um campo de pesquisas promissor.

Conforme análise de Sônia Alvarez, durante a década de 1990 ocorreu um descentramento das práticas feministas no Brasil. Enquanto nas décadas de 1970 e 1980 ser feminista significava estar centrada em políticas específicas das mulheres, pensar a sua opressão e promover a consciência dessa opressão, na década de 1990 as fronteiras entre a prática feminista e não-feminista estava conturbada. Segundo a autora, novas protagonistas passaram a reivindicar espaço no debate, como é o caso das feministas negras, das feministas lésbicas, das ecofeministas, entre várias outras. Além disso, houve uma multiplicação de espaços em que as mulheres se denominavam feministas, expansão dos espaços potenciais para a articulação de políticas feministas e uma reconfiguração das identidades feministas.¹⁶⁴

Essa nova configuração dos possíveis lugares de atuação desvinculou a militância dos moldes e experiência das mulheres dos primeiros anos da Segunda Onda Feminista no Brasil. Nesse sentido, as universidades surgiram como um espaço possível de ação política, difundindo os discursos feministas em uma perspectiva particular, ligada à academia.

Florianópolis, que durante as décadas de 1970 e 1980, possuía mobilizações sociais e uma produção de conhecimento de mulheres e feminismo modesta, no contexto dos anos 1990 adquiriu uma nova roupagem. Como foi visto no primeiro capítulo da dissertação, durante a década de 70 os cursos de pós-graduação estavam surgindo na Universidade Federal de Santa Catarina e nesse período eram realizadas as primeiras pesquisas tematizando essa área do conhecimento, ainda incipiente. Foi durante a década de 1990, com a arregimentação de pessoas na Universidade e a articulação das mesmas em atividades conjuntas, que a capital catarinense passou a se tornar referência frente a uma nova organização do feminismo brasileiro.

Como resultado da união de profissionais nos estudos de gênero, é possível destacar a realização de eventos, como o já mencionado Encontro de Estudos sobre a Mulher, 3º. Encontro Nacional de Mulher e Literatura, além do Fazendo Gênero, evento que acontece até hoje e adquiriu, com o passar dos anos, dimensão internacional.

¹⁶⁴ ALVAREZ, S. E. Op. Cit.

O 3º. Encontro Nacional Mulher e Literatura foi realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1989, mesmo ano do Encontro de Estudos da Mulher. O primeiro destes eventos é destacado como de grande importância na consolidação dos estudos de gênero na UFSC, tendo como base os relatórios e projetos desenvolvidos para a realização do Fazendo Gênero.

Em 1994, foi realizada no Centro de Comunicação e Expressão, na Universidade Federal de Santa Catarina, a primeira edição do encontro “Fazendo Gênero - Seminário de Estudos sobre a Mulher”. Contando com o apoio de diversos departamentos de cursos de graduação e pós-graduação, e com a Fundação Catarinense de Cultura, o evento, ocorrido entre os dias 30 de novembro, 1 e 2 de dezembro, teve como proposta realizar uma reunião de pesquisadoras e pesquisadores engajados nessa linha.

Além das preocupações de pesquisa, motivaram-nos outras, pedagógicas, voltadas para os alunos. Desejávamos mostrar, sobretudo aos alunos de graduação, as linhas de pesquisa interdisciplinares, as possibilidades de pesquisa abrindo-lhes, igualmente, a oportunidade de apresentação de trabalhos, dando-lhes a oportunidade de se fazer ouvir.¹⁶⁵

Um grande número de alunas e alunos, professores e professoras¹⁶⁶ da UFSC tiveram seus trabalhos publicados nos anais deste evento, que também contou com a participação de pessoas de outras instituições, como é o caso de Darlene Sadlier (Universidade de Indiana, EUA), Sonia Alvarez (Universidade da Califórnia – Santa Cruz, EUA), Rita T. Schmidt (UFRGS¹⁶⁷), Sandra J. Pesavento (UFRGS), Sylvia P. Paixão (PUC-RJ¹⁶⁸) e Denise Dora (CLADEM-RS¹⁶⁹).

Entretanto, a inscrição de cerca de 100 trabalhos demonstra a pouca disponibilidade de recursos para realização do evento. Não havia sido solicitado a nenhum órgão financiador

¹⁶⁵ Caderno de Resumos do evento.

¹⁶⁶ Tiveram seus trabalhos publicados nos anais deste evento: Rita T. Schmidt - UFRGS, Darlene Sadlier - Univ. Indiana, Sylvia Paixão – PUC-RJ, Sandra J. Pesavento - UFRGS, Ana Luiza Andrade - UFSC, Cláudia de Lima Costa - UFSC, Susana Bornéo Funck - UFSC, Tânia R. Oliveira Ramos - UFSC, Simone Pereira Schmidt - UFSC, Joana Maria Pedro - UFSC, Zahidé Lupinacci Muzart - UFSC, Valéria Andrade Souto-Maior - UFSC, Eliana Paes Cardoso Franco - UFSC, José Endoeça Martins - FURB, Bernadete Pasold - UFSC, Luiz Felipe Guimarães Soares – UFSC, Zilma Gesser Nunes - UFSC, Celestino Sachet - UFSC, Lúcia Osana Zolin – Univ. Estadual de Maringá, Cíntia Schwantes - UFRGS, Maria do Socorro Baptista Barbosa - UFSC, Helen Linden - UFSC, Cibele Bauer - UFSC, Viviane M. Heberle - UFSC, Ana Cristina Ostermann - UFSC, Débora de Carvalho Figueiredo - UFSC, Núcia Alexandra Silva de Oliveira - UFSC, Mara Rúbia Sant’Ana - UFSC, Maria Bernadete Ramos Flores - UFSC, Cristina Scheibe Wolff - UFSC, Mara Coelho de Souza Lago - UFSC, Ana Maria Fonseca de Oliveira Batista - UFSC, Alessandra Coutinho Fernandes - UFSC, Dilma Beatriz Rocha Juliano – UFSC, Flávio Leonel Abreu da Silveira - UFSC e Maria Lucia da Silveira - UFSC.

¹⁶⁷ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹⁶⁸ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

¹⁶⁹ Comitê Latino-americano pelos Direitos da Mulher do Rio Grande do Sul.

auxílio para o custeio das despesas, que contou apenas com a colaboração dos recursos arrecadados na Universidade Federal de Santa Catarina e na Fundação Catarinense de Cultura.

Mantendo um diálogo interdisciplinar, o Fazendo Gênero deixou de ser realizado de forma artesanal, como relatam as organizadoras nos anais do primeiro evento, a partir de uma quantidade mínima de recursos. Com uma periodicidade de dois em dois anos, atualmente o Fazendo Gênero está em sua oitava edição, considerado um encontro de porte internacional recebendo financiamento de órgãos como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Secretária Especial de Política para as Mulheres (SPM).

Na segunda edição do evento, realizado entre os dias 15 e 17 de maio de 1996, e intitulado “Fazendo Gênero – Um Encontro Interdisciplinar”, houve a participação de cerca de 400 pesquisadoras e pesquisadores, aumentando consideravelmente seu público quando comparado à primeira edição. Realizado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, e organizando a apresentação das e dos participantes em Mesas redondas e Grupos de trabalho, o Fazendo Gênero teve como resultado duas publicações: uma edição especial da **Revista de Ciências Humanas**¹⁷⁰ e a publicação de um livro, pela Editora Mulheres, com o nome *Masculino, Feminino, Plural: o gênero na interdisciplinaridade*¹⁷¹, organizado por Joana Maria Pedro e Miriam Pillar Grossi.

A terceira desta série de encontros foi realizada entre os dias 13 e 15 de maio de 1998, no Centro de Ciências e Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina. Entre os resultados deste evento podemos citar duas publicações agrupando trabalhos apresentados por professoras, professores e estudantes de diversas instituições, como é o caso do número especial da **Revista de Ciências da Saúde: Gênero e Saúde**¹⁷², e do livro organizado por Alcione Leite da Silva, Mara de Souza Coelho Lago e Tânia Regina Oliveira Ramos, intitulado *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*¹⁷³. Sob o título “Fazendo Gênero – Gênero e Saúde”, esta seria a última edição nacional do encontro, em um ciclo que se encerrou em 1998. A partir da quarta edição, ele tornou-se um encontro internacional, aumentando seu público e ocupando com suas atividades diferentes pontos da UFSC: Museu

¹⁷⁰ **Revista de Ciências Humanas**. UFSC, CFH - v. 15, n. 21. Fpólis: EdUFSC, 1997.

¹⁷¹ PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. Masculino, feminismo, plural: gênero na interdisciplinariedade. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 313.

¹⁷² **Revista de Ciências da Saúde: Gênero e Saúde**. UFSC, CCS - v..XVII, n. 1, jan/jun, Florianópolis: EdUFSC, 1998.

¹⁷³ SILVA, Alcione L. da.; LAGO, Mara de S.; RAMOS, Tânia R. O. Falas de Gênero: teorias, análises, leituras. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 352.

Universitário, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, Centro de Ciências da Educação e Reitoria.

Com a proposta de realizar um balanço do século XX em relação aos estudos de gênero e às perspectivas para o novo século, o “Fazendo Gênero 4 – Cultura, Política e Sexualidade no Século XXI” apresentou nove mesas redondas, além de quarenta grupos de trabalho distribuídos nos três dias de evento. Entre os dias 23 a 25 de maio de 2000, o Seminário Internacional contou com a participação de estudantes e professoras e professores de universidades brasileiras, além de representantes de instituições internacionais que já haviam participado deste evento, e outras autoridades na área, como a antropóloga Françoise Héritier (Laboratoire d'Anthropologie Sociale du College de France - Paris), a especialista em teoria literária Jean Franco (Columbia University), a economista Carmen Diana Deere (Massachusetts University, Amherst, E.U.), Graciela Sapriza (História, Universidad de la Republica, Montevideo), Nora Domingues (Universidade de Buenos Aires), Sonia Álvarez (Santa Cruz University, Califórnia - Estados Unidos), Virgínia Vargas (Ciência Política, Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán, - Lima, Peru), entre outras.

A quinta edição do encontro, além da proposta de dar continuidade à divulgação das pesquisas, realizando uma discussão e uma troca acadêmica, teve como eixo temático a questão do feminismo como política. Conforme a apresentação do *site* do encontro:

A proposta é proporcionar um espaço de reflexão sobre a dupla direção das relações dos estudos feministas e de gênero com a política: de um lado, a centralidade do político na formação e na construção desse campo de estudos, em suas dimensões teóricas, temáticas e metodológicas; de outro lado, a importância e o papel fundamental do feminismo e das questões de gênero nas questões políticas contemporâneas.¹⁷⁴

Se no evento anterior havia quarenta grupos de trabalho reunindo diversas pesquisas por temática, o Fazendo Gênero 5 agrupou um número ainda maior, formando 61 grupos¹⁷⁵. Esse dado aponta para o gradativo crescimento de participantes no evento e para a importância adquirida pelo campo dos estudos de gênero com o passar de cada edição do encontro. Além disso, a transformação deste evento que obteve amplitude internacional trouxe uma maior importância para o mesmo, representando um encontro de relevância acadêmica para os pesquisadores de diversas localidades brasileiras e estrangeiras, que dispõem de recursos para irem a encontros voltados para sua área de conhecimento.

¹⁷⁴ Fazendo Gênero V. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/fazendogenero/historico/historico.htm> . Acesso em: 09 abr. 2008.

¹⁷⁵ Fazendo Gênero V. Caderno de Programação.

Entre os dias 10 e 13 de agosto de 2004 foi realizado o Seminário Internacional Fazendo Gênero 6: Saberes Globais/Fazeres Locais. Fazeres Globais/Saberes Locais¹⁷⁶. A sexta edição do Fazendo Gênero deu origem à Área de Concentração Estudos de Gênero do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Além disso, da seleção de trabalhos do evento foi lançada a publicação *Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global*¹⁷⁷, organizado por Luzinete Simões Minella e Susana Bornéo Funck.

Sob o título Gênero e Preconceito, o Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 foi realizado nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 2006¹⁷⁸. Reunindo 58 temas, os Simpósios Temáticos da sétima edição do evento tiveram que ser desmembrados devido a grande quantidade de participantes. Com cerca de 1400 trabalhos inscritos a seleção dos mesmos resultou em publicações, assim como as edições anteriores: o livro *Leituras em rede: gênero e preconceito*¹⁷⁹, organizada por Cristina Scheibe Wolff, Marlene de Fáveri e Tânia Regina Oliveira Ramos; e o livro *Gênero em movimento: novos olhares, muitos lugares*¹⁸⁰, organizada por Cristiani Bereta da Silva, Gláucia de Oliveira Assis e Rosana C. Kamita.

A última edição do evento contou com a participação de cerca de 2500 pessoas vindas de várias regiões do Brasil e diferentes países, como Portugal, França, Estados Unidos, Sudão, entre outros. Como programação, o evento contou com Mesas Redondas, Simpósios Temáticos, Conferências, Oficinas, Mini-cursos, Mostra de Vídeo e Mostra Fotográfica, distribuídas entre os dias 25 e 28 de agosto de 2008.

Embora Florianópolis ocupasse um espaço periférico na produção de conhecimento nacional, – além da representação mundial do eixo Norte/Sul –, o histórico do evento Fazendo Gênero demonstra gradativamente o quanto a capital catarinense adquiriu importância nessa área do conhecimento.

Esse processo tem como elementos o reconhecimento de um grupo com autoridade nessa área do conhecimento, a relevância florianopolitana nos estudos de gênero consolidada através da organização de um evento internacional e o do deslocamento da **Revista Estudos Feministas** para a capital de Santa Catarina. Anteriormente sediada no Rio de Janeiro, a revista passa a procurar uma nova sede com a perda do financiamento da Fundação Ford, que

¹⁷⁶ Saberes Globais/Fazeres Locais. Fazeres Globais/Saberes Locais. Caderno de Programação.

¹⁷⁷ MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo (org.). *Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

¹⁷⁸ Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceito. Caderno de Programação.

¹⁷⁹ WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, 2007.

¹⁸⁰ Silva, C.B da; Assis, G. de O.; Kamita, R.C.. (Org.). *Gênero em movimento: novos olhares, muitos lugares*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

cobria os gastos da publicação. Dentre as possíveis novas sedes, segundo o editorial da **Revista Estudos Feministas** (volume 7 número 1 e 2) de 1999, a sua transferência para Florianópolis foi ocasionada por diversos fatores: pelo grupo de pesquisadoras consolidado deste o início dos anos 1980 na UFSC; pela tradição na realização de congressos, eventos e publicações; organização de disciplinas nesta área do conhecimento; e orientação de trabalhos sobre gênero. Contudo, além da infra-estrutura da Universidade Federal de Santa Catarina e dos recursos necessários para a publicação das edições, a existência de uma editora com enfoque na literatura de mulheres e nos debates em torno das questões de gênero e feminismo na capital catarinense, representou um ponto positivo para sediar esta publicação.

O histórico da Editora Mulher se inicia com um projeto, desenvolvido pela professora Zahidé Lupinacci Muzart, recém-aposentada na época. Ainda orientando cerca de oito alunas de mestrado, cuja problemática era retomar escritoras do século XIX, Zahidé se une às professoras Elvira Sponholz e Susana Funck, que partilhavam dos mesmos interesses em formar uma editora.

Zahidé Muzart percebeu que apenas rememorar os nomes e as obras dessas escritoras do século XIX não era suficiente na demonstração de seu valor histórico. Seria necessário reeditar suas antigas obras. Neste sentido, em 1995, nasceu a idéia da Editora Mulheres, que passou a ser concretizada com sua primeira reedição em outubro de 1996: *Mulheres Ilustres do Brazil*, de Inês Sabino, escrita e editada em 1899. Apesar de ser uma edição fac-similar, muitos erros surgiram nesta publicação, como a página de rosto substituída pela falsa página de rosto e a orelha do livro duplicada.

A segunda publicação da Editora Mulheres foi o livro de Júlia Lopes de Almeida, *A Silverinha*. Entretanto, surgiu um contratempo: a publicação original do livro é de 1913 e sua escrita apresenta uma linguagem muito peculiar à época. As expressões e pontuações utilizadas pela autora necessitavam ser revistas, mas até que ponto as alterações deveriam ser realizadas em um texto marcado pelo período em que foi escrito? A partir desta problemática, as professoras que compunham o comitê editorial tiveram de buscar auxílio em vários autores que trabalhavam com as questões técnicas de editoração, conforme relata Zahidé Muzart, em seu texto publicado na **Revista Estudos Feministas** que narra a trajetória da Editora Mulheres.¹⁸¹

De uma forma artesanal, aprendendo conforme o surgimento das dificuldades, a Editora Mulheres iniciou suas atividades na década de 1990 e existe até hoje publicando obras

¹⁸¹ MUZART, Zahidé Lupinacci. Revista Estudos Feministas: História da Editora Mulheres. **Revista Estudos Feministas**. vol.12, n.º especial/2004. p. 103-105.

literárias produzidas por mulheres e bibliografias sobre os estudos de gênero, divididas em cinco séries. A série Romance reedita antigos textos. Seguindo a mesma linha, distinguindo-se apenas pelo gênero literário, a Editora possui também as séries Poesia, Viagem e Cartas. A última das cinco séries é a Ensaio, que edita coletâneas e publicações que enfocam a questão de gênero, representando a maior vendagem da Editora Mulheres.

Sediando a **Revista Estudos Feministas** e a Editora Mulheres, Florianópolis adquiriu um aparato que viabiliza a circulação de teorias baseada na experiência de sujeitos localizados e desvinculados de um falso universalismo do saber. Segundo Nelly Richard, a dimensão teórico-política da noção de “experiência” destaca a localização crítica de sujeitos que interpelam os códigos dominantes, a partir de lugares específicos, e articulam processos de atuação que produzem identidades ou diferenças em resposta a conjunturas de poder¹⁸². Desta forma, nesse espaço florianopolitano tomado como periférico, foi possível a criação de formas particulares de produção do saber.

O surgimento de lugares de divulgação do conhecimento abre espaço para a tradução de conceitos e teorias em um outro contexto. Nesse “encontro de linguagens, textos e significados, e a partir de traduções necessariamente infieis, faz-se possível a construção de outros ‘mapas relacionais do conhecimento’”¹⁸³.

Em um contexto social que incentivou a realização de pesquisas sobre mulheres e no campo dos estudos de gênero, Florianópolis, frente ao cenário nacional, passou a ocupar um novo espaço na produção de conhecimento a partir de década de 1990. Uma nova configuração dos feminismos, nessa década, abriu o debate das questões relativas às mulheres em outros espaços que não só o dos movimentos sociais. Foi nessa nova configuração que a capital catarinense assumiu uma representatividade nacional, juntamente com a formação e o reconhecimento de núcleos de pesquisas situados em outras localidades, distantes das metrópoles brasileiras. A formação da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), em 1992, e a criação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, na Universidade Federal da Bahia, são alguns dos exemplos do descentramento do debate nesse campo de conhecimento, antes localizado no eixo Rio – São Paulo.

Através da reunião de pesquisadoras e pesquisadores nas instituições de ensino, a realização de um encontro que adquiriu amplitude internacional, a formação de uma editora específica sobre o tema e a editoração de uma publicação, foi formado um novo centro de

¹⁸² RICHARD, N. *Op.Cit.* p. 145-146.

¹⁸³ COSTA, C. de L. *Op.Cit.* 2003. p. 255.

referência nessa área do conhecimento diante de instituições e localidades há tempo consolidadas. A Universidade Federal de Santa Catarina passou a se situar em um outro lugar que não é mais o ocupado durante as décadas de 1970 e 1980, mas que também não é o espaço ocupado pelas metrópoles nacionais¹⁸⁴. Florianópolis criou um terceiro lugar, sediado na “periferia”, que agora é representativo na produção do conhecimento sobre as mulheres e estudos de gênero.

¹⁸⁴ BHABHA, H. K. Op.Cit. p. 43-69.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a proposta de perceber as relações entre os grupos de mulheres e feminismos em Florianópolis (além da produção do conhecimento sobre essas temáticas) com outras localidades brasileiras, um dos resultados desta pesquisa foi um histórico da constituição desses movimentos na capital catarinense. Entre os anos de 1960 e 1980 – período caracterizado pela bibliografia como Segunda Onda Feminista –, esses grupos ganharam força no Brasil, embora o contexto de ditadura militar fosse, durante o período, um elemento repressor dos movimentos sociais e manifestações públicas. Em meio a esse evento histórico, esta pesquisa pôde perceber redes de relações que orientaram a formação de grupos de mulheres e grupos feministas na capital catarinense. São Paulo e Rio de Janeiro, grandes centros urbanos brasileiros na época, foram referência na formação da Associação Profissional de Empregadas Domésticas de Santa Catarina e do Movimento Feminino pela Anistia, ambos sediados em Florianópolis. O Coletivo de Mulheres Amálgama e o Grupo Feminista Vivências – consideradas as formações feministas visíveis, durante a Segunda Onda, da capital catarinense – mantiveram estreito contato com os grupos dessas duas capitais brasileiras, chegando a distribuir o jornal feminista Mulherio na cidade de Florianópolis.

Esse histórico demonstra que a trajetória florianopolitana só passou a adquirir representatividade social em um novo momento dos movimentos feministas, destacando-se no campo acadêmico. As primeiras dissertações realizadas em Florianópolis, com a formação dos primeiros programas de Pós-Graduação na Universidade Federal de Santa Catarina, já possuíam como temáticas questões relativas às mulheres e ao movimento feminista, e grande parte dessa produção possuía como base bibliográfica obras internacionais e de duas grandes capitais brasileiras: São Paulo e Rio de Janeiro. Dessa forma, foi possível concluir que, durante as décadas de 1970 e 1980, houve a formação de centros de referência na produção bibliográfica sobre as questões da mulher e estudos de gênero, centros estes hierarquicamente ocupados por essas grandes metrópoles brasileiras. Esse fator permitiu a criação de um eixo Norte/Sul na produção do conhecimento, tendo como dimensões territoriais o Brasil.

No final da década de 1980, início da década de 1990, Florianópolis passou a adquirir uma representatividade nacional na produção acadêmica em relação aos estudos sobre as mulheres e aos estudos de gênero. Essa reconfiguração dos espaços detentores da autoridade discursiva sobre um determinado campo, fez parte do contexto brasileiro em um período que incentivou os estudos nessa área do conhecimento. A Fundação Ford, durante a década de

1980, foi um dos grandes impulsionadores das pesquisas realizadas sobre os estudos das mulheres e, mesmo posteriormente, dos estudos de gênero, que representavam, naquela época, um campo ainda muito incipiente dentro das instituições universitárias. Administradas pela Fundação Chagas, a Fundação Ford concedeu bolsas para o desenvolvimento de pesquisas nessa área, o que resultou na formação de núcleos de pesquisas em vários locais do país.

Concomitantemente, ocorreu uma reformulação das formas de atuação do movimento feminista no Brasil. Os feminismos durante a Segunda Onda, que são caracterizados pelo contexto de ditadura militar e pela união das bandeiras feministas e da esquerda política, assim como as conferências realizadas em torno das questões das mulheres, além do combate ao regime de exceção, fizeram com que os feminismos desse período fossem considerados mais atuantes e engajados politicamente. Já durante a década de 1990, o movimento feminista assumiu espaços governamentais, além de atuar também a partir de Organizações não Governamentais (ONGs).

As relações entre as localidades, conforme observado nesta pesquisa, destacam mudanças na produção de conhecimento e no próprio movimento de mulheres e feminista em diferentes momentos históricos. Essas transformações representam as fronteiras territoriais brasileiras, estabelecidas em um determinado campo do saber, e que possuem como elementos os contextos geo-históricos desse conhecimento, os lugares dos agentes desse saber e os mecanismos que auxiliam na sua produção e distribuição. Assim, este trabalho teve como foco as fronteiras, quando trouxe os fatores que constituem as relações entre diferentes localidades, percebendo suas dimensões históricas e sociais.

A partir desta pesquisa, foi possível analisar que as relações entre os territórios brasileiros no que tange ao conhecimento científico dos estudos sobre as mulheres, feministas e de gênero não são fixas, variando a partir de políticas de incentivo à pesquisa e das possibilidades apresentadas por cada localidade. É nesse sentido que as fronteiras passam a ser reestruturadas, o que permite que outras localidades ocupem espaços relacionalmente representativos dentro de um campo específico do conhecimento.

O Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), formado em 1983 e sediado na Universidade Federal da Bahia, é um dos exemplos de grupos que adquiriram importância nacional. Sua criação esteve vinculada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais. Quando elevado ao nível de órgão suplementar, o NEIM criou um Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, o que ocorreu em 2005. Atualmente, o Núcleo criou o primeiro curso de graduação em gênero do país e possui como publicação o “Caderno Bahianas”.

Além do NEIM, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM), sediado na Universidade Federal de Minas Gerais e o Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher (NEGUEM), da Universidade Federal de Uberlândia, são exemplos de grupos que se destacaram nos estudos de gênero na atualidade e não estão sediados em grandes capitais brasileiras. Ainda como exemplo, podemos destacar a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), que agrupa uma série de núcleos de pesquisa de instituições de ensino superior.

Para além da pesquisa realizada em torno das relações da capital catarinense com outras localidades, esses locais, assim como Florianópolis, antes pouco referenciados pela bibliografia, atualmente não seguem mais um sistema acadêmico-metropolitano que organiza publicações e eventos no campo dos estudos das mulheres e de gênero. Da mesma forma, esses núcleos não podem ser considerados periféricos, pois passaram a adquirir uma importância nacional na produção do conhecimento. Assim, foi criado um terceiro lugar, que não é nem a metrópole, por não tomar o lugar ocupado pelos grandes centros, e nem a periferia, pois não estão situados em lugares considerados marginalizados. São novos espaços criados por capitais antes pouco referenciadas, como é o caso de Florianópolis, Salvador e Belo Horizonte, que adquiriram representatividade social nos estudos de gênero e são, conseqüentemente, reconhecidos como núcleos referência nessa área do conhecimento.

No intuito de perceber as relações estabelecidas por Florianópolis quanto aos feminismos, grupos de mulheres e a produção do conhecimento com outras localidades brasileiras (que culminaram em uma nova organização da produção sobre esse campo), as dimensões territoriais assumiram lugar de destaque. Longe de ter esgotado as possibilidades de questionamentos suscitadas por esta pesquisa, a reflexão em torno das fronteiras nacionais e a produção do conhecimento brasileiro relativo aos estudos de gênero traçam, mesmo que parcialmente, a trajetória da migração do conhecimento em um eixo Sul do saber – representado por países latino-americanos – tomando os limites do Brasil.

FONTES

Entrevistas

Entrevista realizada por Janine Petersen com Ana Maria Beck em 1 de julho de 2003 na cidade de Florianópolis.

Entrevista realizada por Janine Petersen com Clair Castilho em 21 de maio de 2003 na cidade de Florianópolis.

Entrevista realizada por Janine Petersen com Cleide Albuquerque em 13 de junho de 2003 na Universidade do Estado de Santa Catarina situada na cidade de Florianópolis.

Entrevista realizada por Janine Petersen com Eglê Malheiros em 17 de junho de 2003 na cidade de Florianópolis.

Entrevista realizada por Janine Petersen com Isabel Régis em 27 de agosto de 2003 na cidade de Florianópolis.

Entrevista realizada por Janine Petersen com Júlia Guivant em 1 de agosto de 2003 na cidade de Florianópolis.

Entrevista realizada por Janine Petersen com Mara Lago em 30 de julho de 2003 na cidade de Florianópolis.

Entrevista realizada por Janine Petersen com Maria Amélia Dickie em 11 de agosto de 2003 na cidade de Florianópolis.

Entrevista realizada por Janine Petersen com Maria Inês Paulilo em 18 de agosto de 2003 na cidade de Florianópolis.

Entrevista realizada por Janine Petersen com Marise Maravalhas em 8 de agosto de 2003 na cidade de Florianópolis.

Entrevista realizada por Janine Petersen com Neusa Dias em 11 de julho de 2003 na cidade de Florianópolis.

Entrevista realizada por Janine Petersen com Regina Lisboa em 8 de agosto de 2003 na cidade de Florianópolis.

Entrevista realizada por Janine Petersen com Teresa Sell em 13 de julho de 2003 na cidade de Florianópolis.

Entrevista realizada por Janine Petersen com Vera Fermiano em 22 de maio de 2003 na cidade de Florianópolis.

Entrevista realizada por Joana Maria Pedro e Maise Caroline Zucco com Miriam Pillar Grossi, em 28 de outubro de 2006 na residência da entrevistada, na cidade de Florianópolis.

Entrevista realizada por Joana Maria Pedro e Maise Caroline Zucco com Sônia Weider Maluf, em 06 de julho de 2006 no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, na cidade de Florianópolis.

Periódicos

Lista dos exemplares do jornal **O Estado** disponíveis na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, pesquisados para esta dissertação:

1964 Ano 48 Números (14689-14693; 14695-14707; 14709-14744; 14747-14752; 14754-14819; 14821-14829; 14831-14898; 14900-14914; 14916-14923)

1964/1965 Anos 50 Números (14924-15020; 15022-15046; 15048-15065; 15067-15071; 15073-15077; 15080-15092; 15094-15118; 15120-15123; 15125-15128; 15130-15165)

1965/1966 Ano 51 Números (15166-15171; 15173-15204; 15206-15232; 15234-15254; 15256-15281; 15283-15290; 15292-15323; 15325-15353; 15356-15382; 15384-15406)

1966/1967 Ano 52 Números (15407-15569; 15571-15614; 15616-15619; 15621-15647)

1967/1968 Ano 53 Números (15648-15697; 15699-15749; 15751-15801; 15803-15888)

1968/1969 Ano 54 Números (15889-16136)

1969/1970 Ano 55 Números (16137-16158; 16160-16388)

1970/1971 Ano 56 Números (16389-16565; 16567-16595; 16597-16632)

1971/1972 Ano 57 Números (16633-16888)

1972/1973 Ano 58 Números (16889-17211)

1973/1974 Ano 59 Números (17212-17226; 17229-17303; 17305-17392; 17394-17399; 17410-17440; 17442-17467; 17469-17477; 17488-17567)

1974/1975 Ano 60 Números (17568-17581; 17621-17636; 17736-17893; 17895-18015)

1975/1976 Ano 61 Números (18016-18106; 18108-18109; 18120-18374)

1976/1977 Ano 62 Números (18375-18439; 18428-18575; 18566-18700)

1977/1978 Ano 63 Números (18701-18983; 18985-19048)

1978/1979 Ano 64 Números (19049-19054; 19057-19161; 19163-19188; 19181-19182;
19191-19326; 19238-19301; 19303-19400)

1979/1980 Ano 65 Números (19401-19411; 19414-19425; 19428-19452; 19509;
19512-19535; 19537-19559; 19561-19691)

1980/1981 Ano 66 Números (19692-19887; 19889-19991)

1981/1982 Ano 67 Números (19992-20292)

1982/1983 Ano 68 Números (20293-20592)

1983/1984 Ano 69 Números (20593-20902)

1984/1985 Ano 70 Números (20903-21263)

1985/1986 Ano 71 Números (21264-21342; 21393; 21563; 21604-21623)

1986/1987 Ano 72 Números (21624-21985)

1987/1988 Ano 73 Números (21986-22343)

Dissertações

BAIERLE, Leonardo. A estabilidade provisória da mulher em razão da maternidade : elementos para uma análise crítica. 1986. 135f . Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis. (Dissertação orientada por: Osni de Medeiros Regis) 1986.

CENTA, Maria de Lourdes. Experiências vivenciadas pelos homens durante a primeira gravidez e parto de suas mulheres. 1981. 2v. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Saúde, Florianópolis. (Dissertação orientada por: Silvia T. Maurer Lane) 1981.

FERREIRA, Erinalva Medeiros. A figuração da (des)igualdade. Algumas idéias sobre o espaço público de poder da mulher desde sua condição privada. 1983. 120 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis. (Dissertação orientada por: José Maria Gómez) 1983.

MARTINS, Clítia Helena Backx. Mulher e Política: as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. (Dissertação orientada por: Eduardo José Viola) 1987.

MIGUEL, Sônia Malheiros. Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro. 1988. 112f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis. (Dissertação orientada por: Ilse Scherer-Warren) 1988.

NUNES, Lélia Pereira da Silva. Trabalho da mulher discriminação, realização profissional e realização pessoal. 1985. 236f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico, Florianópolis. (Dissertação orientada por: Nelson Colossi e Ubiratam Simões Rezende) 1985.

SILVA, Iara Maria Ilgenfritz da. Direito ou punição?: representação da sexualidade feminina no direito penal. 1983. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis. (Dissertação orientada por: José Maria Gómez) 1983.

SILVA, Marilda Rosa G. C. Gonçalves da. Mulheres profissionais : um estudo de papéis sexuais e suas implicações no cotidiano. 1988. 115f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas, Florianópolis. (Dissertação orientada por: Esther Jean Langdon) 1988.

Livros

ALBORNOZ, Suzana. Na condição de mulher. Santa Cruz do Sul, Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1985.

ALEMBERT, Zuleika. Feminismo: o ponto de vista marxista. São Paulo: Nobel, 1986.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. O que é feminismo. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

BARROSO, Carmen. Mulher, Sociedade e Estado no Brasil. São Paulo: Unicef, Ed. Brasiliense, 1982.

COLASANTI, Marina. A Nova Mulher. 2 ed. Rio de Janeiro: Nórdica, 1980.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Editora Ática, 1984.

LIMA, Nadia Regina L. de Barros. Mulher em Questão. Maceió: BUFAL Departamento de Ciências Sociais, 1987.

MONTENEGRO, Ana. Ser ou não ser feminista. Recife: Guararapes, 1981.

MORAES, Maria. Mulher, Sociedade e Estado no Brasil. Unicef/Brasiliense, 1982.

MORAIS, Vamberto. A Emancipação da Mulher/Raízes do preconceito Antifeminismo e seu Declínio. 2ª. Ed. Gráfica e Editora Cital: Recife, 1968.

MURARO, Rose Marie. Sexualidade da mulher brasileira: Corpo e classe social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1969.

SILVA, Carmen da. A arte de ser mulher. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOIHET, Rachel. Condição feminina e as formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SUPLICY, Marta. A condição da mulher: amor- paixão- sexualidade : artigos. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____, Marta. De Mariazinha a Maria. Petrópolis: Vozes, 1985.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1990.
- ALVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ALVAREZ, Sonia E. A “Globalização” dos Feminismos Latino-Americanos: tendências d anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia E. DAGNINO, Evelina. ESCOBAR, Arturo. Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- ARAGÃO, Érika. O mercado editorial brasileiro no segmento livros e a dimensão relativa da Bahia. In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Dez anos de economia baiana. Salvador: SEI, 2002. p. 91-102 (Série Estudos e Pesquisas, 57).
- ARAÚJO, Paulo César de. Eu não sou cachorro, não. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- ASHCROFT, Bill. GRIFFITHS, Gareth. TIFFIN, Helen. Key Concepts in Post-Colonial Studies. London and New York: Routledge, 2005.
- BARNES, J.A. Redes sociais e processo político. In: BIANCO, Bela Feldman (org.). Antropologia das Sociedades Contemporâneas – Métodos – Ed. Global Universitária, 1987.
- BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
- CALVINO, Italo, 1925. Por que ler os clássicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena Rolin. A imprensa na história do Brasil. São Paulo: Ed. Contexto/EDUSP, 1988.
- CARBONI, Maria Cecília Conte. Maria Quitéria – Uma ruptura pela anistia. CD-ROM. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.
- Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Disponível em: <http://sst.sc.gov.br/cedim/> . Acesso em: 18 de outubro de 2007.
- CORRÊA, Marisa. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. Desdobramentos do feminismo. **Cadernos Pagu**. Campinas: n.º 16, 2001. p.13-29.
- COSTA, Albertina de Oliveira. Revista Estudos Feministas: Primeira fase, locação Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**. vol.12, n.º especial/2004. p. 205-210.
- COSTA, Claudia de Lima. As publicações feministas e a política transnacional da tradução: reflexões do campo. **Revista Estudos Feministas**. vol.11, n.º 1/2003. p. 254-264.
- _____. As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução. **Revista Estudos Feministas**. vol.8, n.º 2/2000. p. 43-48.

_____. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**. no. 11, 1998. p. 134-135.

_____. SCHMIDT, Simone Pereira (orgs). Poéticas e Políticas Feministas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004. p. 187-195.

DIANA, Alita. Casa da Mulher Catarina completa 15 anos. Agecom. Notícias. Disponível em: <http://www.agecom.ufsc.br/index.php?secao=arq&id=2612> Acesso em: 07 dez. 2004.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. História das Mulheres no Ocidente. Vol. 5: O Século XX. Porto/São Paulo: Edições Afrontamento/EBRADIL, 1995.

ERTZOGUE, Maria Haizenreder. PARENTE, Temis Gomes (org.). História e Sensibilidade. Brasília: Paralelo 15, 2006.

Fazendo _____ Gênero _____ V. _____ Disponível _____ em: <http://www.cfh.ufsc.br/fazendogenero/historico/historico.htm> . Acesso em: 09 abr. 2008.

Fazendo Gênero V. Caderno de Programação.

FONSECA, Neide Aparecida. Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas – A Luta pela Organização Sindical. Portal Mundo do Trabalho. CUT Brasil 27 de abril. Publicado em 30 de abril de 2007 às 10:35. Disponível em: <http://www.cut.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=9348&sid=21> Acesso em: 23 ago. 2007.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. "O sujeito e o poder". In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. Michel Foucault, Uma Trajetória Filosófica: Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 245-246.

FURTADO, Celso. A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro S.A. s/d.

FRANCO, Jean. Marcar diferenças, cruzar fronteiras. Florianópolis: Editora Mulheres, Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

GOLDBERG, Anette. Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. In: Relações de gênero X Relações de sexo. Departamento de Sociologia. Pós-Graduação. Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero, 1989.

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: Uma breve história do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. vol.12, n.º especial/2004.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza. SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999. Disponível em Biblioteca Digital CLAM: <http://sistema.clam.org.br/biblioteca/?q=node/102> Acesso em: 13 mar. 2008.

HUNT, Lynn. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAMBEER, Jaques. Os dois Brasis. 12.ed. São Paulo: Nacional, 1984.

LOBO, Elisabeth de Souza. Os Usos do Gênero. Relações Sociais de Gênero/Relações de Sexo. **Revista do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero**. Depto. de Sociologia - FFLCH - USP, São Paulo, 1989.

LOPES, Maria Margaret. PISCITELLI, Adriana. Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero: um olhar desde as “margens”. **Revista Estudos Feministas**. vol.12, n.º Especial/2004.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MALUF, Marina. Ruídos da Memória. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARTINS, Clívia Helena Backx. Mulher e Política: as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1987.

MATA, Maria Margarete Sell da. Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1931). 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis (Dissertação orientada por Valberto Dirksen)1996.

MINELLA, Luzinete Simões e FUNCK, Susana Bornéo (org.). Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

MORAES, Lygia Quartim de. A experiência Feminista nos Anos Setenta. Araraquara: UNESP, 1990.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 - 1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Revista Estudos Feministas: História da Editora Mulheres. **Revista Estudos Feministas**. vol.12, n.º especial/2004.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**. vol.8, n.º 2/2000.

Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Disponível em: http://www.pmdb-sc.org.br/pmdb_m.htm . Acesso em: 23 ago. 2007.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Anpuh, n.52, vol. 27, 2007.

_____. GROSSI, Miriam Pillar. Masculino, feminismo, plural: gênero na interdisciplinariedade. Florianópolis: Mulheres, 1998.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007. p. 167.

PETERSEN, Janine. Formação de Grupos Feministas em Santa Catarina – Década de 1980. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma História do Feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista Projeto História**. Programa de Pós-Graduação em História e Departamento de História. PUC/SP. São Paulo: EDUC. n.º 15, 1997. p.13-49.

PRÁ, Jussara Reis. Movimento de Mulheres no Sul do Brasil: 1975 a 1987. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1988.

PRATT, Mary Louise. A crítica na zona de contato. **Travessia: Revista de Literatura**, Florianópolis, n.38, jan-jun 1999. p. 07-29.

PRIORE, Mary Del. BASSANEZI, Carla. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

RICHARD, Nelly. Experiência e representação: o feminino, o latino-americano. In: Intervenções críticas. Arte, cultura, gênero e política. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 142-155.

ROUSSO Henry. A memória não é mais o que era In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. Usos & Abusos da História Oral. Fundação Getúlio Vargas.

Saberes Globais/Fazeres Locais. Fazeres Globais/Saberes Locais. Caderno de Programação.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**. vol.24 no.83 Campinas ago. 2003.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. Desdobramentos do feminismo. **Cadernos Pagu**. Campinas: n.º 16, 2001. p.31-48.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan W. A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. Tradução de Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Jul/Dez. p. 05-22. Porto Alegre, 1990.

_____. História das Mulheres. BURKE, Peter. A Escrita da História: Novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

Seminário Internacional Fazendo Gênero 4: Cultura, Política e Sexualidade no Século XXI. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~ref/fazgen/index.html> . Acesso em: 15 jan. 2008.
Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceito. Caderno de Programação.

SILVA, Alcione Leite da. LAGO, Mara de Souza. RAMOS, Tânia R. Oliveira. Falas de Gênero: Teorias, Análises, Leituras. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O regionalismo nordestino: existência e coexistência da desigualdade regional. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: (Org) FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e Abusos da História Oral. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SORJ, Bila. Estudos de Gênero: a construção de um novo campo de pesquisa no país. In: COSTA, Albertina de O.; MARTINS, Ângela M.; FRANCO, Maria Laura P.B. (Org.) Uma História para Contar: A Pesquisa na Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Annablume, 2004.

TEIXEIRA, José P. PERUCCHI, Juliana. Uma Mulher Afirmativa: Anita Pires: mulher no singular, política no plural, empresária no social. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve História do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.

WOLFF, Cristina S. FÁVERI, Marlene de. RAMOS, Tânia R. O. Leituras em rede: Gênero e preconceito. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

ZERBINI, Terezinha. Anistia: semente da liberdade, 1979. Apud.: CARBONI, Maria Cecília Conte. Maria Quitéria – Uma ruptura pela anistia. CD-ROM. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)